

Universidade Federal de Juiz de Fora
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História, Cultura e Poder

Sérgio Augusto Vicente

**SOCIEDADES CIENTÍFICAS, LITERÁRIAS E DE INSTRUÇÃO:
DIMENSÕES DA PRÁTICA ASSOCIATIVA DOS HOMENS DE LETRAS E
*SCIENCIA NA CORTE (1860-1882)***

Juiz de Fora

2012

Sérgio Augusto Vicente

**SOCIEDADES CIENTÍFICAS, LITERÁRIAS E DE INSTRUÇÃO:
DIMENSÕES DA PRÁTICA ASSOCIATIVA DOS HOMENS DE LETRAS E
*SCIENCIA NA CORTE (1860-1882)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia M. Ribeiro Viscardi

Juiz de Fora
2012

Vicente, Sérgio Augusto.

Sociedades científicas, literárias e de instrução: dimensões da prática associativa dos homens de letras e *sciencia* na Corte (1860-1882) / Sérgio Augusto Vicente. – 2012.

169 f.: il.

Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

1. Brasil - História. 2. Associativismo - Rio de Janeiro (Estado). 3. Conselho de Estado. I. Título.

CDU 981

Sérgio Augusto Vicente

A dissertação intitulada **Sociedades Científicas, Literárias e de Instrução: Dimensões da prática associativa dos homens de letras e *sciencia* na Corte (1860-1882)**, elaborada por Sérgio Augusto Vicente, como pré-requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre, foi aprovada por todos os membros da comissão examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Juiz de Fora, 21 de maio de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (orientadora)
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Prof. Dr. Robert Daibert Junior
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião – UFJF/ PPCIR

Prof. Dr. Ronaldo Pereira de Jesus
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

Aos meus pais, Antonio e Nair, com muito amor e carinho...

AGRADECIMENTOS

Os diversos momentos de solidão por que passa o pesquisador jamais esvaem da memória a solidariedade e o companheirismo daquelas pessoas que se fazem ou se fizeram presentes em suas vidas. Por isso, a apresentação do resultado final desta pesquisa não pode, de modo algum, prescindir do agradecimento àqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para a sua realização. Diante da minha inefável gratidão, confesso não ser nada fácil tecer agradecimentos à altura das expectativas dos meus sentimentos. Mesmo assim, tentarei registrar aqui algumas singelas e sinceras palavras.

Começarei agradecendo a Deus, que iluminou meus caminhos ao longo desta longa jornada, e à minha família, especialmente, minha mãe (Nair) e minha irmã (Aninha), duas mulheres de fé, aguerridas, fortes e obstinadas, que, com muito amor, sempre me deram força e me incentivaram a perseverar nas trajetórias pessoal, acadêmica e profissional. E ao meu pai, que, mesmo com pouco estudo, mas com muita sabedoria e sensibilidade, nunca poupou esforços para viabilizar o acesso de seus filhos aos livros e à educação, revelando profunda compreensão, orgulho, respeito e carinho pelo amor que sempre dediquei aos estudos.

Agradeço à minha irmã Verinha, aos meus irmãos Carlinhos e José Joaquim, bem como aos meus cunhados e cunhadas, pela compreensão e incentivo aos meus esforços pessoais. E, especialmente, aos meus queridos sobrinhos, Carla e Guilherme, que, acostumados com um tio “brincalhão”, viram-se muitas vezes consternados diante da minha escassez de tempo, sem entender claramente as razões que me prendiam diante dos livros e do computador, durante vários finais de semana.

Agradeço também ao meu irmão, Fernandinho, agora formalmente conhecido como Frei Paulo. O seu companheirismo, seu incentivo e sua caridade franciscana são impagáveis. Nossas aventuras no Arquivo Nacional ficaram, literalmente, na História. A sua ajuda e companhia tornaram a árdua e solitária tarefa de levantamento e digitalização das fontes desta dissertação um momento agradável e divertido. O que também lhe rendeu alguns frutos: as suas inéditas incursões pela documentação do Conselho de Estado acabaram por incitá-lo ao estudo das irmandades religiosas do Rio de Janeiro do século XIX. A propósito, estaremos juntos nesta nova empreitada...

Agradeço também ao Frei Donil, que me hospedou e me acolheu no Convento São Francisco de Assis, no Rio Comprido, durante as minhas atarefadas pesquisas na “Cidade Maravilhosa”. Paz e Bem!

Agradeço à equipe técnica do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, especialmente à funcionária Joice, que, mediante alguns percalços e informações desencontradas, encontrou um “jeitinho cordial”, atencioso e compreensivo no atendimento às minhas solicitações de pesquisa.

Agradeço à Priscila, minha eterna amiga e quase irmã, que, desde os primórdios da graduação, está ao meu lado, compartilhando reflexões acadêmicas e me incentivando de modo fraternal. Isso sem contar a nossa afeição pelo “espírito oitocentista” e pelo associativismo...

Não poderia deixar de expressar aqui toda gratidão e estima pela minha orientadora, Cláudia Viscardi. Em 2006, quando ainda cursava o quarto período de faculdade, tive a oportunidade de atuar em seu projeto de pesquisa (“Associações mutualistas e filantrópicas: estudos comparativos”), como bolsista de iniciação científica do CNPQ. Tão logo ensaiando os primeiros passos na vida acadêmica, novos horizontes me foram abertos para seguir nas veredas da pesquisa histórica, ensejando reflexões que resultaram na produção da monografia de conclusão de curso e nesta dissertação de mestrado. Além disso, seus elogios e seu apoio me fizeram chegar até aqui, ajudando-me a superar os diversos momentos de incertezas e inquietações intelectuais que me acometeram ao longo desta empreitada.

Agradeço também aos professores Ronaldo Pereira de Jesus (UFOP) e Maria Fernanda Vieira Martins (UFJF), pelas suas profícuas sugestões de aperfeiçoamento deste trabalho, na banca de qualificação. E também ao professor Robert Daibert, que nos honra com a sua participação nesta banca de defesa.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História, pela qualidade do trabalho realizado ao longo destes anos. E também à Ana Mendes, secretária do PPGHIS, cujo carinho, atenção e paciência despendidos na execução das suas tarefas tornaram mais “leves” as soluções de questões burocráticas do cotidiano.

Também merecem meus sinceros agradecimentos vários outros amigos e amigas que tive o mérito de conhecer ao longo das aulas da graduação e do mestrado, assim como durante a minha experiência docente nas escolas das redes municipal e estadual de educação, embora seus nomes não estejam citados aqui. São professores, diretores, secretários, serventes e ex-alunos que conviveram comigo nas seguintes escolas: E. E. Barão de Palmeiras (Paraíba do Sul), E. M. Marília de Dirceu, E. M. André Rebouças e E. M. Santa Cecília (Juiz de Fora). De uma forma ou de outra, muitos me incentivaram na busca de aprofundamento acadêmico-profissional.

Agradeço aos colegas de trabalho do Museu Mariano Procópio, que compartilham comigo o prazer de, a cada dia, conhecer um pouco mais do universo oitocentista.

Não poderia deixar de mencionar os nomes das minhas eternas e memoráveis professoras de História, que, até hoje, acreditam no meu potencial e me inspiram a seguir nas trilhas da pesquisa. São elas: Rita de Cássia Vianna Rosa, Thais Littieri e Lúcia Helena Joviano.

Por fim, dedico especial agradecimento à CAPES, pelo financiamento deste projeto, fornecendo os subsídios financeiros imprescindíveis à sua realização.

Como é possível que a existência simultânea de muitas pessoas, sua vida em comum, seus atos recíprocos, a totalidade de suas relações mútuas deem origem a algo que nenhum dos indivíduos, considerado isoladamente, tencionou ou promoveu, algo de que ele faz parte, querendo ou não, uma estrutura de indivíduos interdependentes, uma sociedade? [...] Não há dúvida de que cada ser humano é criado por outros que existiam antes dele; sem dúvida, ele cresce e vive como parte de uma associação de pessoas, de um todo social – seja este qual for. Mas isso não significa nem que o indivíduo seja menos importante do que a sociedade [...].

(ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p. 19)

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de estudo associações científicas, literárias e de instrução, que, organizadas na capital do Império do Brasil e buscando a aquisição de personalidade jurídica, submeteram seus estatutos à avaliação por membros do Conselho de Estado, conforme exigia a legislação imperial vigente entre os anos de 1860 e 1882. Tomando por base os requerimentos dos sócios, os projetos de estatuto e os pareceres emitidos pelos avaliadores, esta pesquisa analisa os discursos evocados pelos sujeitos históricos inseridos na cultura associativa da segunda metade do oitocentos. Para tanto, são contemplados os seguintes pontos: a forma como os sócios representavam as agremiações perante à esfera estatal, suas expectativas, objetivos e concepções de organização institucional e de utilidade pública no âmbito do processo de regulamentação ou reconhecimento formal de suas práticas. Além disso, são abordadas questões que permeavam os interesses e as relações estabelecidas entre as associações e o Estado Imperial.

PALAVRAS-CHAVE: Associações. Rio de Janeiro. Conselho de Estado.

ABSTRACT

This dissertation aims to study scientific, literary and instruction associations organized in Rio de Janeiro city, which had their by-laws assessed by Conselho de Estado, according to the demand of the imperial legislation which had been in force between the years of 1860 and 1882. By means of requests written by members, by-laws and opinions issued by assessors, this research analyzes the speeches made by historical subjects in second half of century XIX. We will consider these points: the ways how the associations represented themselves before the “state sphere”, their expectations, objectives and conceptions of organization and “public utility” in scope of regulamentation and formal recognition process of their practices. This study also deals questions regarding to relationship between associations and Imperial State.

KEYWORDS: Associations. Rio de Janeiro. Conselho de Estado.

LISTA DE TABELAS

Tabela I – Associações com processo de registro no Fundo Conselho de Estado – Arquivo Nacional/ RJ	39
Tabela II – Associações, tipos e profissões/ ocupações citadas nas disposições dos estatutos	46
Tabela III – Percentual de associações por área do conhecimento	49
Tabela IV – Associações com expressa preocupação com a prática dos socorros mútuos em seus estatutos	61
Tabela V – Associações com expressa preocupação com a prática da filantropia em seus estatutos	61
Tabela VI – A questão da nacionalidade dos sócios segundo os estatutos	80
Tabela VII – Relação das associações cujas disposições estatutárias prescreviam a admissão de mulheres	84
Tabela VIII – Quantidade de consultas por conselheiro	102

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Porcentagem baseada nas informações da tabela VII	82
Gráfico II – A questão da participação feminina nos estatutos	83
Gráfico III – Associações que expressaram nos estatutos preocupação com publicação de periódico e montagem de biblioteca	87

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. SOB A ÉGIDE DAS <i>SCIENCIAS</i> , DAS LETRAS E DA INSTRUÇÃO: O “ESPÍRITO ASSOCIATIVO” NO BRASIL OITOCENTISTA	22
2.1 A dinâmica associativa na segunda metade do oitocentos e o ensino superior no Brasil.....	31
2.2 A lei 1083 e o Decreto 2711: as associações de personalidade jurídica	37
2.3 Definições e objetivos das associações	43
2.4 A “utilidade pública” no âmbito das letras, das “ <i>sciencias</i> ” e da instrução	60
2.5 Considerações finais	69
3. ENTRE PRÁTICAS E DISCURSOS: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E PREVISÃO DE ROTINA DAS ASSOCIAÇÕES	71
3.1 Processo de admissão e diferentes “classes” de sócios	72
3.2 A questão da nacionalidade: “A ciência não tem pátria”?	78
3.3 A questão da participação feminina	82
3.4 As produções “dignas de publicidade”: publicações de periódicos e montagem de bibliotecas	85
3.5 Discussão e ordem nas sessões: “a palavra pela ordem pretere qualquer outro pedido sem cláusula”.....	92
3.6 Considerações finais	97
4. SOB OS “CONSELHOS” DO ESTADO	99
4.1 O Conselho de Estado e as associações: perspectivas	100
4.2 Associações e Estado diante do “Espelho”: entre elogios, críticas e “conselhos”.....	112
4.2.1 A publicização do conhecimento e a questão da liberdade	125
4.2.2 Da equidade de direitos	139
4.3 Considerações finais	145
5. CONCLUSÃO	149
REFERÊNCIAS	155
ANEXO	165

1. INTRODUÇÃO

Década de 1860: cenário de mudanças na sociedade brasileira. Neste decênio, o Brasil já sentia os efeitos das transformações que vinham se engendrando desde anos anteriores. Vivenciava-se um significativo recrudescimento de discussões que colocavam em pauta formas balizadoras para nortear a organização do país.

A efervescência do processo de institucionalização dos diversos ramos do saber intensificava a difusão de ideias enaltecedoras do papel “civilizador” das ciências e das letras no desenvolvimento e progresso deste vasto Império. Assim, enquanto diversas instituições científicas, literárias e de instrução permaneciam ativas desde o primeiro oitocentos, outras eram erigidas e ganhavam destaque por meio do propósito comum de difundir as luzes, a civilização e o progresso numa nação em incipiente processo de construção.

Tendo em vista este cenário histórico, torna-se importante investigar a manifestação do fenômeno associativo na capital do Império do Brasil durante a segunda metade do oitocentos, focalizando associações que tinham como ponto precípua entre seus objetivos a interação dos sócios no desenvolvimento das ciências, das letras em geral e da instrução pública.

As associações científicas, literárias e de instrução eram de natureza diversa das associações mútuas e filantrópicas. Elas não possuíam como características específicas o recolhimento de fundos destinados à proteção e ao socorro mútuo, nem a concessão de benesses aos necessitados. Embora fosse recorrente a coexistência dessas funções, o que os contemporâneos apresentavam como suas peculiaridades era a preocupação com a discussão de temas ligados às letras e às ciências, bem como a constituição de recursos (bibliotecas, laboratórios) que servissem de subsídio coletivo tanto à pesquisa, estudo, leitura e debate entre grupos de profissionais (médicos, farmacêuticos, engenheiros, etc) reunidos em sessões periódicas, quanto à promoção de instrução aos sócios e à sociedade em geral.

Estas associações eram voluntariamente formadas por grupos letrados, interessados em questões de escopo coletivo. Todas elas tinham “caráter normativo”, no sentido definido por Vicenzo Cesareo, ao conceituar o “associacionismo voluntário” como uma “entidade organizada de indivíduos coligados entre si por um conjunto de regras reconhecidas e

repartidas, que definem os fins, os poderes e os procedimentos dos participantes, com base em determinados modelos de comportamento oficialmente aprovados”.¹

Vale ressaltar que a dimensão da experiência associativa dedicada ao campo das ciências, das letras e da instrução não é tratada aqui sob a perspectiva da história das ideias, mas busca-se uma abordagem sob o ponto de vista da história social da cultura. Nesta perspectiva, são levadas em conta as suas relações com o Estado, verificando os valores e as culturas políticas compartilhadas pelos sócios e pelas autoridades estatais, no contexto em que o discurso valorativo da ciência e das letras ocupava o proscênio dos debates políticos e sociais.

Robert Putnam considera que o século XIX foi uma época de “incomum efervescência na vida associativa em grande parte da Europa Ocidental”.² No Brasil, o fenômeno associativo também se manifestou de forma significativa, embora a historiografia brasileira o tenha relegado a segundo plano durante muito tempo. Nos últimos anos, contudo, a temática vem ganhando destaque na produção acadêmica, sobretudo nos estados de Minas Gerais³, Rio de Janeiro⁴, São Paulo⁵ e Rio Grande do Sul⁶. Segundo levantamentos feitos por Silva Jr., 5,25% da população masculina adulta brasileira era associada a algum tipo de sociedade. Para a cidade do Rio de Janeiro este número chegava a 18%.⁷

Para alguns tipos de associações, ainda são poucos ou até mesmo inexistentes os estudos que contemplam a relação das associações com o Estado brasileiro durante o Segundo

¹ CESAREO, Vincenzo. Associacionismo voluntário. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 8. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995, p. 64.

² PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 147-148.

³ VISCARDI, Cláudia M. R. **Mutualismo e Filantropia**. Locus: Revista de História. Juiz de Fora: EDUFJF, volume 18, 2004. VISCARDI, Cláudia M.. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, Carla M. de Carvalho & OLIVEIRA, Mônica R. de (orgs.). **Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

⁴ VISCARDI, Cláudia M. R. **Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880)**. Revista *Topoi* – Rio de Janeiro, PPGHIS-UFRJ, n. 16, v. 09, Janeiro - Junho de 2008, p. 117-136. JESUS, Ronaldo P. de. História e historiografia do fenômeno associativo do Brasil Monárquico (1860-1887). In: ALMEIDA, Carla M. de Carvalho & OLIVEIRA, Mônica R. de (orgs.). **Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

⁵ LUCA, Tânia R. de. **O Sonho do Futuro Assegurado** (o mutualismo em São Paulo). São Paulo: Contexto; Brasília: CNPQ, 1990.

⁶ SILVA JR, Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas** (estudo centrado no Rio Grande do Sul - Brasil, 1854-1940). Porto Alegre, 2004. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

⁷ SILVA JR., Adhemar L.da. As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da PUC, Porto Alegre, 2005. *Apud*: VISCARDI, Cláudia M. R. **Experiências da prática associativa no Brasil**. Op. cit., p. 3.

Reinado, sobretudo no que se refere à análise dos processos de registros oficiais gerados a partir das exigências de regulamentação feitas pela legislação imperial.

Em 1860, foram colocadas em vigor na legislação imperial as determinações da lei 1083 e do decreto 2711, que passaram a exigir de toda e qualquer associação que desejasse ter sua situação regularizada frente ao poder oficial, a elaboração de estatutos a serem submetidos à avaliação pelo Conselho de Estado, o qual emitia pareceres a respeito. Exercendo um papel de destaque na regulamentação da vida associativa, este órgão oficial de caráter consultivo se utilizava de alguns requisitos importantes no processo de avaliação dos projetos de estatutos. Esta documentação se encontra no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, no fundo Conselho de Estado.

Coordenando pesquisas sobre a manifestação do associativismo na Corte, Cláudia Viscardi (UFJF) e Ronaldo Pereira de Jesus (UFOP) fizeram um levantamento no referido fundo arquivístico e identificaram um considerável volume de 485 registros de sociedades (grupos de documentos reunidos em um processo para avaliação do Conselho de Estado). Este conjunto documental levantado foi distribuído em diversos grupos inseridos em tipologias de caráter geral.⁸

Em meio a diversas categorias de associações abarcadas por este conjunto documental, optou-se por estudar os processos daquelas cujos membros, nacionais ou estrangeiros, definiam-nas como científicas, literárias ou de instrução ou apresentavam fins sociais especializados nestes campos de atuação. Vale ressaltar que, nesta dinâmica de seleção dos processos, a nacionalidade não foi adotada como critério, uma vez que as clientelas destes tipos de associações eram muito diversificadas e, em sua maioria, estavam abertas a indivíduos de diversas nacionalidades.

Um aspecto que chama atenção para este conjunto de sociedades é o fato de as mesmas arrogarem para si a missão de contribuir, de alguma forma, para a promoção do desenvolvimento intelectual e civilizatório de seus membros ou da sociedade em geral, através de uma prática associativa pautada no culto às letras e às ciências, propondo-se a criar bibliotecas, publicar periódicos, discutir ideias e fornecer instrução tanto aos sócios contribuintes quanto aos não sócios desprovidos de recursos, por meio da realização de trabalho filantrópico ou beneficente.

⁸ JESUS, Ronaldo P. de. **Associativismo no Brasil do século XIX**: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado. *Locus: revista de História, Juiz de Fora*, v. 13, n. 1, 2007, p. 146. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/74.pdf>>. Acesso em: 12/04/2011.

Logicamente, a promoção de atividades relacionadas ao conhecimento, ao saber e à instrução não ficava circunscrita apenas às associações que assim se intitulavam. Não se nega aqui o caráter multifuncional das associações em geral. No entanto, se é verdade que muitas outras sociedades também explicitavam em seus estatutos a missão de criar bibliotecas e oferecer aulas e instrução aos sócios e não sócios, também é verdade que algumas elegiam esta missão como objetivo principal, ao passo que outras não. Por isso, esta pesquisa se atém apenas às associações especializadas nos campos acadêmico-profissional, científico-literário e instrutivo.

A despeito de alguns estudos pontuais já produzidos sobre certas associações do gênero, a historiografia brasileira ainda se encontra sequiosa de reflexões mais sistemáticas no que tange à relação destas associações formais com o Estado. Muitas vezes se voltando para a abordagem específica da atuação de uma única associação, as pesquisas que já foram produzidas até hoje ainda não se valeram de uma perspectiva de conjunto, voltada para uma análise acurada do processo de avaliação de associações dotadas de caráter científico, literário e de instrução no contexto mencionado.

As pesquisas encontradas acerca de associações dos referidos gêneros que existiram no Brasil oitocentista são bastante dispersas e se voltam majoritariamente sobre aquelas entidades que, de alguma forma, atuaram na constituição do cenário de transformações das últimas décadas do Império, período que ficou tradicionalmente conhecido pela historiografia como “Ilustração Brasileira”.⁹ Também já tangenciaram o assunto estudos preocupados com a relação destes tipos de agremiações com o movimento republicano.¹⁰

Esta pesquisa de mestrado busca inovar, ao abordar estes três tipos de agremiações sob a perspectiva da manifestação da prática associativa no Brasil, num momento específico da história da legislação imperial relativa ao registro formal dessas associações junto ao Estado. Dessa forma, além de analisar a forma como as associações se organizavam, quem as integrava e como se viam e se apresentavam, pretende-se também contribuir para o avanço da

⁹ Frequentemente utilizado para se referir ao movimento de ideias contestadoras da tradição monárquica brasileira nas décadas finais do Império, este termo se consolidou como clássico na historiografia brasileira a partir da seguinte tese: BARROS, Roque Spencer M. de. **A Ilustração Brasileira e a ideia de Universidade**. São Paulo: Convívio – EDUSP, 1986.

¹⁰ Dentre os diversos estudos que citam associações científico-literárias como relacionadas, de alguma forma, a movimentos de ideias ou práticas associativas ligadas à expansão de um espaço público que teria, direta ou indiretamente, exercido influência no processo de desgaste do *status quo* imperial, pode-se citar o trabalho mais recente da historiadora Maria Tereza Chaves de Mello. Referência: MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007. Ver também: ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

discussão sobre a dinâmica da sua relação com o Estado, debruçando-se sobre a investigação do volume documental mencionado. Preocupada com o estudo de associações dotadas de personalidade jurídica, esta pesquisa fundamenta seu recorte cronológico na legislação imperial, compreendendo o período que se estende de 1860 a 1882.

Embora várias associações tenham sido fundadas antes de 1860, este ano foi adotado como baliza inicial por ter nele ocorrido a implementação da lei 1083 e do decreto 2711, que obrigavam ao procedimento do registro formal tanto as associações criadas a partir de então quanto aquelas previamente estabelecidas à data da referida lei. E o ano de 1882 foi adotado como marco final devido à promulgação da lei n. 3150 e do decreto 8821, que teria promovido uma relativa ampliação da liberdade de associação na Corte, desobrigando da avaliação governamental vários tipos de associações voluntárias.¹¹

Dessa forma, associações de diversos gêneros passaram pelo crivo avaliativo do Conselho de Estado durante o período de 22 anos. Os estudos que até agora foram feitos sobre esta documentação compreendem fundamentalmente associações mútuas e filantrópicas mais diretamente ligadas ao mundo do trabalho e à formação de sentimento pátrio entre imigrantes. A historiografia vem contemplando desde os estudos mais gerais, realizados por Vitor da Fonseca, até estudos mais específicos, como os desenvolvidos por Cláudia Viscardi, Ronaldo Pereira de Jesus¹² e Priscila da Costa Pinheiro, em dissertação de mestrado recentemente defendida na Universidade Federal de Juiz de Fora, que trata especificamente de processos de registro de associações de imigrantes portugueses.¹³ Estes estudos vêm revelando as definições de socorros mútuos, beneficência e filantropia para os contemporâneos, as relações com o Estado Imperial e as motivações que levavam os indivíduos a participarem da vida associativa.¹⁴

Embora se deva admitir que muitas outras associações de caráter científico, literário e de instrução existiram no contexto aqui retratado, esta análise enfatiza apenas as associações cuja documentação se encontra disponível à consulta no Fundo Conselho de Estado. Entre os

¹¹ FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008, p. 66-67 e 74.

¹² Em sua tese de doutorado, Ronaldo de Jesus utilizou o conjunto documental disponível no Conselho de Estado para investigar as relações estabelecidas entre o povo (pessoas comuns) e o monarca. Em sua análise, destacou que algumas mútuas recorriam ao Império para requisitar algum tipo de apoio que lhes garantisse a subsistência. Referência: JESUS, Ronaldo P. de. **Visões da Monarquia: escravos, operários e abolicionismo na Corte.** Belo Horizonte: *Argumentum*, 2009.

¹³ PINHEIRO, Priscila da Costa. **Estratégias de organização da sociedade civil: as associações de imigrantes portugueses na Corte (1860-1882).** Juiz de Fora, 2011. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹⁴ VISCARDI, Cláudia M. R. **Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880).** Revista Topoi – Rio de Janeiro, PPGHIS-UFRJ, Janeiro - Junho de 2008, Volume 09.

anos de 1844 e 1889, o *Almanak Laemmert* divulgou os nomes de cerca de 144 associações dos gêneros aqui abordados, sendo que o levantamento feito no Arquivo Nacional abarca um número bem menor para o período de 1860 a 1882: 48 associações.¹⁵

Poder-se-iam atribuir a esta incompatibilidade numérica as seguintes hipóteses: 1) muitos documentos oriundos das consultas da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado podem ter se perdido ao longo do tempo; 2) muitas associações fundadas antes de 1860 podem ter sido extintas antes de a lei 1083 e o Decreto 2711 serem colocados em vigor; 3) diversas associações podem ter funcionado durante o referido período sem respeitar às exigências de regulamentação e registro junto ao poder do Estado, funcionando ou continuando a funcionar sem consultar o Governo Imperial.

A preocupação dessa pesquisa não é esgotar o estudo de todas as associações dos gêneros mencionados, que existiram até o final do Período Imperial, nem acompanhar suas trajetórias desde o momento de sua fundação até quando duraram, mas analisar suas situações no momento em que se apresentavam oficialmente nos estatutos com a finalidade de se regulamentarem juridicamente perante o Estado. Para melhor delimitá-la, optou-se por contemplar apenas aquelas cuja documentação se encontra à disposição para consulta no fundo Conselho de Estado do Arquivo Nacional.

O texto da dissertação está dividido em três capítulos. O capítulo 1 se dedicará à construção do cenário histórico brasileiro no século XIX, destacando o papel da Corte Imperial do Rio de Janeiro. Seu objetivo é estabelecer possíveis relações entre o chamado “espírito associativo” oitocentista e o panorama geral dos processos de formação nos ensinos primário, secundário e, sobretudo, superior. Será atribuída atenção especial a este último, levando em consideração a importância de se discutir os principais aspectos da formação dos médicos, farmacêuticos, advogados, engenheiros e professores que, de modo geral, integravam as associações analisadas. Embora estes profissionais não fossem os únicos que se associassem às agremiações científicas, literárias e de instrução, nota-se que suas atuações eram predominantes. Por fim, serão apresentadas as prováveis definições que os próprios contemporâneos tinham das associações de que participavam, bem como os objetivos que a elas atribuíam e a sua utilidade pública.

O capítulo 2 se debruçará sobre a análise dos principais aspectos da configuração interna das associações científicas, literárias e de instrução, elegendo como eixo central de

¹⁵ ALMANAK Laemmert: administrativo, mercantil e industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro (1844-1889). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak>. Vale ressaltar que o *Almanak Laemmert* circulou na Corte durante 45 anos ininterruptos, entre 1844 e 1889. Contudo, o mesmo foi aqui consultado apenas no período demarcado por esta pesquisa (1860-1882).

discussão a forma como as mesmas se representavam oficialmente perante o Estado, sobretudo no que tange à conformação de normas, valores, concepções e, portanto, códigos comportamentais tacitamente compartilhados por seus integrantes no decorrer dos processos de organização e estruturação. Para tanto, serão analisados os projetos de estatutos elaborados pelos sócios de 48 associações que os submeteram à avaliação do Conselho de Estado.

O capítulo 3 analisará as relações destas associações com o Estado Imperial, especificamente através do Conselho de Estado. Para isso, as principais fontes de investigação utilizadas serão os requerimentos dos sócios e os pareceres emitidos pelos conselheiros da Seção dos Negócios do Império. Através da análise dos argumentos favoráveis ou contrários ao deferimento dos projetos de estatuto, verificar-se-á como estes homens concebiam a prática associativa em questão. Quais eram as exigências feitas pelo Estado? Como as associações reagiam às suas intervenções? Além disso, será verificada a participação de membros de órgãos estatais nessas entidades.

2. SOB A ÉGIDE DAS CIÊNCIAS, DAS LETRAS E DA INSTRUÇÃO: O “ESPÍRITO ASSOCIATIVO” NO BRASIL OITOCENTISTA

O século XIX no Brasil ficou marcado pela busca da autonomia política do país e pelo processo de construção da nação e de um imaginário cívico-nacional que fosse capaz de conferir uma identidade comum aos seus habitantes. Desde a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, uma das grandes preocupações de nossas elites era com a formação de uma “classe ilustrada” nos trópicos. Após a Independência, despertava-se um desejo significativo pela fundação de instituições de saber, na tentativa de formar uma elite intelectual mais autônoma e que estivesse em consonância com o desejo de empreender o desenvolvimento da incipiente nação.¹⁶

A grande missão dos homens ilustrados era atender às necessidades do jovem Império, promovendo a busca de conhecimento da nação, seus limites territoriais, suas condições naturais, sua população, etc.¹⁷ Além disso, constituía uma necessidade premente inserir o país na marcha da civilização e do progresso. Fazia parte deste repertório a difusão das letras, das ciências e da instrução por meio de instituições dotadas de funções diversas: fosse para forjar uma história da nação; fosse para congregar os profissionais letrados, cientistas e acadêmicos; fosse para cooperar mutuamente no progresso intelectual dos indivíduos; fosse para expandir o ensino através de uma pedagogia de caráter filantrópico.

Em 1836, numa sessão solene da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, o sócio Emílio Joaquim da Silva Maia¹⁸ proferia um discurso panfletário em defesa do associativismo como elemento catalisador do desenvolvimento das nações. Começava dizendo que, através da inteligência, o ser humano compensa a fraqueza da sua constituição física, levando-o a inventar mecanismos de proteção em relação aos diversos “animais ferozes que povoam toda

¹⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 24.

¹⁷ FERREIRA, Luiz Otávio; MAIO, Marcos Chor; AZEVEDO, Nara. A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos. Rio de Janeiro, IV(3): 475-491, nov. 1997 - fev. 1998, p. 476. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 12/09/2008.

¹⁸ Emílio Joaquim da Silva Maia também era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde foi eleito para o cargo de segundo secretário, em 1838. Esta informação foi extraída da seguinte fonte: FLEIUSS, Max. As principais associações literárias e científicas do Brasil (1724-1838). In: *Revista Americana*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 11-12, ago-set. 1917, p. 160.

a crosta terrestre”.¹⁹ Após citar as diversas invenções feitas pelo homem ao longo da história, enfatizou aquela que seria a base de tudo: a capacidade de se agrupar ou de se reunir.

Esboçando uma espécie de genealogia da prática do associativismo ao longo da História, o raciocínio presente no discurso deste orador induz o leitor a se convencer de que a união dos homens é a força propulsora do progresso da civilização e das grandes invenções. Afinal,

se a inteligência de um só homem pode tanto, se ele só por si é capaz de inventar e descobrir tão grandes maravilhas, para quanto não serão aptas muitas inteligências reunidas? De certo que para muito, e é a esta reunião de capacidades intelectuais, a quem se devem os grandes progressos intelectuais a que tem chegado as ciências e arte tanto nos antigos egípcios, índios, gregos e romanos, como nos povos modernos.²⁰

Valendo-se de uma erudição típica dos chamados “homens de letras” oitocentistas, Emílio se reportava a diversos exemplos da História da Humanidade para corroborar a ideia de que as inúmeras conquistas realizadas nas ciências e nas letras são tributárias do espírito associativo:

Se destas longínquas épocas passamos aos belos da Grécia e Roma veremos que foram as Sociedades de toda espécie, que deram o grande impulso, a que chegaram as ciências e artes naqueles países. Sem os liceus e pórticos na Grécia, e sem os colégios em Roma, pouco ou nada teriam aqueles povos avançados no caminho da civilização. [...]

Depois do renascimento das letras, a quem senão as associações científicas e literárias somos nós devedores do imenso desenvolvimento que tem tido os diversos ramos do saber humano! É só ao espírito de associação, que muito se desenvolveu então, a quem devemos tributar mil louvores pelo assombroso progresso que tem tido as ciências e artes depois desta feliz época: e podemos com certeza asseverar que a religião cristã, consagrando este princípio de associação, foi a causa primária desta ditosa revolução. As ordens religiosas eram mesmo o perfeito modelo de tais instituições. As irmandades e congregações eram verdadeiras sociedades de homens reunidos para o mesmo fim debaixo da proteção de um santo. E tais são os bens que as ciências tem recebido destas confrarias que sem os monges talvez não tivéssemos livro algum da Antiguidade.²¹ (Grifos do autor)

Portanto, trazendo diversos benefícios aos homens, as instituições sociais eram vistas como “foco das luzes, donde se espalham os conhecimentos a todos os indivíduos,

¹⁹ MAIA, Emílio Joaquim da Silva. **Discurso sobre as sociedades científicas e de beneficência, que têm sido estabelecidas na America, recitado na Sociedade Literária do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de Brito, 1836, p. 5.

²⁰ Idem, p. 6

²¹ Idem, p. 6-7

poderosamente para a sua felicidade”²². Ao servirem para indagar sobre “a verdade de muitas inteligências reunidas, fazem com que a humanidade a compreenda mais facilmente”²³. Citando Voltaire, afirma que “são elas [as instituições] que acostumam a mocidade à leitura dos bons livros, destruindo a ignorância e inspirando a polidez”²⁴.

Além disso, as associações eram concebidas como espaços importantes no estabelecimento de

relações entre todas as classes, para se ajudarem, para se protegerem mutuamente, para intervirem dignamente nos seus interesses, para se subdividirem numa multidão de círculos menores, tendentes todos ao mesmo fim, que sempre vem a ser o desenvolvimento do intelecto, e o aumento geral do bem-estar e da riqueza. É por tudo isso que em todos os países civilizados, e em todos os séculos, como já vimos, tem aparecido sociedade de todos os gêneros, e que a sua existência em um povo é o sinal mais evidente da sua progressiva marcha para a civilização. Se os limites desse discurso permitissem percorrer todas as sociedades de um ou outro modo, veríamos por elas o grau de civilização a que tem chegado cada povo da Terra. [...]²⁵

Ancorado numa concepção evolutiva de organização social, este discurso deixa evidente uma correlação entre o chamado espírito associativo e o desenvolvimento do progresso e da civilização. Perpassando todo o século XIX, esta perspectiva concebia o índice de manifestação da prática associativa como um indicador do grau de civilização de uma sociedade. Como se vê na citação acima, quanto maior fosse o número de associações em um país, maior seria seu grau de civilização. Neste sentido, por servirem de cenários para uma intensa manifestação da prática associativa, os países europeus eram vistos como referências mundiais de desenvolvimento civilizatório.

Não obstante o destaque atribuído ao contexto europeu, a preocupação maior de Emílio Maia neste discurso era apresentar a situação da prática associativa no continente americano. O autor diz que, ao contrário da Europa, havia poucos escritos sobre as associações que vinham sendo estabelecidas na América desde os processos de emancipação política que acometeram este continente. Diante de um cenário europeu profundamente marcado pela efervescência do movimento associativo²⁶, os recém-independentes países

²² Ibidem, p. 7-8

²³ Idem, p. 7-8

²⁴ Idem, p. 8

²⁵ Idem, p. 8

²⁶ Robert Putnam considera que o século XIX foi uma época de “incomum efervescência na vida associativa em grande parte da Europa Ocidental”. PUTNAM, R.. **Comunidade e democracia...** Op. cit., p. 147-148.

localizados no continente americano já tinham feito, segundo o autor, “grandes progressos na carreira da civilização”²⁷, dando origem a diversas sociedades científicas e literárias.

Mas o país que recebia grande destaque na prática associativa daquele contexto eram os Estados Unidos. Emílio Maia explicava que este país era o mais “adiantado” e com maior progresso nas ciências e nas letras pelo fato de contar com maior número de sociedades de “interesse vital para a humanidade”.²⁸ Para o orador,

nada tem resistido ao espírito de associação nos Estados Unidos; as ciências, as artes, a indústria, a moral, a educação estão debaixo do seu domínio; e ele apoderando-se de tudo, vai tornando aquele povo mais consentâneo com a natureza do gênero humano. [...] as suas inumeráveis sociedades de todo o gênero tem sido a causa primária de seu rápido incremento.²⁹

Em seguida, aborda a situação do Brasil, afirmando que,

depois dos Estados Unidos, este é o país da América onde se tem mais desenvolvido o espírito associativo, o que de certo, segundo o que já fica dito, é de bom agouro para a nossa futura prosperidade. E é ele [o espírito associativo] que, fazendo as ciências progredirem entre nós, aumentará a nossa nascente indústria, dará mais valor aos nossos produtos indígenas e fará com que o Brasil chegue a sua imensa grandeza, a que foi destinado pelo seu excelente clima e pelas suas variadas produções; e isso de certo nos deve levar a fazer todos os esforços possíveis para o estabelecimento de instituições sociais entre nós.³⁰

Produzido em 1836, este discurso desperta atenção pela apologia que faz do chamado “espírito associativo” no Brasil, num momento em que este país se encontrava sequioso de unidade e estabilidade política. Há apenas 14 anos atrás, a Independência tinha sido proclamada. E, em 1831, o primeiro imperador abdicara do trono, sendo o país governado por regentes até 1840. As instabilidades de uma nação em incipiente processo de construção impingiam a este país feições de um cenário multifacetado, eivado de aguerridas disputas entre projetos políticos diversos que impunham sérios e iminentes riscos de fragmentação territorial.

Nos meandros desse processo, o Brasil também ensaiava seus primeiros passos rumo à institucionalização das ciências, das letras e da instrução. No final da década de 1820 e início da década de 1830, eram implantadas, no Rio de Janeiro e na Bahia, as primeiras faculdades

²⁷ MAIA, Emílio Joaquim da Silva. **Discurso sobre as sociedades científicas e de beneficência...** Op. cit., p. 9

²⁸ Idem, p. 10

²⁹ Idem, p. 18-19

³⁰ Idem, p. 19

de medicina do Império. Por sua vez, São Paulo e Olinda também recebiam as primeiras faculdades de direito.

Estes foram os primeiros passos do Estado Imperial rumo à implantação de suas próprias instituições de ensino superior, voltadas para formar quadros de profissionais necessários ao atendimento das demandas de um Estado-nação que se engendrava gradativamente.

Durante as primeiras décadas do pós-independência (de 1822 a 1840), a Universidade de Coimbra ainda era uma instituição predominante na formação da elite letrada brasileira. Formada antes da independência, esta primeira geração predominou na cena pública até 1840.³¹ Mas, de acordo com a pesquisa realizada por Marco Morel, o número de diplomados pelas instituições do Brasil neste período não era tão desprezível, uma vez que, num grupo de 63 homens analisados, ficou constatado que 27% se formaram no Brasil, sendo que 20% na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e 7% na Faculdade de Direito de São Paulo.³²

Relativizando a consagrada tese que reforça o papel homogeneizador e uniformizante da Universidade de Coimbra na formação da elite letrada brasileira das primeiras décadas do pós-independência, Marco Morel mostra que esta universidade “foi o principal (mas não o único) lugar de formação das elites letradas que assumiram (e disputariam) o poder político no Brasil após sua emancipação”.³³ Não se tratou, portanto, de uma formação homogênea e linear, pois, mesmo na época escolar, a formação destes homens era pautada por “importantes aspectos extra-escolares”. O autor afirma que, “fora dos limites da Universidade de Coimbra – e em torno dela – havia outras formas de sociabilidade científica em Portugal, que devem ser levadas em consideração para melhor compreender a formação dos primeiros grupos dirigentes brasileiros.”³⁴

No Primeiro Reinado, a Corte Imperial do Rio de Janeiro se destacava como cenário para o surgimento de associações de diversos gêneros. A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundada em 1827, foi uma das que mais se destacaram. Sem ser órgão oficial, foi subvencionada pelo Estado e repassava verbas para o desenvolvimento da indústria, do comércio técnico e também da imprensa. Seu surgimento serviu, segundo Morel, como base ou impulso para a instalação de outras associações.³⁵

³¹ MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores e Sociabilidade na Corte Imperial (1820-1840)**. São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 174-175.

³² Idem, p. 174-175.

³³ Idem, p. 177.

³⁴ Idem, p. 178.

³⁵ Idem, p. 266.

Lilia Schwarcz defende que a institucionalização dos diferentes ramos do saber e a construção de identidade dos homens de ciência e de letras no país estavam atreladas à correlação entre produção científica e movimento social.³⁶ Isto significa dizer que muitas associações estavam a serviço da modernização do país, engajadas em propósitos civilizatórios.³⁷ Talvez a maior proficuidade das instituições ou associações intelectuais do século XIX deva ser reconhecida, não tanto pelas suas contribuições na produção de conhecimento científico ou literário original, mas, sobretudo, pelos desdobramentos sociais e políticos de suas práticas, de suas organizações e de seus discursos.

Ao atenderem às motivações das jovens nações independentes, muitas associações estabeleciam fortes vínculos com os interesses das elites do Estado Imperial, o que exigia dos estabelecimentos do século XIX a necessidade de explicitação da sua utilidade pública. Além disso, as sociedades deveriam assessorar o governo em várias matérias, fazendo propaganda do ideário cientificista no país e servindo de espaço de institucionalização da ciência, através do estímulo aos debates científicos e da difusão de conhecimento por meio de publicações.³⁸

Luiz Otávio Ferreira, Marcos Chor Maio e Nara Azevedo defendem que muitas associações,

embora tivessem caráter privado, os interesses do Estado, indubitavelmente, desempenharam papel-chave não apenas em sua manutenção, mas também no amparo a outras iniciativas como a fundação de bibliotecas, a organização de museus, a realização de expedições científicas, funcionando assim como agente da promoção de atividades cultas no Novo Mundo.³⁹

A subvenção do Estado Imperial é um dos aspectos que os autores ressaltam em suas análises sobre algumas sociedades intelectuais e científicas da segunda metade do século XIX. Considerado “mecenas da *sciencia*”, D. Pedro II era um chefe de Estado que elegia os princípios da ciência como referenciais ou modelos de conduta. A representação da figura simbólica do Imperador neste universo ilustrado era tão preponderante que o mesmo se identificava com a máxima “a *sciencia* sou eu”, uma paródia da expressão de Luís XIV, na França.⁴⁰

A auto-representação de um monarca dotado de personalidade moderna e cosmopolita encontrou nas famosas exposições universais um cenário para a contemplação do espetáculo das luzes, do progresso, das letras e da ciência. Surgidas em meados do século XIX, com o

³⁶ SCHWARCZ, Lilia M.. Op. cit., p. 17.

³⁷ FERREIRA, L. O.; MAIO, M. C.; AZEVEDO, N.. **A Sociedade de Medicina e Cirurgia...** Op. cit., p. 477.

³⁸ Idem, p. 477.

³⁹ Idem, p. 477.

⁴⁰ SCHWARCZ, Lilia M.. Op. cit, p. 31.

capitalismo industrial, essas feiras eram a melhor expressão da força e da utopia modernistas. Segundo Schwarcz, sua origem data do final do século XVIII, quando as primeiras exposições foram realizadas na França e na Inglaterra.⁴¹

Inicialmente, a organização destas exposições se restringia ao âmbito nacional de alguns países europeus. Foi a partir de 1851 que as mesmas se transformaram em mostras internacionais, incluindo a participação de representantes europeus, americanos, orientais e africanos.⁴²

Intelectuais, políticos e empresários de diversos países se reuniam para exibir produtos, técnicas e novas ciências. Dotadas de caráter eminentemente cosmopolita, as exposições configuravam verdadeiros espetáculos da evolução humana, apresentando ao público um pouco de tudo. A diversão que visava proporcionar ao visitante era pautada no despertar de um universo de curiosidades que oscilava entre a imagem do exótico e a imagem do progresso.⁴³

Em profunda conexão com um ideário evolucionista, realizavam-se vultosos exercícios de classificação e catalogação da humanidade. Enquanto o mundo ocidental figurava o papel de protagonista no topo da civilização, as culturas indígenas representavam o passado da humanidade.⁴⁴

A participação do Brasil começou a ganhar expressividade a partir da terceira exposição universal, ocorrida em Londres, em 1862. Este destaque é bastante tributário da constante presença de D. Pedro II nestes eventos. A frequente participação do Imperador em diversas exposições, expedições e reuniões de cunho científico nacional e internacional fazia parte de um repertório de esforços para tentar mudar a imagem externa do Brasil. A grande missão era fazer este país se representar como uma nação que,

já conhecida como um lugar privilegiado para visita dos viajantes naturalistas, passa a pedagogicamente apresentar-se como um país “novo”. Não mais a mata e a selvageria deveriam ser a carta de apresentação da nação, mas uma imagem moderna, industriosa, civilizada e científica.⁴⁵

Mesmo nos momentos em que as condições econômicas não eram as mais favoráveis a uma participação triunfal neste evento, o Brasil não deixava de marcar presença. No final da

⁴¹ SCHWARCZ, Lilia M. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 388.

⁴² Idem, p. 388.

⁴³ Idem, p. 389.

⁴⁴ Idem, p. 389.

⁴⁵ SCHWARCZ, Lilia M. **O Espetáculo das Raças...** Op. cit., p. 31-32.

década de 1860 e início da década de 1870, a Guerra do Paraguai impingia sérias dificuldades econômicas ao Governo Imperial. Desprovido de recursos para sustentar a dispendiosa participação nas exposições de 1867 e 1873, o Brasil não deixou de estar presente, mesmo de modo bastante tímido.⁴⁶

De qualquer modo, mesmo diante das limitações econômicas impostas algumas vezes pelas circunstâncias, não eram poupados esforços para promover a publicidade do Brasil. A exaltação das potencialidades desta nação era um projeto que merecia especial atenção do Imperador e dos diversos grupos letrados brasileiros e luso-brasileiros. Investia-se na publicação de livros informativos sobre a geografia, a economia e diversos outros aspectos da sociedade do Brasil Império. Estes impressos eram produzidos em francês, alemão, inglês e português, e eram distribuídos aos visitantes provenientes de diversos países.⁴⁷

Ganhava espaço importante nestas publicações a apresentação de algumas associações, especialmente aquelas classificadas como científicas, literárias e de instrução. Na exposição universal de 1873, ocorrida em Viena, na Áustria, o Império do Brasil publicava pela Tipografia Nacional um livro que, através de um capítulo enaltecedor da dinâmica associativa brasileira, procurava mostrar para o mundo evidências de um país evoluído, desenvolvido e civilizado. Diante das “muitas associações científicas e literárias existentes na capital do Império e da Província”, o texto começava exaltando o papel exercido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, atribuindo-lhe o estatuto de primeiro colocado entre as demais associações citadas.⁴⁸

De fato, fora fundada, em 1838, no Rio de Janeiro, esta importante entidade científico-literária. Visto como uma espécie de matriz para o surgimento de várias outras associações, o IHGB encetou a bandeira desta incipiente nação, congregando diversos homens letrados em torno do desenvolvimento de pesquisas e discussões de temas que estavam estritamente relacionadas com as potencialidades naturais, geográficas e, sobretudo, históricas do país.

No campo da Geografia e da História, dois objetivos eram prementes nesta associação: a formulação de pesquisas que permitissem conhecer melhor o amplo território nacional e a elaboração de uma narrativa oficial e patriótica sobre o passado do país. Ambos os objetivos se estruturavam a partir da prerrogativa da ampliação do grau de civilização nos trópicos, adentrando terras ainda desconhecidas pela ciência e, ao mesmo tempo, inserindo a nação nos

⁴⁶ SCHWARCZ, Lília M. **As Barbas do Imperador...** Op. cit., p. 398.

⁴⁷ Idem, p. 398.

⁴⁸ IMPÉRIO DO BRASIL. Associações Científicas, Literárias e Industriais. In: _____. **O Império do Brasil na Exposição Universal de 1873, em Viena d'Áustria**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1873, p. 337-341.

trilhos da história universal, ditados pelo modelo civilizatório europeu. Assim, as especificidades de uma narrativa cívica do passado nacional deveriam conviver com os termos de uma concepção europeia, etnocêntrica.

Segundo Francisco Iglésias, os traços mais notáveis do IHGB eram o pragmatismo da história e o gosto da pesquisa. Sua missão era fazer uma história que tivesse “caráter pedagógico, orientadora dos novos para o patriotismo, com base no modelo dos antepassados”. Era o “velho modelo de história como mestra da vida” que se cultuava, insistindo-se na produção de biografias de vultos tidos como exemplares.⁴⁹

Muito embora o IHGB fosse uma organização formada pela iniciativa de particulares – através da contribuição dos sócios interessados – suas funções e atividades eram consideradas pelos próprios sócios como indiscutivelmente públicas e nacionais, a serviço da nação. Iglésias e Schwarcz concordam que o IHGB fosse um instituto que se caracterizasse mais como sociedade da corte, especializado na produção de um saber de cunho oficial, centralizado. Paralela à contribuição mensal dos sócios, era recorrente a recepção de favores das autoridades “públicas”, como era o caso da atenção dedicada por D. Pedro II. Assíduo às suas sessões, o Imperador não apenas as presidia, como também realizava financiamento pessoal de pesquisas no país e no estrangeiro.⁵⁰ Em franca relação com a fidelidade que caracterizava a relação do Instituto com o Imperador, D. Pedro II demonstrava, em contrapartida, muita afeição por esta sociedade intelectual.⁵¹

Formado num contexto em que se lutava pela soberania do país, o IHGB demonstrou forte identificação com a política centralizadora do período. Dessa forma, desde a sua origem, o Instituto demonstrou a finalidade explícita de construir uma “memória nacional” em que produção intelectual e relações de poder caminhavam juntas. A partir deste momento, foram despendidos esforços significativos na sistematização e construção de uma história nacional. Ao “inventar uma tradição”⁵², o instituto utilizava a história como principal elemento legitimador e de coesão.⁵³

O vínculo com este projeto político oficial era tão forte que Lucia Maria Paschoal Guimarães considera que o IHGB teria feito opção deliberada pela memória, em detrimento

⁴⁹ IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil**: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 61.

⁵⁰ IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil...** Op. cit., p. 62. Ver também: SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças...** Op. cit., p. 100.

⁵¹ IGLÉSIAS, Francisco. Op. cit., p. 64.

⁵² Schwarcz emprega este conceito dentro da acepção de Eric Hobsbawm.

⁵³ SCHWARCZ, Lilia M., **O espetáculo das raças...** Op. cit., p. 133-135.

da história. Segundo a autora, esta escolha teria sido muito mais eficiente no sentido de dotar de um passado comum um país ainda sequioso de unidade.⁵⁴

Conforme se pode depreender do que já foi falado até aqui, os grupos de intelectuais congregados nos diferentes institutos de pesquisa passaram a encontrar nestes estabelecimentos tanto a constituição de formas de socialização destinadas à discussão de temáticas referentes à ciência, às letras e à instrução como o reconhecimento social e identitário em relação às autoridades do Estado e à sociedade em geral.

No bojo deste processo que se iniciou na primeira metade do século XIX e se intensificou nas últimas décadas do Império, a constituição de uma elite ilustrada nos trópicos parecia ampliar as possibilidades de reconhecimento e distinção social de sujeitos históricos. Ao fundarem ou serem admitidos em determinada associação de renome e destaque, adquiriam forte prestígio público como “homens de *sciencia*” ou “homens de letras”.

Era a representação comum de que estes espaços científicos e literários dos quais participavam lhes davam legitimidade para discutir e apontar questões que exaltavam o papel da “ilustração” na condução dos destinos do país.⁵⁵ Além disso, muitos grupos de diversas instituições se comunicavam entre si, através de publicações internas organizadas pelas diferentes instituições. Segundo Lilia Schwarcz, era este perfil comum que garantia a estes grupos certo reconhecimento e certa multifuncionalidade, encobrando a ínfima especialização ou delimitação das áreas do saber.⁵⁶

2.1 A dinâmica associativa na segunda metade do oitocentos e o ensino superior no Brasil

O processo de formação no Brasil se diversificou de modo mais expressivo a partir da segunda metade do século XIX. Se, nas cinco primeiras décadas, o cenário estava longe de ser caracterizado como monolítico, na segunda metade, o mesmo se tornava ainda mais diversificado e heterogêneo. Enquanto as instituições pioneiras se consolidavam e ampliavam sua conquista de espaço e autonomia, outras novas despontavam no âmbito nacional.

Mesmo sendo questionável a “homogeneidade” defendida por José Murilo, pode-se afirmar que, de fato, tão logo chegando à década de 1860, não demorou muito para que o

⁵⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O Império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio A. Passos (org.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 270.

⁵⁵ SCHWARZ, Lilia M. **O espetáculo das raças...** Op. cit., p. 37.

⁵⁶ Idem, p. 37.

Brasil começasse a sentir os sintomas das mudanças que vinham se processando. Se, de um lado, diversas instituições de ensino e agremiações criadas na primeira metade do oitocentos passavam por um processo de amadurecimento e consolidação de suas identidades, por outro, seu quadro social sofria gradativas mudanças através da progressiva renovação geracional de seus membros.⁵⁷ Além disso, outras instituições eram criadas, auxiliando na expansão dos processos de socialização e das formas de produção e difusão de conhecimento.

Tradicionalmente, a historiografia considera o período compreendido a partir de 1870 como uma espécie de “divisor de águas” rumo a uma “nova era”, concebida por Sílvio Romero como o período de emergência de um “bando de ideias novas” que adotavam a ciência como cerne de discussão e como essência pretensamente transformadora da realidade.⁵⁸ De acordo com esta perspectiva, teria sido a partir desta década que se reavivaram no seio da sociedade brasileira diversos debates que buscavam traçar novos parâmetros para nortear a organização do país. Esse movimento de ideias ficou compreendido por Roque Spencer Maciel de Barros como “Ilustração Brasileira”, que se ancorava na

crença absoluta no poder das ideias, na confiança total na ciência e na certeza de que a educação intelectual era o único caminho legítimo para melhorar os homens, para transformar a nação, para ilustrar o país.⁵⁹

Dentro deste movimento de ideias, a ciência deveria estar a serviço da modernização do país e suas leis inexoráveis deveriam estar em consonância com o nobre esforço de aproximá-lo do modelo de civilização europeia, elevando-o ao nível do século. Este imaginário enaltecido da ciência estava difundido de forma intensa nos mais diversos estabelecimentos “ilustrados” do país, pretendendo construir a imagem de uma sociedade científica e moderna. Assim, de acordo com Lilia Schwarcz, “o que se valorizava nesse momento não era tanto o avanço científico, entendido enquanto incentivo a pesquisas originais, e sim uma certa ética científica, uma ‘cientificidade difusa’ e indiscriminada”.⁶⁰ Dessa forma, a ciência teria entrado primeiro como “moda” e só depois como “prática e produção”.⁶¹

O idealismo em voga neste momento se ancorava em uma retórica evolucionista e cientificista que se pautava na concepção de que as leis são imanentes e pretensamente

⁵⁷ ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 90.

⁵⁸ SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças...** Op. cit., p. 27.

⁵⁹ BARROS, Roque Spencer M. de. **A Ilustração Brasileira...** Op. cit., p. 9.

⁶⁰ SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças...** Op. cit., p. 30.

⁶¹ Idem, p. 30.

transformadoras da realidade. A inexorabilidade das leis científicas era pensada a partir de um movimento direcionado para três pontos: a colocação do país ao “nível do século”, a superação do seu “atraso cultural” e a aceleração da “marcha para o progresso”.⁶² Nesta concepção, a situação da lei nem sempre tinha que ser precisamente idêntica à da sociedade onde a mesma seria aplicada, uma vez que a lei poderia antecipar-se à realidade, como “mola propulsora” de novos tempos ou como preparação do futuro.⁶³

Assim, é praticamente consenso na historiografia a afirmação de que o incentivo à promoção de maior instrução à sociedade sobre conhecimentos ligados ao campo científico e às letras em geral configurava um ponto crucial do discurso daqueles sujeitos históricos engajados na missão de ilustrar e civilizar o país.

Esta cientificidade estava impregnada de modo difuso nos mais diversos estabelecimentos de ensino e agremiações científicas, literárias e de instrução do século XIX. Neste sentido, é preciso ter especial atenção para não restringir este “pensamento ilustrado” apenas às décadas finais do período imperial. Ainda que se manifestasse de modo diverso das teorias científicas que foram apropriadas pela chamada “geração de 1870”, a mentalidade ilustrada também permeou a missão de diversas associações fundadas na primeira metade do oitocentos.

“Civilizar”, “progredir” e “desenvolver” eram vocábulos citados com bastante recorrência nos estatutos e nos discursos produzidos pelos membros das associações. O discurso proferido na Sociedade Literária do Rio de Janeiro, em 1836, exemplifica bem a valorização do “espírito associativo” como instrumento de transformação e progresso tanto intelectual quanto material de um país.⁶⁴ As associações dedicadas ao conhecimento tinham sua importância reconhecida pelas possíveis contribuições que poderiam oferecer ao processo de formação profissional, técnico, científico e intelectual de indivíduos que a elas se associavam. Outras agremiações eram valorizadas por seus objetivos pedagógico e filantrópico na “incorporação progressiva da população à civilização e à modernidade”, ensinando gratuitamente a indivíduos menos favorecidos e formando mão-de-obra com alguma qualificação.⁶⁵

Algumas associações constituíam importantes espaços extra-acadêmicos voltados para complementar a precária formação recebida por diversos alunos e profissionais nas faculdades

⁶² BARROS, Roque Spencer. Op. cit., p.10.

⁶³ Idem, p. 11-12.

⁶⁴ Fundada em 1833 e extinta em 1844, esta sociedade se constituiu como “círculo das elites letradas” e tinha por finalidade publicar obras e promover encontros e atividades culturais. Ver: MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos...** Op. cit., p. 281.

⁶⁵ Idem, p. 280.

do Império. Maria Tereza Chaves de Mello afirma que era muito mais fora das salas de aula, em associações discentes e em revistas acadêmicas que os alunos aprendiam as novidades do pensamento ocidental que chegavam ao país.⁶⁶

Funcionando com estruturas física e pedagógica precárias, os cursos de medicina, direito e engenharia ainda não gozavam de grande credibilidade. Mas, de qualquer forma, a expansão das faculdades em terras brasileiras sinalizava para o início de um passo importante no processo de constituição da vida acadêmica e profissional nos trópicos.

A despeito da má qualidade do ensino que se recebia nas faculdades, a figura do acadêmico tornava-se socialmente estimada no Brasil. Visto como os grandes intelectuais da sociedade local, os bacharéis de direito, por exemplo, recebiam cargas simbólica e política importantes. Sua formação acadêmica recaía sobre a preparação para a retórica e a erudição em história e literatura⁶⁷, tendo como traço marcante o ecletismo de ideias.⁶⁸

Além deste caráter eclético, Lilia Schwarcz salienta que a figura do intelectual que se delineava era a daquele “pensador que surgia a expensas de uma vida acadêmica controvertida, agitada e heterogênea, construída nos institutos e associações acadêmicas, e que teve no jornalismo seu mais eficaz instrumento de luta”.⁶⁹

Todo este ecletismo intelectual passou a ser profundamente criticado nas décadas de 1870 e 1880, quando se discutia a reforma educacional proposta por Leôncio de Carvalho. Os debates estabelecidos neste contexto giravam em torno da formulação de críticas às características do ensino no Brasil Império, que seria marcado pelo primado excessivamente literário e livresco das aulas e pela supervalorização da retórica e de conhecimentos enciclopédicos, em detrimento do ensino técnico-científico.⁷⁰

Segundo José Murilo de Carvalho,

a ausência de educação científica no país vinha das escolas primária e secundária e culminava no ensino superior. Os depoimentos da época são

⁶⁶ MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Eduar), 2007, p. 37.

⁶⁷ ALONSO, Angela. Op. cit., p. 113.

⁶⁸ SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças...** Op. cit., p. 142.

⁶⁹ Idem, p. 142-143.

⁷⁰ Os historiadores Sérgio Buarque de Holanda, Alberto Venâncio Filho, José Murilo de Carvalho, Maria Tereza Chaves de Mello e Ângela Alonso são unânimes ao apontarem esta questão. Ver as seguintes obras: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. VENANCIO FILHO, Alberto. **Das Arcadas ao Bacharelismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982, p. 155. CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Eduar), 2007.

unânicos em apontar a insuficiência numérica e a total ausência de ensino científico na educação secundária brasileira.⁷¹

Tradicionalmente, a historiografia veio estabelecendo uma caracterização do ensino no Brasil Império apoiada nas críticas formuladas por Rui Barbosa, no parecer de 1882, referente à reforma do ensino intentada por Leôncio de Carvalho, em 1879. Neste documento, Rui afirmava que “o vício essencial dessa espécie de instrução, entre nós, está em ser, até hoje, exclusivamente literária”.⁷²

As críticas dirigidas a este ensino livresco e literário estariam relacionadas às dificuldades de introdução de um ensino científico e técnico que fosse eficaz na formação de profissionais capacitados na execução de projetos práticos e eficientes, que promovessem o progresso do país.

Ademais, a historiografia aponta que, a partir do final da década de 1860, teria havido um aumento do contingente de bacharéis formados em direito, o que estaria impossibilitando cada vez mais a capacidade do Estado Imperial de contemplar significativas parcelas da categoria com cargos no quadro jurídico-burocrático estatal.⁷³ A ênfase no ensino superior para formar quadros para a administração do Estado teria feito sobrar bacharéis. A aquisição de um diploma de bacharel já não mais garantia sozinho o tão almejado emprego público. Enquanto isso, os anseios de modernização econômica requisitavam profissionais técnicos.⁷⁴

Este “excedente de letrados”, não obstante o fato de ter continuado demandante de postos públicos, alocava-se em cargos privados no magistério e buscava posições na imprensa que se expandia.⁷⁵ A diminuição das oportunidades de inserção no quadro de profissionais do Estado, somada à carência de profissionais especializados em áreas práticas da ciência, teve como consequência um maior estímulo à escolha da medicina, da farmácia e da engenharia como meios de profissionalização.⁷⁶

O surgimento de programas e reformas modernizadoras trazia as promessas de profissionalizar o ensino, ampliar o acesso à formação profissional por setores menos abastados da população e expandir os postos de trabalho para os diplomados.⁷⁷ No entanto, as

⁷¹ CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002, p. 59.

⁷² Idem, p. 59.

⁷³ ALONSO, Angela. Op. cit., p. 122-123. Ver também: MELLO, Maria T. Ch. de. Op. cit., p. 65.

⁷⁴ ALONSO, Angela. Op. cit., p. 85.

⁷⁵ Idem, p. 123.

⁷⁶ Idem, p. 126.

⁷⁷ Idem, p. 123-127.

demandas continuaram não sendo atendidas. As ações estatais permaneceram tímidas no campo dos ensinos primário, secundário e superior.

Pelo Censo de 1872, apenas 23,43% da população masculina do Brasil era alfabetizada, juntamente com 13,43% de mulheres. O número de alunos matriculados em escolas primárias e secundárias era também muito baixo. De acordo com o mesmo censo, somente 16,85% da população entre seis e quinze anos frequentava escola. E havia menos de 12.000 alunos matriculados nas escolas secundárias numa população livre de 8.490.910 habitantes.⁷⁸ De acordo com José Murilo de Carvalho, os dados de ocupação fornecidos pelo Censo de 1872 permitem calcular o número de pessoas com educação superior no país em torno de 8.000.⁷⁹

Ao mesmo tempo, porém, a sociedade brasileira teria vivenciado aquilo que Maria Tereza Chaves de Mello chama de expansão das “camadas médias letradas”.⁸⁰ Em decorrência disso, a procura por cursos superiores teria crescido, levando ao aumento do número de diplomados no Brasil, em contraposição à insuficiência de vagas para todos na máquina estatal.

As faculdades recebiam muitas críticas pela má qualidade do ensino fornecido e pelo seu padrão de socialização. Ao invés de formarem profissionais técnicos, baseavam-se em manuais e bibliotecas ultrapassados, cursos enciclopédicos e professores despreparados.⁸¹ Mas a formação desses indivíduos não se restringia ao âmbito escolar. Muitos alunos e profissionais diplomados poderiam recorrer a formas de socialização extra-muros das faculdades para aperfeiçoar seu repertório científico-intelectual, sua capacitação e seu reconhecimento profissionais, bem como ampliar seu prestígio diante da sociedade brasileira.

Se o processo de valorização do espírito associativo começou a ganhar força no pós-independência, foi a partir da segunda metade do oitocentos que o mesmo se acelerou e ganhou forte dinamismo, através da consolidação de instituições que já haviam sido criadas e da enorme efervescência de outras que foram surgindo. Vítor da Fonseca constatou que a maior parte das associações (de gêneros variados) sobre as quais dispõe de data de fundação foi criada ao longo da segunda metade do século XIX, mais especificamente a partir de 1850.⁸² Consultando o *Almanak Laemmert*, no período de 1844 a 1882, verifica-se a

⁷⁸ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial.** 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 80.

⁷⁹ Idem, p. 80.

⁸⁰ MELLO, Maria Tereza Ch. de. Op. cit., p. 65.

⁸¹ ALONSO, Angela. Op. cit., p. 147-148.

⁸² FONSECA, Vítor M. M. da. **No gozo dos direitos civis...** Op. cit., p. 30.

existência de cerca de 144 associações de caráter científico, literário e de instrução na Corte e em seus distritos.

A explicação para esta “explosão” do associativismo brasileiro na segunda metade do oitocentos pode ser buscada a partir da combinação de diversos fatores. Contudo, exclui-se de antemão qualquer hipótese que analise este fenômeno como decorrente de um suposto estímulo oferecido pela ausência de restrições à liberdade de associação por parte do Estado. Pelo contrário: embora o Estado Imperial incentivasse a prática associativa, o cenário brasileiro neste momento era marcado pela tutela estatal. Sendo assim, toda vez que um grupo de indivíduos desejasse organizar uma associação, independente dos seus interesses políticos, ideológicos, culturais, profissionais ou civis, era necessário que o primeiro encontro acontecesse dentro da ordem estabelecida, sem ofender os princípios da legalidade ou do poder oficial.⁸³

2.2 A Lei 1083 e o Decreto 2711: as associações de personalidade jurídica

A partir de 1860, as disposições da lei 1083 (22 de agosto) e do decreto 2711 (19 de dezembro) foram colocadas em prática pela legislação do Estado Imperial, ficando determinado que associações de diversos gêneros estivessem obrigadas a requerer autorização para funcionar. Mesmo aquelas existentes previamente à data da lei tinham que submeter seus estatutos à apreciação estatal, regularizando sua situação jurídica.⁸⁴ Assim, aqueles sócios que não fizessem este registro deveriam ser submetidos às penas cabíveis.⁸⁵ Por conta disso, as datas de fundação das associações eram consideradas informações importantes para as autoridades responsáveis pela avaliação dos pedidos.

Em 1865, na ocasião em que o Instituto Homeopático do Brasil submetia seus estatutos à avaliação, os pareceristas mostravam-se hesitantes quanto ao fato de sua fundação ser de recente data ou não. Na tentativa de sanar tal dúvida, recorreram ao *Almanak Laemmert* e afirmaram não ter encontrado nenhuma sociedade com esta denominação na Corte. Entretanto, o nome da associação fora citado ininterruptamente nas edições de 1845 a 1853,

⁸³ JESUS, Ronaldo P. de. História e historiografia do fenômeno associativo do Brasil Monárquico (1860-1887). In: ALMEIDA, Carla M. de Carvalho & OLIVEIRA, Mônica R. de Oliveira (orgs.). **Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006, p. 285.

⁸⁴ Idem, p. 286.

⁸⁵ BRASIL. Lei n. 1083 de 22 de agosto de 1860. In: **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1860.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860 (V. 1, Parte I, Tomo XXI), p. 31. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: maio de 2011.

informando que a mesma tinha sido fundada em 10 de maio de 1844.⁸⁶ Ignorando a data de fundação do Instituto, os conselheiros não aconselharam sua penalização com base na legislação em vigor. Como o nome da associação deixara de ser citado a partir de 1853, os mesmos alegaram que não havia provas suficientes para afirmar que esta associação estivesse funcionando sem se adequar às novas exigências impostas a partir de 1860.⁸⁷

Por conseguinte, toda associação que almejasse funcionar em conformidade com a legalidade e obter o reconhecimento legal de suas práticas deveria obedecer a determinadas regras responsáveis pela burocratização da vida associativa no Brasil. Presente na sociedade brasileira desde a primeira metade do oitocentos, este caráter normativo conviveu com as associações até mesmo nos momentos em que a dinâmica associativa se mostrava mais intensa, como nas décadas finais do Império.

Dessa forma, a elaboração das normas que regulavam a organização e a dinâmica de funcionamento interno das associações não era tarefa muito simples. Após se reunirem o número de vezes necessário para a elaboração e discussão do projeto de estatuto, os sócios realizavam uma reunião para deliberar sobre o envio do mesmo ao Governo Imperial. Se a maioria dos membros presentes estivesse de acordo com as disposições do referido documento, eram lavradas as atas das sessões e redigido um requerimento solicitando a sua aprovação. Estes documentos deveriam ser assinados por todos os sócios participantes da sua elaboração, sendo obrigatório o reconhecimento de firma das assinaturas. A partir daí, iniciavam-se os trâmites do processo.

Os requerimentos para concessão de autorização e aprovação dos estatutos eram dirigidos ao Governo ou ao Corpo Legislativo por intermédio do Presidente da província onde estava localizada a associação. Poderiam também ser diretamente apresentados na Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, que, por sua vez, encaminhava-os ao Ministério dos Negócios do Império.

Após passar pelo referido Ministério, o processo era submetido ao exame e consulta do Conselho de Estado. Organizado em quatro seções (Justiça e Estrangeiros, Império, Fazenda, e Marinha e Guerra) especializadas em analisar diferentes questões, o Conselho

era acionado mediante avisos emitidos pelo Ministério dos Negócios do Império, referindo-se a consultas canalizadas pelos ministros e secretários de estado, provenientes do próprio executivo ou de outras instâncias

⁸⁶ ALMANAK Laemmert, 1848, p. 235.

⁸⁷ Instituto Homeopático do Brasil (1865). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 539; pacote 2; documento 23.

administrativas, em especial dos presidentes das províncias ou de autoridades políticas locais.⁸⁸

No caso da avaliação dos projetos de estatutos das associações, acionava-se a Seção de Fazenda ou Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado. Embora o procedimento padrão adotado fosse a emissão de parecer pelos três integrantes desta Seção, o Decreto 2711, no § 1º do artigo 9º, abria a possibilidade de diálogos com os conselheiros das demais seções. Assim, ficava determinado que

§ 1º: A secção, ou secções do Conselho de Estado, depois dos exames e informações que julgarem necessárias, darão seu parecer sobre os pontos consultados, e quaisquer outros que lhe parecerem convenientes, indicando as alterações e aditamentos que convém fazer aos estatutos.⁸⁹ (Grifos do autor)

Dessa forma, associações de diversos gêneros passaram pelo crivo avaliativo do Conselho de Estado durante o período de vinte e dois anos. Dentro de um grande universo de associações que deram origem a um vasto volume de processos de registro, esta pesquisa se debruça apenas sobre aquelas entidades classificadas como científicas, literárias e/ou de instrução pelos agentes históricos envolvidos na recepção, interpretação, aplicação e fiscalização dos ditames da lei. Após o levantamento realizado no fundo Conselho de Estado do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, foram identificadas, levantadas e analisadas as seguintes associações:

TABELA I - ASSOCIAÇÕES COM PROCESSO DE REGISTRO NO FUNDO CONSELHO DE ESTADO – ARQUIVO NACIONAL/ RJ

	NOME DA ASSOCIAÇÃO	FUNDAÇÃO ⁹⁰	DATAS DAS CONSULTAS ⁹¹
01	Academia Brasileira de Ciências Físicas ou Instituto Brasileiro de Ciência Físicas	21 de dezembro de 1874	22 de junho de 1875
02	Academia Imperial de Medicina	21 de dezembro de 1835	18 de outubro de 1866
03	Academia Pedagógica	21 de junho de 1860	30 de abril de 1861

⁸⁸ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, p. 272.

⁸⁹ BRASIL. Decreto n. 2711 de 19 de dezembro de 1860. In: **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1860**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860 (V. 1, Parte II, Tomo XXIII), p. 1128. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: maio de 2011.

⁹⁰ As datas de fundação foram retiradas dos estatutos das associações e também da seguinte fonte: ALMANAK Laemmer: administrativo, mercantil e industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro (1844-1889). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak>.

⁹¹ As datas informadas neste campo da tabela foram extraídas dos cabeçalhos das consultas realizadas pelos pareceristas da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado.

04	Associação “Biblioteca Fluminense”	11 de abril de 1847	6 de setembro de 1861 26 de abril de 1864 25 de julho de 1864 31 de outubro de 1864
05	Associação Educadora Brasileira	N. E.	16 de setembro de 1878
06	Associação Literária <i>British Subscription Library</i> ou Gabinete Inglês de Leitura	14 de maio de 1837	29 de agosto de 1863
07	Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida	1871	20 de dezembro de 1871
08	Associação Promotora da Instrução [de meninos]	1874	21 de abril de 1874
09	Associação Promotora da Instrução de Meninas	1874	16 de março de 1874
10	Ateneu Médico-Acadêmico	N. E.	13 de agosto de 1864
11	Ateneu Pedagógico	N. E.	8 de setembro de 1877
12	Club de Engenharia	24 de dezembro de 1880	29 de abril de 1881
13	Club Politécnico	1871 [provavelmente]	14 de outubro de 1872 17 de janeiro de 1874 24 de novembro de 1874
14	Congresso Brasileiro	N. E.	27 de agosto de 1877
15	Gabinete Português de Leitura	14 de maio de 1837	28 de janeiro de 1861 13 de junho de 1863 29 de outubro de 1863 26 de fevereiro de 1874
16	Grêmio Literário Português	12 de fevereiro de 1856	11 de junho de 1861
17	Instituto Civil dos Engenheiros Brasileiros	N. E.	8 de agosto de 1879
18	Instituto dos Bacharéis em Letras	2 de julho de 1863	16 de abril de 1864
19	Instituto dos Cirurgiões Dentistas	7 de setembro de 1869	7 de fevereiro de 1870
20	Instituto dos Diretores e dos Vice-Diretores e dos Professores dos Estabelecimentos de Instrução Particular	N. E.	1 de março de 1870
21	Instituto Hahnemanniano Fluminense ou Instituto Hahnemaniano	N. E. [1848: 1ª citação no <i>Almanak Laemmert</i>]	8 de fevereiro de 1879 5 de maio de 1880
22	Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Brasileiro	21 de outubro de 1838	28 de agosto de 1861
23	Instituto Homeopático do Brasil	10 de maio de 1844	12 de julho de 1865
24	Instituto Literário Maranhense	23 de março de 1864	2 de julho de 1864
25	Instituto Médico de Campos	N. E.	22 de novembro de 1861
26	Instituto Politécnico Brasileiro	N. E.	21 de novembro de 1862 9 de fevereiro de 1872
27	Instituto Polimático Brasileiro	7 de setembro de 1860	10 de outubro de 1861
28	Liceu de Botafogo	N. E.	5 de junho de 1866
29	Liceu Literário Português	1868	3 de janeiro de 1869 4 de janeiro de 1873 24 de julho de 1878
30	Sociedade Acadêmica Ateneu Central	N. E.	10 de junho de 1865
31	Sociedade Alfa Literária	N. E.	5 de novembro de 1871
32	Sociedade Amante da Instrução	Fundada em 5 de setembro de 1829 com o nome Sociedade Jovial Instrutiva. Em 1831, passou a ser chamada de Sociedade Amante da Instrução.	7 de fevereiro de 1861 27 de agosto de 1870
33	Sociedade Benficiente “Filhos da Luz”	N. E.	30 de junho de 1880
34	Sociedade Crepúsculo Literário Português	24 de novembro de 1872	10 de outubro de 1873
35	Sociedade de Beneficência Acadêmica	N. E.	16 de julho de 1867

36	Sociedade de Ciências Médicas	N. E.	31 de julho de 1866
37	Sociedade de Engenheiros	N. E.	5 de maio de 1875
38	Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil	26 de novembro de 1878	8 de fevereiro de 1879
39	Sociedade Ensaios Literários	1 de janeiro de 1860	6 de julho de 1861
40	Sociedade Evangélica Literária “Amor à Verdade”	N. E.	20 de julho de 1869
41	Sociedade Farmacêutica Brasileira	20 de março de 1851	9 de outubro de 1861 18 de novembro de 1869
42	Sociedade Instrução e Beneficência	N. E.	13 de abril de 1877
43	Sociedade Literária Liceu Paratinense	1 de janeiro de 1882	21 de outubro de 1882
44	Sociedade Literária Magdalense	N. E.	20 de agosto de 1879
45	Sociedade Médica do Rio de Janeiro (1878)	N. E.	27 de julho de 1878
46	Sociedade Médico-Farmacêutica	N. E.	31 de dezembro de 1862 20 de junho de 1865
47	Sociedade Propagadora do Magnetismo e do Júri Magnético (1862)	N. E.	3 de maio de 1862
48	Sociedade Retiro Literário Português	30 de junho de 1859	26 de novembro de 1869
Total	48 associações e 63 processos		

Fonte: Dados obtidos a partir da análise dos processos de registro do Fundo Conselho de Estado do Arquivo Nacional (RJ).

Se o projeto de estatuto fosse indeferido, os sócios deveriam reelaborá-lo de acordo com as exigências e alterações apresentadas no parecer. E diversas tentativas poderiam ocorrer até que se obtivesse, finalmente, a aprovação.

Quando aprovado o projeto de estatuto, a associação estava autorizada a funcionar ou a continuar funcionando. Mas era recorrente que, de tempos em tempos, um novo processo fosse gerado. De acordo com a determinação da legislação em vigor, nenhuma alteração estatutária poderia ser colocada em prática sem o prévio consentimento do Governo Imperial.⁹² Portanto, sempre que algum estatuto fosse reformado, era obrigatória a realização de uma nova consulta. Basicamente, foi este o motivo que levou nove das 48 associações integrantes do conjunto analisado a submeter seus estatutos à avaliação mais de uma vez – como se pode observar na Tabela I.

É preciso ressaltar que, ao trabalhar com a análise dos projetos de estatuto, esta pesquisa não assegura que todas as associações listadas na Tabela I tenham realmente existido. O fato de uma associação ter solicitado autorização para seu funcionamento e aprovação de seus projetos de estatuto não configura uma prova concreta de que ela tenha efetivamente funcionado ou até mesmo existido antes, durante ou após atender às exigências da legislação.

⁹² BRASIL. Lei n. 1083 de 22 de agosto de 1860. In: **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1860**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1860 (V. 1, Parte I, Tomo XXI), p. 32. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: maio de 2011.

Outrossim, é provável que alguns grupos tenham almejado criar sociedades e elaborado seus projetos de estatuto, sem jamais tê-las feito funcionar efetivamente, mesmo após adquirirem a aprovação dos estatutos e a autorização para seu funcionamento. Ademais, da mesma forma que algumas associações poderiam ter deixado de funcionar pelo fato de terem suas aspirações de legalização frustradas pelo Governo Imperial, outras poderiam talvez continuar funcionando na ilegalidade. Não se pode descartar também a possibilidade de que algumas associações, na condição de retardatárias e displicentes no cumprimento da lei, pudessem escamotear seu passado clandestino com o intuito de não serem penalizadas, apresentando-se como uma entidade que se pretendia fundar.

Havia também a possibilidade de alguma associação ter seu projeto de estatuto redigido e submetido à avaliação, sem haver, contudo, número suficiente de sócios para sua instalação. O caso do Ateneu Pedagógico é emblemático neste sentido. Na ocasião em que esta sociedade apresentava seus estatutos ao Governo Imperial, a mesma contava com apenas quatro sócios. Em decorrência dessa falta de membros, os conselheiros de estado consideraram que esta associação “ainda não tinha efetiva existência”. Embora a julgassem digna de autorização para funcionar, seus estatutos não poderiam ser aprovados pelo governo sem que antes a referida entidade conseguisse arregimentar um número mínimo de sócios para participar de sua elaboração, discussão e aprovação.⁹³

Enfim, o panorama do associativismo na realidade brasileira compunha um quadro complexo. Poderiam ser inúmeras as possibilidades de situações encontradas. Para desvendá-las, seria necessário mapear as trajetórias e as realizações que cada associação tivesse efetivamente realizado ao longo do tempo, recorrendo a fontes que extrapolassem o campo da visão oficial do Estado. Todavia, não elegemos este objetivo como principal foco de atenção. Pelo contrário, trata-se de uma investigação calcada na análise dos discursos evocados pelos sócios e pelos pareceristas.

O conjunto documental analisado é capaz de informar importantes aspectos que permeavam a dinâmica do “espírito associativo” de agremiações científicas, literárias e de instrução envolvidas na busca de estatuto jurídico no Brasil. Tendo ou não efetivamente existido, as associações se tornam aqui menos importantes do que a enunciação de seus discursos na relação com o Estado.

⁹³ Ateneu Pedagógico (1877). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 555, pacote 2, documento 22.

2.3 Definições e objetivos das associações

As quarenta e oito associações aqui abordadas estão divididas em tipos. Previamente pensada ou sem o procedimento prévio de uma análise empírica das fontes, esta categorização pode parecer precipitada. Apesar de ajudarem a distinguir as associações de modo didático e geral, as denominações “científicas”, “literárias” e “instrução”, na prática, estabeleciam relações tênues entre si e possuíam fronteiras fluidas. Portanto, não configuram definições estanques e herméticas.

A opção pela abordagem das entidades científicas, literárias e de instrução em um mesmo trabalho de análise decorre da identificação de um objetivo comum existente entre elas, qual seja: difundir as letras e as ciências por meio da instrução, da discussão e do estudo, contribuindo para o desenvolvimento, progresso, evolução e civilização do país.

Todos os estatutos possuem, logo no início de seu texto, a apresentação dos objetivos ou finalidades do grupo, especificando as principais funções a que os membros se dedicavam ou pretendiam se dedicar. Este item permite a percepção da ênfase atribuída à instrução científico-literária na promoção do progresso intelectual do Brasil.

Não obstante a existência de especificidades entre as associações, a missão de promover o progresso, a evolução e a civilização através da difusão das letras e da ciência era um ponto comum em torno do qual as associações se aglutinavam, perpassando os objetivos de todas elas. Afinal, é provável que a maior parte das associações contempladas por essa pesquisa tenha filtrado, ainda que de forma difusa, a crença do homem oitocentista no poder das ideias, na confiança na ciência e na convicção de que a educação era um caminho legítimo para melhorar os homens, para transformar um país e ilustrá-lo.⁹⁴

Como um dos vetores responsáveis pela difusão de princípios considerados essenciais à formação de um país civilizado, culto e esclarecido, as associações que se dedicavam às ciências, às letras e à instrução se valiam de um discurso progressista e civilizatório muito impregnado de projeções otimistas para um futuro repleto de contínuos avanços e evoluções.

No projeto de estatuto do Club Politécnico, os sócios fundadores empregaram um discurso enaltecedor que atribuía a essa agremiação o papel de

complemento indispensável à instrução primária, um auxiliar poderoso da instrução secundária, nexa permanente que reunirá a essa civilização do mundo com a decente civilização do Império americano, sendo, na opinião de sábias mentes, a perfectibilidade da raça humana dependente

⁹⁴ BARROS, Roque Spencer. Op. cit., p. 9.

principalmente do conhecimento e da propagação daquelas ciências. Esta sociedade, comovendo o estudo de tudo o que a razão compreende, impressionando a imaginação, instruindo, recreando, atenderá a desenvolver o cultivo das ciências e das artes úteis, cansar o espírito, aspirando a dar um próximo futuro com foco de calor para aquecer os corações e esclarecer as inteligências.⁹⁵ (Grifos do autor)

Os discursos enaltecedores da instrução e da ilustração nem sempre assumiam um caráter laico, antitético aos preceitos cristãos. A associação Crepúsculo Literário Português, por exemplo, combinava um discurso evolucionista ilustrado com uma visão cristã típica do perfil intelectual de muitos membros que frequentavam o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Na sessão de 12 de janeiro de 1873, o secretário responsável pela redação das atas das reuniões do Crepúsculo Literário Português parafraseou a seguinte passagem do discurso proferido pelo presidente desta associação:

O Sr. Eugênio de Campos de Albuquerque fez uma resenha das evoluções sociais desde épocas remotas, concluindo que a educação e instrução dos povos deve ser o ponto objetivo não só de todos os governos moralizados, mas também de todo aquele indivíduo a quem a fortuna permitir receber desde os primeiros anos de sua passagem na terra, o batismo lustial do espírito pelas águas límpidas da escola. E sustentando que os grandes obstáculos que em todos os tempos tem acabrunhado, abatido e aniquilado algumas nações receberam somente na ignorância do mais real e do mais perigoso de todos os poderes – o poder do povo embrutecido -, conclui o Sr. Albuquerque dizendo que é igualmente necessária a educação física ou do corpo, moral ou do coração, intelectual ou de espírito, por isso que só a concorrência destes três gêneros de educação pode colocar o indivíduo na condição de amar a Deus e ao próximo, e, como diz o erudito Sr. Antonio Feliciano de Castilho, dar-lhe a certeza de gozar a eterna bem-aventurança, remate, epílogo de todas as nossas esperanças.⁹⁶ (Grifos do autor)

Como se pode depreender de expressões como “evoluções sociais”, “batismo lustial do espírito” e “colocar o indivíduo na condição de amar a Deus e ao próximo”, a missão de ilustrar o povo através da instrução passava, neste caso, por uma concepção evolutiva cristã. A analogia entre a “educação” e o “batismo religioso” evidencia uma concepção de civilização diversa daquela pautada exclusivamente em fundamentos laicos.

Atribuindo à educação uma nítida função de moralização do comportamento humano, o Sr. Eugênio de Campos considerava que o indivíduo educado, instruído e esclarecido – ou

⁹⁵ Club Politécnico (1872). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 551, pacote 1, documento 11.

⁹⁶ Associação Crepúsculo Literário Português (1873). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 551, pacote 2, documento 28.

seja, civilizado – viveria em conformidade com a moral, abandonaria o comportamento violento típico da ignorância dos “embrutecidos” e ficaria em condições de estabelecer relações sociais pacíficas, harmônicas e mantenedoras da ordem, contribuindo favoravelmente para a formação de “governos moralizados” e civilizados.⁹⁷

Os anseios de formar grupos letrados empenhados na missão de alavancar a civilização e o progresso do país por meio da ampliação do “espírito associativo” constituíam a tônica de muitas agremiações oitocentistas. Todavia, se esta missão era comum, os grupos que se encarregavam de defendê-la não eram homogêneos, nem tampouco suas clientelas.

Lilia Schwarcz afirma que pouco se sabe sobre a origem social dos indivíduos que compunham as agremiações científicas e literárias da segunda metade do oitocentos. A autora conseguiu levantar apenas alguns aspectos gerais que os caracterizavam. Dentre os pontos que a mesma apresenta, destaca-se que a elite ilustrada não era, em sua maioria, originária das camadas mais pobres, embora não fosse porta-voz exclusiva dos interesses das ditas “classes dominantes”. Sua atuação não era calcada no interesse de classe. Além disso, esses intelectuais da ciência, a despeito de sua origem social, procuravam “legitimar cientificamente suas posições nas instituições de saber de que participavam e por meio delas”.⁹⁸

Enquanto algumas associações se incumbiam de promover o progresso e a civilização por meio da congregação de indivíduos com perfis profissionais diversificados, outras buscavam se constituir enquanto grupos delineados com base em uma profissão comum. Analisando a tabela a seguir, percebe-se que as quarenta e oito associações agregavam, de modo geral, sócios envolvidos com as seguintes áreas profissionais: medicina, farmácia, engenharia, magistério e direito. Como se observa, esta tabela estabelece a separação das associações em grupos designados pelos adjetivos “científicas”, “literárias” e “instrução”, informando o modo como cada uma delas abordava, em seus respectivos estatutos, o quesito profissão.

⁹⁷ Inserido em um contexto de solicitação de aprovação dos estatutos pelo Governo Imperial, há de convir que a retórica desse documento não poderia ser mais favorável aos interesses de um Estado preocupado com as possíveis desordens, tumultos ou sedições que as sociedades poderiam causar à ordem pública. Não se tem aqui a pretensão de dizer que essas palavras foram proferidas exatamente com essa intenção. Mas, de qualquer forma, pode-se inferir que se trata de uma perspectiva de educação e instrução ainda permeada por elementos de Antigo Regime, tributários do objetivo de formar súditos obedientes.

⁹⁸ SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças...** Op. cit., p. 26.

TABELA II - ASSOCIAÇÕES, TIPOS E PROFISSÕES/ OCUPAÇÕES CITADAS NAS DISPOSIÇÕES DOS ESTATUTOS

	ASSOCIAÇÕES	PROFISSÕES/ OCUPAÇÕES	
CIENTÍFICAS	MEDICINA E FARMÁCIA	Academia Imperial de Medicina (18/10/1866)	Médicos.
		Ateneu Médico-Acadêmico (1864)	Médicos e estudantes das faculdades de Medicina.
		Sociedade de Ciências Médicas (1866)	Médicos, cirurgiões.
		Sociedade Médica do Rio de Janeiro (1878)	Médicos e farmacêuticos.
		Instituto Médico de Campos (1861)	Médicos e farmacêuticos das faculdades do Brasil.
		Instituto dos Cirurgiões Dentistas (1870)	Cirurgiões dentistas; médicos.
		Sociedade Médico-Farmacêutica (1862; 1865)	Médicos e farmacêuticos.
		Sociedade Farmacêutica Brasileira (1861; 1869)	Farmacêuticos, médicos, naturalistas, professores e químicos.
		Instituto Hahnemanniano Fluminense ou Instituto Hahnemanniano [para propagação da homeopatia] (1879; 1880)	Médicos e farmacêuticos que aderiram à doutrina hahnemaniana.
		Instituto Homeopático do Brasil (1865)	Médicos e farmacêuticos.
	Sociedade Propagadora do Magnetismo e do Júri Magnético (1862)	Médicos e farmacêuticos.	
	ENGENHARIA	Club de Engenharia (1881)	Engenheiros.
		Instituto Civil dos Engenheiros Brasileiros (1879)	Engenheiros.
		Instituto Politécnico Brasileiro (1862; 1872)	Engenheiros e profissionais de áreas afins.
		Sociedade de Engenheiros (1875)	Engenheiros.
OUTRAS ÁREAS	Academia Brasileira de Ciências Físicas ou Instituto Brasileiro de Ciências Físicas (1878)	Não especifica profissão, mas delimita seus interesses na área das “ciências físicas”. ⁹⁹	
	Club Politécnico (1872; 1874; 1874)	Não especifica profissão, mas enfatiza descobertas na área de “ciências físicas”.	
	Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil (1879)	Profissionais ligados às “ciências geográficas” e afins.	
LITERÁRIAS	Associação “Biblioteca Fluminense” (1861; 1864; 1864; 1864)	Não especifica profissão nem delimita área de conhecimento. Diversos (na lista dos nomes dos membros da Diretoria, constam as seguintes profissões: professores do Colégio Pedro II, negociantes, etc.)	
	Associação Literária <i>British Subscription Library</i> ou Gabinete Inglês de Leitura (1863)	Não especifica profissão nem delimita área do conhecimento.	
	Congresso Brasileiro (1877)	Não especifica profissão nem delimita área do conhecimento.	

⁹⁹ Nos estatutos desta associação, seu objetivo geral foi assim definido: “O Instituto Brasileiro de Ciências Físicas tem por fim especial o estudo e a difusão das Ciências Físicas e dos conhecimentos relativos a estas ciências, as quais compreendem a Física propriamente dita, a Química, a mineralogia e a geologia.” Referência: Academia Brasileira de Ciências Físicas (1878). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 2.

Gabinete Português de Leitura (1861; 1863; 1863; 1874)	Não especifica profissão nem delimita área do conhecimento.
Grêmio Literário Português (1861)	Não especifica profissão nem delimita área do conhecimento.
Instituto dos Bacharéis em Letras (1864)	Não especifica profissão nem delimita área do conhecimento. (“O Instituto tem por fim reunir os bacharéis em letras do Império [...]” ¹⁰⁰).
Instituto Literário Maranhense (1864)	Não especifica profissão nem delimita área do conhecimento (“reunião de homens estudiosos e amantes das letras” ¹⁰¹).
Liceu Literário Português (1869; 1873; 1878)	Não especifica profissão nem delimita área do conhecimento.
Sociedade Acadêmica Ateneu Central (1865)	Não especifica profissão nem delimita área do conhecimento. Porém, consta que a sociedade era composta de alunos da Escola Militar e da Escola Central.
Sociedade Alfa Literária (1871)	Não especifica profissão nem delimita área do conhecimento.
Sociedade Crepúsculo Literário Português (1873)	Não especifica profissão nem delimita área do conhecimento.
Sociedade Ensaio Literários (1861)	Não especifica profissão nem delimita área do conhecimento.
Sociedade Literária Liceu Paratinense (1882)	Não especifica profissão nem delimita área do conhecimento. Diversos (“... compõe-se de um número ilimitado de sócios sem distinção de profissões.” ¹⁰²)
Sociedade Literária Magdalense (1879)	Não especifica profissão nem delimita área do conhecimento.
Sociedade Evangélica Literária “Amor à Verdade” (1869)	Não especifica profissão. Sócios evangélicos de diversas profissões.
Sociedade Retiro Literário Português (1869)	Não especifica profissão nem delimita área do conhecimento. Diversos.
Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Brasileiro (1861)	Não especifica profissão nem delimita área do conhecimento.
Instituto Polimático Brasileiro (1861)	Não especifica profissão nem delimita área do conhecimento. (Doutores licenciados ou bacharéis formados em qualquer das faculdades científicas conhecidas, ou que se dedicassem do curso delas, do comércio, das letras e belas artes.)

¹⁰⁰ Instituto dos Bacharéis em Letras do Império (1864). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 535, pacote 2, documento 35.

¹⁰¹ Instituto Literário Maranhense (1864). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 535, pacote 2, documento 39.

¹⁰² Sociedade Literária Liceu Paratinense (1882). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 559, pacote 2, documento 15.

INSTRUÇÃO	MÉTODOS DE ENSINO E INTERESSES PROFISSIONAIS	Academia Pedagógica (1861)	Professores públicos de instrução primária.
		Ateneu Pedagógico (1877) ¹⁰³	Alunos do magistério (<i>da extinta Escola Normal da Corte</i>); pessoas empregadas no ensino público ou particular da Corte; profissionais da área de educação; professores da extinta Escola Normal da Corte; professores e diretores dos colégios do país.
		Instituto dos Diretores e dos Vice-Diretores e dos Professores dos Estabelecimentos de Instrução Particular (1870)	Diretores, vice-diretores, professores da instrução primária e secundária particular do Império.
	Associação Educadora Brasileira (1878)	Não especifica profissão.	
	Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida (1871)	Não especifica profissão.	
	Associação Promotora da Instrução [de meninos] (1874)	Não especifica profissão.	
	Associação Promotora da Instrução de Meninas (1874)	Não especifica profissão.	
	Liceu de Botafogo (05/06/1866)	Não especifica profissão. Diversos pais que se juntaram com o objetivo de montar um liceu destinado a fornecer instrução e ensino a seus filhos.	
	Sociedade Amante da Instrução (1861; 1870)	Não especifica. Diversos homens “letrados”, “ilustrados”, “amantes da instrução”.	
	Sociedade Beneficente “Filhos da Luz” (1880)	Não especifica profissão.	
	Sociedade de Beneficência Acadêmica (1867)	Estudantes dos cursos médicos e farmacêuticos da Escola de Medicina da Corte, os doutores em medicina e os farmacêuticos.	
	Sociedade Instrução e Beneficência (1877)	Não especifica profissão. Diversos profissionais: médicos, engenheiros, empregados públicos, comerciantes, artistas e fazendeiros – predomínio de profissionais liberais.	

Fonte: Dados obtidos a partir da análise dos processos de registro do Fundo Conselho de Estado do Arquivo Nacional (RJ).

Deste conjunto de associações listadas acima, percebe-se que 46% especificaram a profissão ou área acadêmico-profissional dos sócios em suas disposições estatutárias, sendo que, deste percentual, 12 afirmavam em seus estatutos que seu quadro social seria composto prioritariamente de indivíduos oriundos das áreas da medicina e farmácia, 4 da engenharia e 3 do magistério de nível primário, ou seja, professores formados ou em processo de formação nas principais instituições de ensino do país (ver tabela a seguir).

¹⁰³ Nos estatutos, esta associação está definida como “científico-literária”. Suas finalidades eram “facilitar, animar e desenvolver o estudo da pedagogia e dos métodos de ensino, fundar e manter uma biblioteca, promover entre os associados, em sessões públicas ou particulares, a discussão oral ou escrita de teses relativas ao ensino.” (Ateneu Pedagógico (1877). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 555, pacote 2, documento 22).

TABELA III – PERCENTUAL DE ASSOCIAÇÕES POR ÁREA DO CONHECIMENTO

SITUAÇÃO	PROFISSÕES	TOTAL
Não delimitaram área do saber ou campo acadêmico-profissional	Diversas	26 (54%)
Delimitaram área do saber e campo acadêmico-profissional	Médicos ou estudantes de medicina; farmacêuticos ou estudantes de farmácia	12 assoc.
	Engenheiros ou estudantes de engenharia	4 assoc.
	Professores de instrução primária ou secundária	3 assoc.
	Geógrafos; profissionais ou estudiosos ligados às ciências físicas de modo geral.	3 assoc.
		22 (46%)

Fonte: Dados obtidos a partir da análise dos processos de registro do Fundo Conselho de Estado do Arquivo Nacional (RJ).

Comparando as duas tabelas, depreende-se que as ditas associações científicas eram as que mais especificavam as profissões ou ocupações dos sócios nas suas disposições estatutárias, circunscrevendo sua clientela em torno de determinados campos de formação acadêmico-profissionais mais específicos.

Embora pudesse ser recorrente o recrutamento de eventuais sócios com perfil profissional diverso da maioria que compunha seu quadro social, as agremiações cujos objetivos se pautavam na discussão de questões da medicina, da farmácia, da engenharia e até mesmo dos métodos de ensino se voltavam mais para os profissionais da área a que tinha por missão se dedicar. Portanto, seu quadro social apresentava sinais evidentes do processo de delineamento de fronteiras institucionais com base em critérios profissionais, embora o processo de especialização e as fronteiras entre as profissões aqui elencadas ainda estivessem numa fase bastante incipiente no Brasil da segunda metade do século XIX.

Quando a associação não especificava as profissões dos sócios no corpo dos estatutos, subentende-se que a mesma não possuía como missão principal a defesa de interesses específicos de determinadas profissões. Não pautando a construção de sua imagem em uma profissão ou área mais específica do conhecimento, sociedades com este perfil normalmente congregavam médicos, advogados, engenheiros, professores e demais profissionais que estavam interessados em desempenhar o papel de “ilustrados”, “letrados”, “eruditos” ou “amantes das letras e das ciências”. Quando se tratava deste objetivo mais difuso, estes indivíduos se associavam a agremiações que não se restringiam à questão profissional, mas às letras e às ciências de um modo geral.

Como se pode ver na Tabela II, parecia não fazer muito sentido para as associações literárias ou de leitura definir explicitamente, em suas disposições estatutárias, regras que restringissem a atribuição do *status* de “intelectual” ou “homem letrado” apenas aos membros de profissões consideradas mais privilegiadas nas hierarquias acadêmica e social. Intencional ou não, talvez se possa afirmar que o significado de “intelectual”, “indivíduo letrado” ou “erudito” elevava-se acima da preocupação parcial com a profissão e se pautava na contemplação de questões globais, de diversos gêneros.

Dessa forma, seria pertinente afirmar que, para os atores participantes da dinâmica associativa brasileira das últimas décadas do oitocentos, “a linha que separava ‘intelectuais’ de ‘não intelectuais’ era traçada e retraçada pelas decisões de tomar parte num modo particular de atividade”¹⁰⁴?

Para refletir um pouco sobre esta questão, é necessário compreender como os contemporâneos do século XIX concebiam a definição de “associação literária”. Uma interpretação precipitada do adjetivo “literário” que consta nos nomes de algumas associações do contexto pode induzir a pensar que as mesmas sempre se detinham especificamente ao estudo desta modalidade de produção artística, funcionando como instituições compostas por indivíduos especializados na leitura e discussão de questões relacionadas às manifestações artísticas da língua. Contudo, a acepção do homem oitocentista era bem mais ampla.

O “Novo Dicionário da Língua Portuguesa”, publicado em 1859 por Eduardo de Faria, definia o adjetivo “literário” como algo “que respeita às letras, estudos, erudição e, em geral, a todos os conhecimentos humanos”.¹⁰⁵ Era esta acepção que os indivíduos integrantes das agremiações literárias possuíam do termo. Neste sentido, os sócios imprimiam nos estatutos um perfil intelectual concebido nos moldes do indivíduo erudito e detentor de conhecimentos de caráter enciclopédico. Suas propostas de discussão procuravam contemplar diversas áreas do saber, através de uma abordagem totalizante, ampla e eclética.

A preponderância da erudição, do ecletismo e da amplitude de um saber pretensamente voltado para o desenvolvimento de todos os ramos do conhecimento humano levou o Instituto Literário Maranhense a afirmar nos seus estatutos que, “como corporação literária, poderia ocupar-se de todos os assuntos de utilidade para as ciências e letras”.¹⁰⁶ O Instituto dos Bacharéis em Letras, por sua vez, também exemplifica o uso do termo “letras”

¹⁰⁴ BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e intérpretes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 16.

¹⁰⁵ FARIA, Eduardo de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia., 1859, v. 3, p. 601.

¹⁰⁶ Instituto Literário Maranhense (1864). Arquivo Nacional – Fundo Conselho de Estado: caixa 535; pacote 2; documento 39.

em sentido *lato*. O nome parece informar que se tratava de uma associação composta por indivíduos formados especificamente na área dedicada ao estudo das línguas e das literaturas. No entanto, essa interpretação não se confirma quando analisado o objetivo da associação e a área de formação de seus respectivos sócios.¹⁰⁷

Propondo-se a contemplar um vasto cabedal de disciplinas científicas, os membros desta sociedade se reuniram na tarde do dia 28 de novembro de 1863, na Rua do Rezende, no Rio de Janeiro, para deliberarem sobre o envio dos estatutos ao Governo Imperial. Composta apenas de homens, a associação redigiu uma lista em que estão registrados setenta e um sócios, dos quais cerca de 90% eram estudantes de medicina e direito, além de médicos e advogados formados e funcionários públicos.

Além de ter sido um círculo social formado por homens oriundos eminentemente destas áreas, o Instituto dos Bacharéis em Letras propugnava os objetivos de “combinar e promover o progresso intelectual de seus associados através de discussões e aulas” organizadas por onze comissões, designadas por seus integrantes como “literárias e científicas”, referentes às diversas áreas do saber, quais sejam: línguas mortas, História e Geografia, História do Brasil, Filosofia, Retórica e Poética, Literatura Nacional, Física e Química, Zoologia e Botânica, Mineralogia e Geologia, e Matemáticas. Embora a presença de disciplinas ligadas às ciências naturais e físicas diversificasse as áreas de dedicação da entidade que se pretendia fundar, os conselheiros de Estado, em consulta datada de 16 de abril de 1864, consideravam-na de “caráter literário”.¹⁰⁸

Este instituto ilustra muito bem uma peculiaridade do conjunto formado pelas sociedades denominadas “literárias”. Como se pode ver através destes exemplos demonstrados, instituições deste tipo pareciam possuir um caráter muito mais marcado pela multiplicidade ou coexistência de diversos ramos do saber dentro de uma mesma instituição do que propriamente pela especialização em uma área do conhecimento.¹⁰⁹

¹⁰⁷ Segundo Marisa Lajolo, enquanto lugar privilegiado e autônomo para o estudo das línguas e literaturas, os cursos brasileiros de letras são recentes. Foi somente na década de trinta do século XX que se institucionalizaram os primeiros cursos especializados no estudo das línguas e das literaturas. Antes disso, imperava a concepção de ensino difundida pelo curso de Bacharelado em Letras do Colégio Pedro II. Criado em 1837, este bacharelado abarcava diversas áreas do conhecimento, respaldando-se na tradição erudita do estudo das chamadas disciplinas “letradas” que integravam os currículos de diversos cursos. LAJOLO, Marisa. **No jardim das letras, o pomo da discórdia**, p. 1. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio36.html>>. Acesso em: 25/05/2011.

¹⁰⁸ Instituto dos Bacharéis em Letras (1864). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 535, pacote 2, documento 35.

¹⁰⁹ Há que se tomar cuidado de não se incorrer no equívoco de uma afirmação precipitada de que nenhum esforço havia para privilegiar algumas disciplinas em detrimento de outras.

De qualquer forma, estas instituições expressavam, por meio de seus estatutos, uma concepção segundo a qual a formação de intelectuais eruditos suplantava a formação em saberes dotados de certo nível de especialização. Assim, este perfil parece ser bastante similar ao modelo institucional do IHGB, que reunia, no escopo de suas pesquisas, intelectuais que transitavam pelas diversas áreas do conhecimento.

Algumas associações de instrução, como a Academia Pedagógica, o Ateneu Pedagógico e o Instituto dos Diretores e Vice-Diretores de Estabelecimentos de Instrução Particular delimitavam melhor as temáticas de suas discussões, tendo como finalidades “animar e desenvolver o ensino da pedagogia”¹¹⁰ e “propor e admitir as modificações e inovações sobre métodos de ensino e compêndios”¹¹¹. Considerando-se uma “sociedade científico-literária”, o Ateneu Pedagógico adotava como finalidades “facilitar, animar e desenvolver o estudo da pedagogia e dos métodos de ensino, fundar e manter uma biblioteca, promover entre os associados, em sessões públicas ou particulares, a discussão oral ou escrita de teses relativas ao ensino”.¹¹²

As associações consideradas “científicas”, dentro das restrições do conjunto analisado, expressavam, através das finalidades e funções apresentadas em seus estatutos, discussões de caráter mais especializado – se comparadas às literárias. De modo geral, estas se dedicavam à discussão de questões diretamente ligadas a áreas mais especializadas do conhecimento, contemplando questões acadêmico-profissionais específicas. Eram espaços que pretendiam congrega, em geral, médicos, farmacêuticos e engenheiros, visando os desenvolvimentos técnico, científico e profissional de seus sócios.

As sociedades de medicina, de farmácia, de engenharia e de geografia que foram analisadas aparecem com objetivos especificamente convergidos para as respectivas áreas que constam de seus nomes. Até mesmo a Sociedade de Ciências Físicas, que, genericamente, abarcava todas as ciências assim chamadas, apresentava um certo nível de especialização em seu foco institucional, ainda que este fosse parcamente delimitado.

As associações científicas possuíam fins que convergiam mais especificamente para áreas como a medicina, a farmácia e a engenharia e, normalmente, não tinham como objetivo central o fornecimento de instrução para indivíduos externos ao quadro de sócios. Eram as sociedades literárias e de instrução que assumiam uma atuação mais voltada para o

¹¹⁰ Ateneu Pedagógico (1877). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 555, pacote 2, documento 22.

¹¹¹ Instituto dos Diretores e Vice-Diretores de Estabelecimentos de Instrução Particular, e de professores da mesma instrução (1870). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 549, pacote 16, documento ?

¹¹² Ateneu Pedagógico (1877). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 555, pacote 2, documento 22.

desenvolvimento de um trabalho pedagógico que extrapolava seus muros institucionais, exercendo papel importante na difusão de ensino tanto aos sócios quanto aos não sócios.

Dentre as dezoito associações científicas analisadas, apenas o Club Politécnico pretendia ser um complemento à instrução de níveis primário e secundário. Composta de nacionais e estrangeiros, esta sociedade anônima tinha como objetivo a formação de auxílio recíproco entre os sócios para subsidiar discussões científicas, criação de biblioteca, estimulando a curiosidade pública de modo atrativo para “inspirar o gosto pelo estudo das ciências, considerando as suas infinitas aplicações”.¹¹³

Em 1879, os sócios do Instituto *Hahnemaniano* do Brasil enviavam ao Conselho de Estado seus estatutos para fins de aprovação. Ao descreverem neste documento as finalidades da associação, os membros deixaram explícito que esta possuía uma “natureza cujos fins se limitam [limitavam] a desenvolver e propagar o estudo da homeopatia”, além de seus membros, “por sua dedicação, luzes e meios concorrerem para o aperfeiçoamento e propagação da doutrina médica fundada por *Hahneman*”.¹¹⁴ Assim também se expressava a Sociedade de Engenheiros, em 1875, quando os sócios afirmavam objetivamente nos estatutos que suas finalidades eram:

promover o progresso dos diferentes ramos da Engenharia no Brasil e facilitar aos seus membros a aquisição de todos os dados e informações que interessam à profissão, auxiliando-se reciprocamente para a instalação de uma biblioteca especial e de uma sala de leitura (...).¹¹⁵ (Grifos do autor)

Tanto o Instituto *Hahnemaniano* quanto a Sociedade de Engenheiros informavam, através das primeiras disposições de seus estatutos, objetivos marcadamente atrelados a uma dimensão mais especializada da prática da ciência e da profissão. No primeiro caso, tem-se uma clara definição de que aquela agremiação congregava médicos e farmacêuticos em torno da discussão da questão da homeopatia, enquanto o segundo exemplo citado recai sobre o campo da Engenharia no Brasil, atendendo a um grupo bem delimitado de engenheiros que se dedicavam a estes setores em específico.

Estes dois casos, assim como a maioria das associações “científicas”, refletem o processo de institucionalização de diversos ramos do saber no Brasil. Conforme já enunciado

¹¹³ Club Politécnico (1872). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 551, pacote 1, documento 11.

¹¹⁴ Instituto Hahnemaniano (1880). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 557, pacote 1, documento 6.

¹¹⁵ Sociedade de Engenheiros (1875). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 553, pacote 2, documento 23.

anteriormente, este processo começou a se consolidar a partir da segunda metade do século XIX, caracterizando os oitocentos como o século da ciência e a “era” de uma cultura política extremamente confiante no progresso que as leis inexoráveis da evolução e da razão científicas poderiam proporcionar ao país.

Tanto no campo da engenharia como no campo das ciências médicas, a grande missão dos profissionais era a busca de reconhecimento e de ampliação do seu espaço de atuação. Analisemos, primeiramente, a situação da engenharia no Brasil. Em seguida, iremos nos debruçar sobre as práticas médicas.

Fundada em 1839, a Escola Militar da Corte foi uma das primeiras a formar engenheiros no Brasil. Em 1858, também foi criada a Escola Central. Ambas eram vinculadas ao Ministério da Guerra e se voltavam majoritariamente para a formação no campo da engenharia militar. Na década de 1870, esse quadro passou por mudanças. Pelo decreto n. 5600, de 25 de abril de 1874, a Escola Central foi reorganizada e transferida para o Ministério do Império, passando a se chamar Escola Politécnica.¹¹⁶ A partir de então, destinava-se a formar apenas engenheiros civis.¹¹⁷

A engenharia civil expandia o campo de atuação dos profissionais da área. O trabalho dos engenheiros se tornava cada vez mais requisitado nos projetos e ações relacionados à infra-estrutura e aos “melhoramentos” urbanos. A construção de obras públicas e de ferrovias no Brasil parecia reforçar, cada vez mais, o vínculo da engenharia com os principais pensamentos progressistas que estavam em discussão no país.¹¹⁸

No início, a formação especializada ainda não garantia estabilidade profissional, tendo-se em vista a grande presença e inserção de engenheiros estrangeiros no mercado brasileiro. Ao poucos, porém, esta realidade parece ter sofrido mudanças. O historiador da ciência, Pedro Eduardo Marinho, considera que a atuação destes profissionais em associações científicas teria sido decisiva para a conquista de espaço e reconhecimento profissional no Brasil.¹¹⁹

Inicialmente congregados em torno do Instituto Politécnico Brasileiro, os engenheiros também fundaram, em 24 de dezembro de 1880, num sobrado de uma casa comercial da Rua

¹¹⁶ ALMANAK Laemmert, 1875, p. 89.

¹¹⁷ CASTRO, Celso. **A Escola Militar da Praia Vermelha**. In: _____. Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p. 43.

¹¹⁸ MONTEIRO, Renata Felipe. A ciência adentrando o Sertão do Ceará. In: *Contraponto* – Revista Eletrônica de História, Teresina, n. 1, v. 1, jun. 2011, p. 3.

¹¹⁹ MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. Porta-vozes numa era de incertezas: o Club de Engenharia e a concepção de uma inspetoria geral das estradas de ferro. In: *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 171. Disponível em: www.sbh.org.br/arquivo/download. Acesso em: 12/10/2011.

do Ouvidor, outra associação cujo nome era Club de Engenharia. Segundo Marinho, o Club teria sido responsável pela organização, representação e institucionalização desses intelectuais tecno-científicos frente à política estatal e à própria sociedade brasileira.¹²⁰

Este caráter do Club de Engenharia foi tão forte que a sua fundação teria se consolidado com a realização do 1º Congresso de Estrada de Ferro do Brasil (CEFB), em 1882. Pioneiro e de projeção nacional, este encontro se destinava a debater assuntos ligados às ferrovias e demais questões da engenharia civil.¹²¹ Contando com as ilustres presenças do imperador e do Conde D'Eu, o grupo dirigente do Club, apoiado pelas demais entidades envolvidas com a área profissional em questão, tomou a palavra no Congresso. Reivindicava-se explicitamente a criação de um Conselho Superior Consultivo, composto de profissionais técnicos especializados, para atuar junto ao Ministério das Obras Públicas. O objetivo da proposta seria garantir aos engenheiros associados a participação na formulação e fiscalização de projetos ferroviários executados pelo Governo Imperial. Portanto, esta seria uma forma de reservar a estes tecno-cientistas um espaço no poder público, envolvendo-os diretamente na implementação de ações relacionadas aos projetos de engenharia.¹²²

Além de demonstrar a capacidade de organização dos engenheiros do Club de Engenharia, o Congresso teve como principal resultado a ampliação do campo de atuação dos engenheiros no Brasil, elevando seu prestígio profissional junto aos órgãos político-administrativos. A partir de então, diversos engenheiros que integravam o grupo dirigente desta associação – como Antonio Augusto Fernandes Pinheiro, Raimundo Teixeira Belford Roxo, Francisco Bicalho, Carlos Conrad Niemeyer e André Augusto Paulo de Frontin – passaram a ser convidados pelo Governo para compor comissões destinadas à criação de regulamentos para fiscalizar os estudos, a construção e o tráfego das estradas de ferro.¹²³

Mas não era apenas a engenharia que passava a ser tão requisitada no Brasil. O gradativo aumento populacional da Corte, decorrente do significativo fluxo de pessoas que por ela transitavam, tornava cada vez mais urgente a sistematização de práticas relacionadas à saúde pública. Neste sentido, as primeiras iniciativas não partiram exclusivamente do Estado Imperial.

Já nos primeiros anos do pós-independência as associações médicas passaram a ganhar destaque por parte do poder público. Em 30 de junho de 1829, a "Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro" foi fundada e aprovada pelo governo imperial. Seis anos depois, em 21 de

¹²⁰ Ibidem, p. 175.

¹²¹ Idem, p. 176-177.

¹²² Idem, p. 177-178.

¹²³ Idem, p. 180-181.

dezembro de 1835, foi incorporada pelo governo como "Academia Imperial de Medicina". E, em 1866, reformulou um novo projeto de estatuto.¹²⁴

Sob a proteção e a subvenção do Estado Imperial, esta entidade prestava importantes serviços não só a ciência como ao governo. Além de “trabalhar pelo desenvolvimento e progresso das ciências médicas”, atendia às demandas estatais na área da saúde pública, realizando estudos, discussões e publicando textos sobre os principais males que acometiam a saúde da sociedade brasileira.¹²⁵ Neste sentido, destacavam-se as questões referentes às condições de higiene, às doenças tropicais e à oficialização das práticas de cura.

Os processos de institucionalização e especialização da medicina conduziam à delimitação dos espaços de discussão da ciência, que passavam a ser frequentados predominantemente por indivíduos que se consideravam “especialistas”. Estes arrogavam para si o estatuto de praticantes oficiais e legais da medicina, em contraposição às práticas concebidas como não oficiais.

Os médicos e os farmacêuticos se reuniam para discutir não apenas técnicas do ofício ou teorias científicas, mas também formas de conquistar o reconhecimento de suas práticas através da consolidação da regulamentação jurídica de suas respectivas profissões. Tudo isso, no âmbito das discussões de Bourdieu, estaria atrelado à tendência de “autonomização” do campo profissional, em que se passa a distinguir mais claramente os limites – embora ainda incipientes no Brasil – entre aquelas práticas consideradas oficiais e legítimas pelos códigos e regras compartilhadas pelos pares e aquelas práticas denominadas “profanas”, não circunscritas ao âmbito deste campo que vai se constituindo, cada vez mais, como restrito e de difícil acesso pelos leigos.¹²⁶

Assim, estes círculos sociais constituíam importantes campos de produção de discursos, práticas, códigos e valores que tanto refletiam um processo de especialização das ciências dentro das instituições, como também exerciam um profícuo papel na implementação e reforço dessa tendência. As associações científicas, ao configurarem espaços de convívio e discussão entre pares letrados e dotados de condições sociais muitas vezes privilegiadas, tendiam a elevar o “status” ou o “poder simbólico”¹²⁷ de determinadas profissões.

¹²⁴ MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos...** Op. cit., p. 267.

¹²⁵ ALMANAK Laemmert, 1864, suplemento, p. 5; ALMANAK Laemmert, 1877, suplemento, p. 12.

¹²⁶ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 225-227.

¹²⁷ Idem, pp. 14 e 188.

No início da década de 1860, determinado número de médicos e farmacêuticos se reuniu e formou uma sociedade denominada “Médico-Farmacêutica”¹²⁸. Embora constituída de duas profissões distintas, esta associação deixou transparecer através da sua documentação um perfil bastante especializado, uma vez se restringindo apenas a estes dois profissionais.

Vale ressaltar que a medicina e a farmácia ainda não conformavam campos científicos totalmente independentes um do outro. Desde muito tempo, o ensino da farmácia no Brasil e em Portugal esteve estritamente vinculado ao da medicina, reforçando sua posição de dependência e de inferioridade na hierarquia acadêmica.¹²⁹ Instalado nas faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro em 1832, o curso farmacêutico assumia o papel de parte integrante dos currículos obrigatórios dos cursos médicos. Dessa forma, não havia uma formação acadêmica exclusivamente voltada para a geração de profissionais farmacêuticos. Eram os médicos que acabavam exercendo este ofício no cotidiano de suas práticas profissionais.

Verônica Pimenta Velloso afirma que a questão da oficialização do ensino e de seus instrumentos teria levado os farmacêuticos a conquistarem a criação de espaços para seu exercício profissional, repercutindo num movimento de gradual restrição de suas práticas a determinado grupo. No bojo deste processo, muitos esforços eram mobilizados para que a farmácia conquistasse o reconhecimento de seu estatuto de cientificidade.¹³⁰ Este processo é, de certo modo, tributário da fundação da Escola de Farmácia em Ouro Preto, Minas Gerais, em 1839.¹³¹ Esta foi uma das primeiras ocorrências de ensino farmacêutico voltado para a formação de profissionais especializados na área. Inicialmente, sua projeção era de âmbito provincial, mas não demorou muito para que nela fossem formados farmacêuticos de grande destaque no âmbito nacional. Ezequiel Correia dos Santos (1801-1864) foi um dos que se destacaram na elevação da identidade profissional da farmácia no Brasil, após ingressar na Academia Imperial de Medicina, presidir a Sociedade Farmacêutica Brasileira e publicar, juntamente com seu filho, uma revista especializada.¹³²

¹²⁸ Sociedade Médico-Farmacêutica (1865). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 532, pacote 1, documento 29.

¹²⁹ VELLOSO, Verônica Pimenta. **Associações farmacêuticas e ensino: a busca do sentido científico no oitocentos.** XIII Encontro de História/ Anpuh-Rio. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ppghcs>>. Acesso em: 22/09/08, p. 2-3.

¹³⁰ Idem, p. 2-3.

¹³¹ SANTOS FILHO, Lycurgo. Medicina no Período Imperial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **O Brasil Monárquico: reações e transações.** 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 2, v. 5), p. 559.

¹³² Idem, p. 559.

Segundo Velloso, seria a partir da segunda metade do século XIX que a farmácia passaria por um gradativo processo de autonomização e emancipação em relação à medicina.¹³³ Em algumas associações, porém, médicos e farmacêuticos conviviam juntos, compartilhando suas leituras, promovendo discussões conjuntas e até mesmo publicando artigos em um mesmo periódico.

Muito embora se afirme que, neste contexto, estivesse em discussão o desejo de autonomia das instituições de ensino farmacêutico de se equipararem aos médicos e cirurgiões em termos de prestígio e reconhecimento, não se verificam nos estatutos da Sociedade Médico-Farmacêutica divergências entre as duas profissões. Uma análise superficial dos seus critérios de admissão é capaz de revelar que as relações entre ambos os profissionais eram tênues. Conquanto médicos e farmacêuticos aparecessem como nominalmente distintos, ambos se imiscuíam e se entrelaçavam em um discurso preponderante da medicina, que ainda incorporava a farmácia como uma espécie de apêndice ou complemento curricular.

Na década de 1860, a farmácia se encontrava ainda em uma fase bastante incipiente de seu processo de autonomização. A formação da maioria dos farmacêuticos brasileiros ainda continuava sendo realizada nas faculdades de medicina, contribuindo para que houvesse um forte imbricamento entre as duas formações acadêmico-profissionais.

Dessa forma, a Sociedade Médico-Farmacêutica determinava como um dos critérios de admissão de sócios contribuintes que estes fossem médicos ou farmacêuticos nacionais ou estrangeiros “autorizados pelas escolas de medicina do Brasil”¹³⁴. Como se pode ver, as práticas legais da farmácia deveriam ser submetidas às mesmas instituições consideradas idôneas na função de conceder autorização para o exercício da profissão médica, conformando uma relação de dependência daquela em relação a esta.

A preocupação dessa associação com a regulamentação do exercício da medicina e da farmácia levava seus objetivos a extrapolarem as discussões científicas propriamente ditas. Dessa forma, além de classificá-la como “sociedade científica”, os conselheiros de Estado também julgaram apropriado denominá-la como “sociedade de polícia médica”¹³⁵, embasando-se no argumento de que a mesma “se propõe [propunha] a regular o processo de medicina e farmácia, e não se ocupar apenas com investigações científicas”¹³⁶.

¹³³ VELLOSO, Verónica P.. Op. cit., p. 2-3.

¹³⁴ Sociedade Médico-Farmacêutica (1865). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 532, pacote 1, documento 29.

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Idem.

Os membros desta associação explicitaram nos estatutos apresentados ao Conselho de Estado a missão de exigir o cumprimento das “leis regentes e especiais”¹³⁷ que regulamentavam as práticas da medicina e da farmácia no Brasil. Além disso, pretendiam promover tanto a “aplicação das leis existentes no interesse da salubridade pública e da dignidade profissional”¹³⁸ quanto a solicitação de “novas leis aos poderes do Estado”¹³⁹, mostrando uma certa postura de organização do grupo diante da busca de interesses profissionais que contemplavam tanto médicos quanto farmacêuticos.

Nas disposições destes estatutos, a utilização de uma retórica favorável à oficialização ou reconhecimento oficial de ciências como a medicina e a farmácia se encontrava estritamente relacionada com propostas que estavam longe de prescindir do objetivo de acumulação de poder simbólico por parte desses profissionais letrados. Por trás de um discurso aparentemente neutro e imparcial, encontram-se objetivos atrelados à afirmação e consolidação de determinados preceitos da profissão. O conceito de profissão é entendido aqui como uma “construção social, produto de um trabalho social de construção de um grupo e de uma representação dos grupos, que se insinuou no mundo social”.¹⁴⁰

O repúdio dos sócios da Associação Médico-Farmacêutica a práticas concebidas como ilegítimas pode ser considerado um exemplo do processo de delimitação e delineamento dos espaços oficiais da medicina e da farmácia a partir da relação de oposição com as práticas de cura não inseridas nos cânones da formação acadêmica. No artigo 7º dos estatutos, discriminavam-se as várias razões que pudessem levar o membro da associação a perder o direito de sócio, entre as quais se destacavam: o caso do sócio que “se recomendar [recomendasse] ao público como autor de curas maravilhosas, publicando-as nos jornais estranhos à medicina”; e aquele sócio que “se prestar [prestasse] à especulação de remédios secretos apregoados como eficazes pelos charlatães”.¹⁴¹

Eram, portanto, apontados como passíveis de deserção aqueles sócios cujas práticas deixassem de ser fiéis aos princípios formais e científicos em que as ciências médica e farmacêutica deveriam se pautar. Na concepção dos sócios que redigiram e aprovaram os estatutos, a ultrapassagem dos limites que circunscreviam os espaços da ciência acadêmica compartilhada pelos pares implicava na classificação do indivíduo como “charlatão”, desrespeitoso à lei.

¹³⁷ Ibidem.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ BOURDIEU, P.. Op. cit., p. 40.

¹⁴¹ No capítulo 3, será analisada a avaliação dos conselheiros de Estado a respeito dessa questão presente nos estatutos da Sociedade Médico-Farmacêutica.

De modo similar, os sócios da Sociedade de Ciências Médicas colocaram nos estatutos que a associação teria por emblema o seguinte dizer: “verdade na ciência, moralidade na profissão”.¹⁴² Assim, além do objetivo de promover “o estudo e progresso dos diversos ramos das ciências médicas”¹⁴³ – divididas em ciências acessórias, médicas e cirúrgicas –, os sócios se preocupavam com a defesa de uma atuação profissional calcada nos princípios da ética e da moral.

2.4 A “utilidade pública” no âmbito das letras, das “*sciencias*” e da instrução

Conforme já foi falado, as associações aqui analisadas tinham como ponto precípua entre seus objetivos a dedicação às letras, às ciências e à instrução. Embora algumas restringissem mais sua atuação a uma ou outra área, era recorrente a coexistência das seguintes funções:

- a) Investigação do conhecimento científico.
- b) Defesa de interesses profissionais específicos.
- c) Difusão dos princípios civilizatórios e ilustrados das letras e das ciências.
- d) Desenvolvimento intelectual dos sócios ou da sociedade em geral, através da montagem de biblioteca, publicação de periódicos, apresentações e discussões de comunicações científico-literárias e aulas.
- e) Promoção de ações filantrópicas: fornecimento de aulas gratuitas aos necessitados e fornecimento de consultas e remédios gratuitos.
- f) Realização de ajuda mútua entre os sócios, através da criação de caixa de socorros.

Algumas associações desenvolviam, secundariamente, a função de socorros mútuos entre os sócios, demonstrando a preocupação de criar as chamadas “caixas de socorros” destinadas a socorrer os sócios que porventura enfrentassem dificuldades financeiras para continuar os estudos. Além disso, este recurso poderia ser utilizado como auxílio à sobrevivência do sócio contribuinte e de sua esposa e filhos, em caso de pobreza extrema. E, no caso de falecimento, realizando seu funeral.

¹⁴² Sociedade de Ciências Médicas (1866). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 542, pacote 3, documento 49.

¹⁴³ Idem.

Para este fim, entende-se como mutualismo a prática dos socorros mútuos em *stricto sensu*, embora se saiba que a cooperação recíproca dos sócios em torno da aquisição de subsídios para a montagem de bibliotecas, laboratórios e estabelecimento de palestras e aulas também não deixe de ser considerada uma forma de auxílio mútuo.

TABELA IV - ASSOCIAÇÕES COM EXPRESSA PREOCUPAÇÃO COM A PRÁTICA DOS SOCORROS MÚTUOS EM SEUS ESTATUTOS (18,75%)

	ASSOCIAÇÕES	OBSERVAÇÃO
01	Ateneu Pedagógico (1877)	“Quando a sociedade contar com mais de 100 sócios efetivos, será também associação beneficente [lê-se: mutual] dos respectivos sócios efetivos.”
02	Instituto dos Bacharéis em Letras (1864)	Embora seu objetivo principal fosse “promover o progresso intelectual” dos associados, pretendia criar também uma “caixa de beneficência” [leia-se: socorros] para se socorrerem mutuamente.
03	Instituto Polimático Brasileiro (1861)	Além de se considerar e ser considerada pelos conselheiros de Estado como de caráter científico-literário, também tinha como objetivo “prestar socorros mútuos àqueles dos sócios que deles necessitassem para continuarem nos tirocínios de seus estudos.”
04	Sociedade Beneficente “Filhos da Luz” (1880)	Embora o termo “beneficente” conste em seu nome, não se trata de trabalho filantrópico, mas mutualístico.
05	Sociedade de Beneficência Acadêmica (1867)	Embora tivesse em seu nome o termo beneficente, tratava-se de uma mutual.
06	Sociedade de Engenheiros (1875)	Além de “promover o progresso dos diferentes ramos da engenharia no Brasil”, também tinha como objetivo “assegurar auxílio mútuo aos sócios”.
07	Sociedade Farmacêutica Brasileira (1861; 1869)	“[...] garantir o futuro de seus membros e de suas famílias.”
08	Sociedade Instrução e Beneficência (1877)	Embora o termo “beneficente” conste em seu nome, trata-se de mutualismo, pois os socorros deveriam ser prestados aos sócios.
09	Sociedade Médico-Farmacêutica (1862; 1865)	“Constitui-se, ao mesmo tempo, sociedade científica e de socorros mútuos.”
TOTAL: 9 (18,75%)		

Fonte: Dados obtidos a partir da análise dos processos de registro do Fundo Conselho de Estado do Arquivo Nacional (RJ).

TABELA V - ASSOCIAÇÕES COM EXPRESSA PREOCUPAÇÃO COM A PRÁTICA DA FILANTROPIA EM SEUS ESTATUTOS (20,8%)

	ASSOCIAÇÕES	OBSERVAÇÃO
01	Associação Educadora Brasileira (1878)	Ensino gratuito para alguns alunos pobres.
02	Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida (1871)	Fornecimento de vestuário, alimentação, serviços médicos e remédios gratuitos para auxiliar crianças pobres na frequência à escola.
03	Associação Promotora da Instrução [de meninos] (1874)	Auxílio às crianças pobres para poderem frequentar às aulas.
04	Associação Promotora da Instrução de Meninas (1874)	Ensino às meninas pobres.
05	Instituto Hahnemaniano Fluminense ou Instituto Hahnemaniano – para propagação da homeopatia (1879; 1880)	“O Instituto tem em vista exercer proficilmente a caridade, estabelecendo enfermarias e outros asilos, onde seja a pobreza tratada gratuitamente.”

06	Instituto Homeopático do Brasil (1865)	Fornecimento de curativos e remédios gratuitos aos pobres.
07	Instituto Literário Maranhense (1864)	Ensino gratuito aos interessados.
08	Liceu Literário Português (1869; 1873; 1878)	Nos estatutos de 1873, consta a prestação de aulas gratuitas.
09	Sociedade Amante da Instrução (1861; 1870)	“Aulas franqueadas gratuitamente à mocidade indigente”.
10	Sociedade Propagadora do Magnetismo e do Júri Magnético (1862)	“Os pacientes abandonados pelos sistemas de medicina serão tratados gratuitamente pelo magnetismo.”
TOTAL: 10 (20,8 %)		

Fonte: Dados obtidos a partir da análise dos processos de registro do Fundo Conselho de Estado do Arquivo Nacional (RJ).

Como se pode depreender da Tabela IV, os socorros mútuos (18,75%) não eram práticas muito mencionadas nos estatutos das entidades que integram o conjunto analisado. Porém, vale considerar que, apesar de ser bastante diminuta a porcentagem de associações que promoviam ou pretendiam promover os socorros mútuos entre suas atividades, percebe-se que esses indivíduos amantes das letras, das *sciencias* e da instrução também tinham a preocupação de se ampararem mutuamente nos casos de necessidade e pobreza. Afinal, vivia-se num contexto em que não havia um Estado Previdenciário, promotor de políticas sociais de amparo ao indivíduo.

Mas parece que, na prática, as caixas de socorros não eram projetos muito bem sucedidos nas associações científicas e literárias. Pelo fato de suas implantações figurarem como uma prática paralela, e não como prioridade ou objetivo central dessas associações, na maioria das vezes, os mesmos eram enunciados nos projetos de estatuto como intenções futuras, condicionadas a recursos econômicos favoráveis, quando a associação estivesse com suas bases financeiras consolidadas. No conjunto de 48 associações estudadas, a única que deixou provas em seu processo de registro quanto à efetiva implantação deste projeto foi a Sociedade Farmacêutica Brasileira. Mesmo assim, trata-se de uma experiência frustrada.

Em 1861, quando submetia seu projeto de estatuto à avaliação pelos conselheiros de Estado, esta associação pretendia instituir pensões em benefício das “classes” médica e farmacêutica, visando garantir o futuro de seus sócios ou de suas famílias.¹⁴⁴ Nos estatutos, os sócios utilizaram o termo “montepio” com uma acepção similar ou igual à ideia de “socorros mútuos”. Nesse contexto, parecia não haver uma distinção nítida entre ambos os conceitos, como passou a haver anos mais tarde. Neste caso, particularmente, o montepio não foi

¹⁴⁴ Vale ressaltar que a criação do montepio ficava assim registrada nos estatutos: “A Sociedade Farmacêutica Brasileira instalada na capital do Império em 30 de março de 1851 tem por fim: Artigo 1º: O estudo e progresso da farmacologia; da matéria médica brasileira; do livre exercício da profissão farmacêutica e de tudo quanto interesse à saúde pública; garantir o futuro de seus membros e de suas famílias por meio de um montepio que se intitulará ‘Montepio da Sociedade Farmacêutica Brasileira’.” Sociedade Farmacêutica Brasileira (1861). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 529, pacote 3, documento 51.

concebido como uma organização de mercado que pretendia obedecer a valores econômicos dotados de fins estritamente lucrativos. O que estava previsto era o compartilhamento de valores extra-econômicos e de reciprocidade entre os sócios.¹⁴⁵ E o mesmo foi implantado sob a aprovação do Governo, permanecendo ativo junto às atividades científicas da Sociedade Farmacêutica Brasileira durante cerca de oito anos.¹⁴⁶

No entanto, em 1869, por deliberação da maioria dos sócios reunidos em Assembleia Geral, foi realizada uma reforma nos estatutos, solicitando ao Governo Imperial a dissolução do montepio. Em um documento anexado aos novos estatutos encaminhados à consulta, a Diretoria da associação justificava que esta extinção era decorrente da incompatibilidade a que se havia chegado entre a receita e a despesa da associação.

Na visão da própria Diretoria, a joia e a mensalidade que cada indivíduo deveria pagar para fazer parte do quadro de sócios e para participar do montepio eram tão diminutas, que as pensões que, porventura, fossem instituídas, “absorveriam em pouco tempo o rendimento do capital, senão grande parte ou todo o capital da Sociedade”.¹⁴⁷ Com as seguintes palavras, a Diretoria prestava contas ao Governo Imperial:

Na Sociedade Farmacêutica Brasileira e Montepio respectivo, apareceu desde logo o desânimo, devido sobretudo à má organização dos estatutos, que regem a Sociedade e Montepio. Era isto de prever, desde que cada sócio tinha o direito de criar uma pensão de trezentos e sessenta mil réis para um seu instituído, tendo apenas pago uma pequena joia e obrigado a uma diminuta mensalidade; sem se ter em atenção a idade e saúde dos instituidores e instituídos, sem haver um trabalho de mortalidade, que bem pudesse reger qualquer instituição de pensão.

Os fundamentos mencionados demonstram claramente a nenhuma garantia que oferece o montepio, e tão evidente e palpável é esta sociedade que, tendo morrido apenas três instituidores, para se garantir o benefício de seus instituídos, vê-se forçada a Sociedade a dar dois terços de seu capital. Com mais razão, todo o capital seria absorvido, se mais cinco ou seis instituidores falecessem, não havendo para os sócios sobreviventes com que garantir qualquer pensão, que porventura quisessem instituir.¹⁴⁸ (Grifos do autor)

A própria Diretoria chegava à conclusão de que “o montepio não podia mais subsistir, sob pena de futuros embaraços” que levariam ao prejuízo dos sócios e à derrocada completa da associação. Mostrando-se capazes de calcular os riscos iminentes a que estava submetida a

¹⁴⁵ Sobre as diferenças conceituais entre mutuais e montepio, ver: VISCARDI, Cláudia M. R. **Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880)**. Revista Topoi – Rio de Janeiro, PPGHIS-UFRJ, Janeiro - Junho de 2008, Volume 09, p. 121.

¹⁴⁶ Sociedade Farmacêutica Brasileira (1869). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 548, pacote 3, documento 33.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Idem.

vida financeira da instituição, o Presidente Antonio Fernandes Portugal e os demais membros que a administravam afirmavam que a decisão de dissolver o montepio fora “maduramente” refletida, em conjunto com os demais sócios, demonstrando preocupação em resguardar e manter as atividades científicas que esta instituição desenvolvia.¹⁴⁹

Invocando a compreensão e a “Alta Sabedoria” do Imperador D. Pedro II, a Sociedade Farmacêutica solicitava, encarecidamente, a “graça” de serem aprovados seus novos estatutos. Comprometia-se a continuar funcionando com “caráter tão somente científico”, contribuindo com “importantes serviços à ciência e à humanidade”. E os novos estatutos foram aprovados em janeiro de 1870.¹⁵⁰

Esta experiência da Sociedade Farmacêutica talvez possa exemplificar as dificuldades enfrentadas por associações que se dispunham a desenvolver, juntamente com as atividades científico-literárias, práticas relacionadas à formação de montepio ou caixas de socorros. É possível que muitas associações científicas, literárias e de instrução que manifestassem esse desejo não o tenham nem sequer transformado em realidade. Outras o colocavam em prática, mas não conseguiam mantê-lo por muito tempo, tendo em vista suas frágeis e insuficientes bases financeiras. É possível que algumas associações nem sequer tenham calculado previamente o risco de falência de suas caixas de socorros e de seus montepios, evitando complicações e conflitos que poderiam até mesmo comprometer o andamento de suas atividades intelectuais. Mas, no caso da Sociedade Farmacêutica Brasileira, a falência do montepio não implicou no desvanecimento dos interesses científicos e profissionais que seus estatutos propugnavam.¹⁵¹

Nas pesquisas de Cláudia Viscardi sobre o mutualismo no final do século XIX e início do XX, a autora afirma que grande parte das mutuais, em vários lugares do mundo, faliram após alguns anos de existência. As razões para a insolvência de tais sociedades estariam ligadas a fatores como a incapacidade ou a impossibilidade de calcular os riscos. Como era rara a disponibilidade de acesso do homem oitocentista às taxas de expectativa média de vida da região onde a mutual se inseria e ao conhecimento das principais causas que levavam a doenças e falecimentos, inviabilizava-se o cálculo do valor correto das mensalidades e dos benefícios pagos, dificultando a obtenção de maior garantia para seu equilíbrio financeiro.

¹⁴⁹ Ibidem.

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ Sociedade Farmacêutica Brasileira (1861). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 529, pacote 3, documento 51.

Essa seria uma das razões que induziriam as mutuais a agirem “de forma mais intuitiva do que racionalmente calculada”.¹⁵²

Agora, é imprescindível refletir sobre a manifestação de ações filantrópicas no âmbito das associações científicas, literárias e de instrução analisadas nesta pesquisa, mostrando a importância de seu papel na elevação da utilidade pública dessas entidades sociais. Comparando-se as Tabelas IV e V, verifica-se que as ações filantrópicas predominam no conjunto de 48 associações contempladas por esta pesquisa.

A Tabela V informa que 10 associações (ou seja, 20,8%) desenvolviam ou pretendiam desenvolver, de alguma forma, a prática da filantropia como um de seus fins sociais. Cinco destas associações eram de instrução e duas eram literárias, as quais forneciam ou pretendiam fornecer ensino gratuito de níveis primário e secundário àqueles que não faziam parte de seus quadros sociais. As outras três entidades, como se pode observar, eram compostas por médicos e farmacêuticos, e forneciam ou pretendiam fornecer consultas, tratamentos e remédios gratuitos a quem necessitasse.

Essas ações podem ser entendidas como filantrópicas, tendo em vista que se tratava da concessão de benesses às pessoas que não faziam parte do quadro social de uma associação. Nesse sentido, estão sendo consideradas como ações filantrópicas ou beneficentes tanto a prestação de ajuda financeira quanto o fornecimento gratuito de aulas, consultas médicas e remédios.

No campo do ensino, o trabalho filantrópico se mostrava bastante relevante, considerando que este período de 1860 a 1882 era um contexto em que as ações públicas estatais ainda eram muito tímidas com relação à propagação e expansão do ensino junto às camadas sociais menos favorecidas. Como já foi falado anteriormente, o Brasil possuía um altíssimo índice de analfabetismo no século XIX.

A partir dessa constatação, José Murilo de Carvalho mostra que, no Brasil Imperial, a educação era a marca distintiva da elite política, havendo um verdadeiro abismo entre essa elite e o grosso da população em termos educacionais. Tudo isso se soma à tentativa deste autor em corroborar a difundida tese de que, neste país, haveria uma “ilha de letrados num mar de analfabetos”, reforçando a homogeneidade desta elite em termos de formação e carreira.¹⁵³

¹⁵² VISCARDI, Cláudia M. Ribeiro. **Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano.** Revista Brasileira de História. São Paulo, 2009, vol. 29, no. 58, p. 308. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v29n58/a03v2958.pdf>>. Acesso em: 25/07/11.

¹⁵³ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem...** Op. cit., p. ?

Certamente, o elevado índice de analfabetismo encontrado na sociedade brasileira era decorrente, em grande medida, da ausência efetiva de um Estado promotor de políticas sistemáticas voltadas para fornecer amplas oportunidades de instrução à sociedade em geral. Embora o Governo Imperial concebesse o ensino como profícuo vetor de luzes, progresso e civilização, as primeiras iniciativas de expansão do ensino não partiram exclusivamente dele, mas de indivíduos que se associavam com esse objetivo comum.

Perpassando os objetivos de associações de diversos gêneros, a instrução era uma prática difusa. Como tal, manifestava-se de diversas formas. Havia situações em que os sócios, na condição de aprendizes, contratavam professores externos com os recursos financeiros da associação para ministrarem aulas de diversos temas. Havia também casos em que os próprios sócios compartilhavam seus conhecimentos entre si, formando comissões internas nas quais cada um ficava responsável por ministrar aulas sobre determinados temas aos demais.

Havia casos em que a instrução não era direcionada para os sócios, mas apenas para os filhos dos sócios. O Liceu de Botafogo é um exemplo de um grupo de pais interessados em promover a instrução e o desenvolvimento intelectual de seus próprios filhos, através da formação de uma sociedade empenhada na construção de uma escola para os mesmos.¹⁵⁴

Quando o trabalho que determinada associação pretendesse realizar fosse de cunho filantrópico, a instrução era voltada apenas para os indivíduos estranhos ao quadro social. Neste caso, poderia ocorrer tanto a contratação de professores externos quanto a realização de aulas pelos próprios sócios.

Impregnadas de um discurso enaltecido que concebia a difusão das letras e da ciência pela educação como um dos fundamentos da evolução e progresso civilizatório do Brasil, muitas agremiações literárias e de instrução, além de servirem de espaços de sociabilidade de indivíduos provenientes das camadas letradas da sociedade brasileira, voltavam-se para a missão de ensinar aos pobres. Desenvolviam, portanto, um trabalho pedagógico dotado de caráter nitidamente filantrópico.

A Associação Promotora da Instrução de Meninos tinha por fim difundir, no município da Corte, os ensinos primário, secundário e superior, simultânea ou gradualmente, conforme seus meios. Para tanto, pretendia

¹⁵⁴ Liceu de Botafogo (1866). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 541, pacote 3, documento 38.

criar aulas de ensino primário e secundário e cursos de ensino profissional e superior, promover publicações úteis, conferências e leituras públicas e fundar bibliotecas, laboratórios e gabinetes de ciências naturais, além de estabelecimento de prêmios que animem o desenvolvimento da instrução pública, e a prestação de auxílios às crianças pobres para poderem frequentar às aulas.¹⁵⁵ (Grifos do autor)

A Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida se propunha a “fornecer às crianças pobres de um e outro sexo, roupa, calçado e o que for [fosse] necessário para frequentarem as escolas municipais, proporcionando-lhes outrossim o tratamento médico, no caso de moléstia”.¹⁵⁶ Sobrevivendo através de donativos, esta associação contava com a participação de médicos e farmacêuticos, os quais receberiam o título de sócio benfeitor pelo tratamento das crianças protegidas pela associação e pelos remédios fornecidos gratuitamente, “sem qualquer retribuição”.¹⁵⁷

Criadas na segunda metade do século XIX, estas duas associações citadas enalteciam sua utilidade pública no que tange ao trabalho filantrópico que pretendiam desenvolver no campo da instrução. Mas este não era mérito apenas das associações erigidas na segunda metade do oitocentos. Criada em 1829, a Sociedade Amante da Instrução foi uma das primeiras associações a desempenhar um papel pródigo nesse sentido. Em 1831, foi regulamentada pela primeira vez e, em 1861, submeteu seus novos estatutos à avaliação pelo Conselho de Estado, atendendo às novas exigências de regulamentação impostas pela lei 1083. Conhecida inicialmente pela denominação Sociedade Jovial Instrutiva¹⁵⁸, perseguia, desde o início, a finalidade de oferecer cursos gratuitos para jovens pobres, dirigindo o trabalho pedagógico às camadas pobres da população, num espírito nitidamente filantrópico. Configurava, pois, “local de contato entre homens de letras e camadas pobres urbanas, com o objetivo de levar as luzes a elas”.¹⁵⁹

Analisando as associações de instrução com objetivos análogos ao desta sociedade mencionada, constata-se que o estudo da dinâmica associativa oitocentista permite relativizar um pouco as perspectivas historiográficas que concebem a distância e as fronteiras existentes entre camadas letradas e iletradas da sociedade brasileira como completamente estanques e

¹⁵⁵ Associação Promotora da Instrução de Meninos (1874). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 552, pacote 2, documento 29.

¹⁵⁶ Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida (1871). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 550, pacote 3, documento 43.

¹⁵⁷ Idem.

¹⁵⁸ MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos**: Imprensa, Atores e Sociabilidade na Corte Imperial (1820-1840). São Paulo: HUCITEC, 2005, p. 266.

¹⁵⁹ Idem, p. 266.

herméticas. Sem ignorar a existência de profundas relações verticais e hierárquicas e valores senhoriais na sociedade do Brasil Imperial, Marco Morel defende que

a noção de que essas associações eram sempre restritas e excludentes (‘elitistas’) merece ser vista com certa atenção. Ficando apenas no âmbito das sociabilidades formais, podemos interrogá-las no tocante às clientelas e condição étnica. Havia associações que se transformavam em local de contato entre grupos letrados e camadas pobres da população.¹⁶⁰

Até mesmo as agremiações literárias portuguesas abrangidas por esta pesquisa¹⁶¹, como o Gabinete Português de Leitura e o Liceu Literário Português, destacaram-se nesta “nobre” missão. Num artigo que aborda a questão da formação de leitores no século XIX, Tânia Bessone fala que o Liceu Literário, desde a sua criação, em 1868, tinha, originalmente, um número diminuto de portugueses que queriam cooperar para “difundir mais ensino ao povo”, especialmente aos destituídos. Destarte, o liceu foi fundado e nele instituídos cursos noturnos gratuitos de instruções primária e secundária. Segundo a autora, os trabalhos realizados por esta instituição foram importantes, considerando-se, sobretudo, o alto índice de analfabetismo entre brasileiros e portugueses no período.¹⁶²

Ao falar sobre o Gabinete Português de Leitura, Bessone afirma que foram inúmeros os projetos comuns que permitiram o estreitamento de relações sociais e culturais nesta instituição, a começar pela ênfase nos cuidados de manutenção do acervo bibliográfico, significativo para médicos, advogados e comerciantes, e na integração de vários projetos culturais luso-brasileiros. Além da sala de leitura, o Gabinete possuía instalações para conferências e outros eventos culturais. Havia programação de centenários de escritores, comemorações ligadas a importantes datas comuns a Portugal e ao Brasil.¹⁶³

Além de fornecerem disciplinas bastante diversificadas e referentes a distintos campos do conhecimento humano – como cursos livres de náutica e astronomia¹⁶⁴ –, destaca-se a identidade linguística que permeava as relações culturais entre Brasil e Portugal, por meio de leituras e discussões de obras literárias escritas em língua portuguesa, visando o enaltecimento

¹⁶⁰ Ibidem, p. 290.

¹⁶¹ Vale ressaltar que as associações literárias portuguesas contempladas por essa pesquisa são: Grêmio Literário Português, Liceu Literário Português, Sociedade Crepúsculo Literário Português, Gabinete Português de Leitura e Retiro Literário Português.

¹⁶² BESSONE, Tania. **Livros e sociedade**: a formação de leitores no século XIX. *Revista Teias*, Programa de Pós-Graduação em Educação – PROPED-UERJ, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./ jun. 2000, p. 9. Disponível em: <www.revistateias.proped.pro.br/index.php/revistateias/article>. Acesso: 20/04/2011.

¹⁶³ BESSONE, Tania. **As Bibliotecas Cariocas**: o Estado e a Constituição do público leitor. In: PRADO, Maria Emília. *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil oitocentista*. Rio de Janeiro: Acces, 1999, p. 132.

¹⁶⁴ BESSONE, Tania. **Livros e Sociedade...** Op. cit., p. 9.

da língua, da literatura e da cultura luso-brasileiras.¹⁶⁵ Assim, o Gabinete Português de Leitura definia em seus estatutos que tinha por encargo promover a instrução pelos seguintes meios:

coligindo as obras e os manuscritos de mérito da língua portuguesa e reimprimindo os livros raros e imprimindo os manuscritos integrantes da língua portuguesa. Neste intuito, dirigir-se-á o Gabinete às associações literárias da mesma língua, a fim de que o coadjuvem naquele meritório empenho.¹⁶⁶

Inicialmente restritas aos portugueses, estas associações se voltavam para a constituição de saberes científicos e literários que se abriam cada vez mais ao público geral, configurando espaços de sociabilidade e solidariedade responsáveis pela intensificação de laços afetivos, políticos e profissionais entre seus frequentadores. A instrução pública oferecida pelas associações literárias portuguesas permitia a frequência de indivíduos portugueses, brasileiros e de outras nacionalidades em aulas noturnas gratuitas.¹⁶⁷

2.5 Considerações Finais

O capítulo que se encerra pretendeu demonstrar que, na manifestação do associativismo científico do Brasil oitocentista, a atividade científica e o trabalho profissional configuravam práticas inextrincáveis.¹⁶⁸ Ademais, o caráter generalista e enciclopédico do conhecimento parecia, aos poucos, restringir-se às associações literárias, enquanto as sociedades científicas “tornavam-se cada vez mais a expressão associativa de profissionais organizados por disciplinas especializadas”.¹⁶⁹

Ao mesmo tempo em que aumentava a demanda por profissionais especializados em engenharia e ciências médicas, reforçava-se como necessidade urgente a organização dos interesses dos indivíduos atuantes nestas áreas. Além de defenderem seus interesses profissionais, pretendiam complementar a sua formação através das práticas de socialização

¹⁶⁵ Neste momento de intensas relações luso-brasileiras, como o Estado via estas associações de origem portuguesa? Muito provavelmente, não havia nelas um projeto de Estado português, mas elementos de um projeto de Estado brasileiro que buscam a composição ou resgate de uma identidade lusa. Mesmo não sendo o cerne das discussões deste trabalho, esta pergunta é importante de ser lembrada e pensada como uma frutífera possibilidade de desenvolvimento de outras pesquisas.

¹⁶⁶ Gabinete Português de Leitura (junho de 1863). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 533, pacote ?, documento 33.

¹⁶⁷ BESSONE, Tania. *As Bibliotecas Cariocas...* Op. cit., p. 132.

¹⁶⁸ FERREIRA, L. O.; MAIO, M. C. e AZEVEDO, N. *A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro...* Op. cit., p. 477.

¹⁶⁹ Idem, p. 477.

propugnadas nos estatutos. Enquanto isso, as associações literárias e de instrução continuavam reforçando a sua identidade com base no eruditismo das letras.

De qualquer modo, para além dos objetivos explicitados e das definições que tinham das ciências e das letras, esses grupos procuravam legitimar suas propostas com base em discursos de teor “civilizatório”. Mas, como veremos no próximo capítulo, a forma como os sócios concebiam a estrutura organizacional e o funcionamento interno das associações parecia resultar da combinação do *status* intelectual com o pragmatismo dos interesses pertinentes à profissão e ao reconhecimento de sua utilidade pública pela sociedade brasileira e pelo Estado Imperial.

3. ENTRE PRÁTICAS E DISCURSOS: ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E PREVISÃO DE ROTINA DAS ASSOCIAÇÕES

Após expressarem seus objetivos, sua clientela e sua utilidade pública, os sócios estruturavam a organização da associação e estabeleciam as regras básicas de seu funcionamento interno. A normatização dos comportamentos e das ações propugnadas compreendia um processo em que as práticas sociais se imiscuíam com o universo das representações.

Neste capítulo, nossa tarefa será analisar a forma como esses homens de letras e ciência representavam a estrutura organizacional de suas instituições perante o Estado Imperial. Neste sentido, os estatutos nos permitem uma análise de conjunto. Muito embora este tipo documental seja capaz de evidenciar pontuais especificidades entre as associações, a sua estrutura era bastante padronizada. As próprias agremiações diziam com todas as letras que seguiam as regras estabelecidas por associações análogas.

Não seria novidade dizer que, no universo de representações contempladas pelas associações, o “mundo da ordem” fosse um traço emblemático. Afinal, a demonstração de um projeto de atuação dotado de utilidade pública e consoante às determinações da legislação vigente era fundamental para alcançar o reconhecimento legal de suas práticas.

Nesta parte da dissertação, nosso objetivo é tentar abordar, através da descrição e da análise, os principais aspectos comuns que compunham o processo de normatização das funções que essas entidades se propunham a desempenhar na segunda metade do século XIX. Através de um jogo dúbio que combinava os princípios da igualdade, da hierarquia, do privilégio e do mérito, esses grupos sociais se organizavam para defender seus objetivos e seus interesses diante do Estado e da sociedade brasileira.

Mesmo fazendo parte de um nível social letrado e, portanto, nem tão distante do acesso à esfera estatal, é possível dizer que as associações aqui analisadas não estivessem totalmente desprovidas de incertezas quanto à aceitação de seus estatutos pelo Conselho de Estado. Por isso, todo rigor era pouco no uso das palavras.

3.1 Processo de admissão e diferentes “classes”¹⁷⁰ de sócios

Os sócios discutiam e deliberavam sobre os estatutos, podendo qualquer um deles solicitar e propor as alterações que julgasse necessárias. No caso de sugestão de alguma proposta, esta era submetida à votação do grupo até que se chegasse a um consenso. Como já foi falado, após as discussões e a aprovação dos estatutos pela maioria dos membros presentes, este documento, juntamente com a ata dessa reunião, era enviado ao Conselho de Estado.

O ato de participar e estar presente na fundação da sociedade garantia aos membros a condição de fundadores. O Instituto dos Bacharéis em Letras, por exemplo, considerava como sócios fundadores “os que assistiram à sessão inicial ocorrida em 2 de janeiro de 1863”.¹⁷¹ Além disso, também havia os chamados “instaladores”, categoria utilizada para enquadrar aqueles sócios que, diferentemente dos fundadores, apenas fizeram parte da sociedade até o dia da instalação – como prescreveu a Sociedade Alfa Literária.¹⁷²

Embora fosse recorrente o fato de as associações mencionarem nos seus estatutos os nomes dos sócios considerados fundadores, nem todas utilizavam a palavra “fundador” como denominação de uma categoria específica de sócio. No entanto, pode-se dizer que, ao ser assim considerado, o sócio adquiria certo prestígio dentro do círculo social. Ao participar da fundação, este também deliberava e interferia, junto com os companheiros, nas decisões sobre as primeiras normas e regras que passavam a constar oficialmente nos estatutos.

Estruturadas de modo orgânico, as associações integravam diferentes “classes de sócios”. Os títulos de *efetivos*, *honorários* e *correspondentes* eram comuns a todas elas, ao passo que outros títulos, como os de sócios beneméritos e de benfeitores, existiam apenas em algumas delas.

Toda associação deveria possuir uma mesa diretora composta de presidente, vice-presidente, diretor, primeiro e segundo secretários, tesoureiro, procurador e orador. Além disso, essas instituições deveriam contar com comissões responsáveis por assuntos referentes aos campos de discussão intelectual. Estas comissões organizavam as sessões de apresentação de trabalhos, bem como a publicação destes em periódicos da instituição.

¹⁷⁰ Este termo está sendo usado aqui de acordo com a acepção que lhe era atribuída nos estatutos analisados nesta pesquisa, ou seja, como sinônimo de “categorias” ou “tipos” de sócios, e não como “classe social”, no sentido marxista.

¹⁷¹ Instituto dos Bacharéis em Letras (1864). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 535, pacote 2, documento 35.

¹⁷² Sociedade Alfa Literária (1871). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 550, pacote 3, documento 41.

Os sócios incumbidos do exercício destas funções deveriam ser eleitos anualmente por meio de escrutínio secreto. O processo eleitoral deveria contar com a participação de todos os sócios, à exceção dos honorários e correspondentes, que, normalmente, apenas tinham o direito de consultar ou ser consultado sobre as questões internas, e não de deliberar.

Todo processo de tomada de decisão interna era descrito nos estatutos com base em princípios que, pelo menos teoricamente, primavam pela ideia de igualdade de direitos e equilíbrio, ao mesmo tempo em que apareciam explícitas as marcas e distinções das hierarquias internas – como se pode ver na existência de diferentes tipos de sócio. No entanto, como veremos no próximo capítulo, constavam nos estatutos várias lacunas e contradições que não passavam despercebidas pelos olhares atentos dos conselheiros de Estado.

A existência de diferentes títulos estava relacionada com uma sociedade que atribuía forte significado às dimensões da hierarquia, da distinção social e do capital simbólico, principalmente em se tratando dos círculos sociais letrados. Assim, os critérios de admissão não poderiam ser iguais para todas as “classes” de sócios. Para ser admitido com o notável e distinto título de honorário, por exemplo, o sócio deveria preencher uma série de requisitos portentosos. Na Sociedade Crepúsculo Literário Português, só podia ser sócio honorário o indivíduo cujos “merecimentos literários e artísticos dessem lustre e honra à associação”.¹⁷³

Em 1865, os estatutos do Instituto Homeopático do Brasil discriminavam que

Art. 5º: A distinção de membro Honorário só poderá recair em pessoas que tenham se tornado notáveis por sua ilustração, anos, e dedicação à homeopatia, e por sua posição social.¹⁷⁴ (Grifos do autor)

Dentro da mesma lógica, o Club Politécnico prescrevia a concessão do título de honorário “às pessoas que, por sua devida posição, possam [pudessem] proteger e honrar este estabelecimento de utilidade pública”.¹⁷⁵ As personalidades consideradas “dignas” de receberem este título eram, portanto, aquelas cujo renome pudesse elevar o “capital social”¹⁷⁶ da instituição, promovendo maior destaque e credibilidade de suas “funções públicas”.

¹⁷³ Sociedade Crepúsculo Literário Português (1873). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 551, pacote 2, documento 28.

¹⁷⁴ Instituto Homeopático do Brasil (1865). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 539, pacote 2, documento 23.

¹⁷⁵ Club Politécnico (1872). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 551, pacote 1, documento 11.

¹⁷⁶ Sobre o conceito de “capital social”, ver: PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 177-180.

Como se pode ver, não era para muitos o alcance de tamanho prestígio social. Por isso, poucos conquistavam o título de honorário. Se, por um lado, esta posição de destaque era ocupada por uma restrita minoria, a grande maioria ocupava a posição de sócios efetivos. Ao contrário daqueles, estes eram obrigados a pagar a mensalidade para que permanecessem com o direito de fazer parte do grupo.

Por constituírem o maior volume de sócios, os efetivos eram os que normalmente mais contribuía para sustentar as associações financeiramente. Além do mais, os sócios correspondentes, assim como os honorários, estavam isentos das mensalidades. A categoria de “sócio correspondente” era aquela que reunia todos os membros que, porventura, passassem a residir em países estrangeiros ou em algum outro lugar fora da Corte. Sendo assim, os estatutos determinavam a permanência do direito de sócio, mas deixando de ser obrigatória a contribuição mensal.

Para ser admitido em alguma associação, todo indivíduo – exceto as propostas de sócio honorário – deveria pagar a chamada “joia”, uma quantia de entrada oferecida à diretoria da associação como um dos requisitos da admissão. Esta quantia, assim como as mensalidades e as doações feitas pelos sócios beneméritos, eram os principais elementos que compunham os fundos financeiros dessas instituições.

Mas, para além do pagamento da joia de entrada e do contrato de responsabilidade pela contribuição com uma quantia mensal, os regulamentos das associações lançavam mão de requisitos que extrapolavam a questão econômica. Além da formação acadêmica ou profissional dos pretendentes nas respectivas áreas de interesse da instituição – sobretudo no caso das científicas –, exigia-se: a elaboração de um pedido formal por escrito, que deveria ser enviado à mesa da Diretoria; a indicação ou apresentação de alguns sócios da associação; e a elaboração de uma “memória” original e inédita que versasse sobre algum assunto de interesse da instituição.

Este trabalho a que os contemporâneos chamavam de “memória” era dotado de propostas variadas, dependendo da instituição. Os temas que aparecem nos diferentes estatutos vão desde a consagração de personalidades históricas até a discussão de questões ligadas a algumas áreas da ciência, da literatura ou da instrução. O Instituto dos Bacharéis em Letras, por exemplo, exigia que “o bacharel que quisesse pertencer ao Instituto apresentasse uma memória sobre qualquer parte dos estudos do Imperial Colégio D. Pedro II”.¹⁷⁷

¹⁷⁷ Instituto dos Bacharéis em Letras. Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 535, pacote 2, documento 35.

Além disso, a proposta de admissão deveria ser votada pelos membros da sociedade por meio de escrutínio secreto, respeitando a “equidade de direitos” defendida pela instituição.

Portanto, pode-se depreender que o processo de recrutamento de sócios nas associações era pautado por regras constituídas de uma combinação de fatores tanto de ordem social quanto de ordem intelectual. Ao mesmo tempo em que os critérios de admissão e de conquista de títulos se baseavam em certos princípios do mérito, inerentes ao mundo acadêmico em processo de construção e consolidação no Brasil, percebe-se a coexistência de um forte apelo a personalidades públicas que detinham privilégios sociais e políticos importantes, sem necessariamente demonstrarem competência específica em determinado ramo do saber.

De uma forma ou de outra, a maior parte das associações estava aberta a receber personalidades importantes que, apesar de não serem da área, eram capazes de nobilitar e conferir status social ao grupo. Isso acontecia com mais recorrência nos cargos da Diretoria, que eram muitas vezes reservados a políticos importantes e pessoas de destaque.

Esta prática simbólica estava disseminada de modo difuso em associações dos mais diversos gêneros. Até mesmo as associações científicas de cunho profissional, como aquelas compostas por médicos e engenheiros não abriam mão dela. Conquanto fossem dotadas de caráter mais especializado e profissional do que as literárias e as de instrução, também convidavam ministros, conselheiros de Estado e demais autoridades não especializadas na área de conhecimento contemplada pelos sócios para compor eventuais cargos administrativos.

Além do exemplo clássico e bastante conhecido do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Politécnico Brasileiro pode ser aqui citado como um caso bastante representativo da reunião de personalidades ilustres na composição de uma Diretoria. Em 1868¹⁷⁸, Conde D’Eu preenchia o cargo de Presidente desta associação, que, desde 1867, encontrava-se vago¹⁷⁹ em decorrência da saída do Presidente antecessor, o conselheiro de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello.¹⁸⁰ E, como vice-presidente, figurava o senador e conselheiro de Estado Visconde do Rio Branco.¹⁸¹

O Instituto Homeopático Brasileiro se abria ainda mais à participação de sócios não provenientes das áreas da medicina e da farmácia. No artigo 1º de seus estatutos, seus sócios

¹⁷⁸ ALMANAK Laemmert, 1868, p. 360.

¹⁷⁹ ALMANAK Laemmert, 1867, p. 344.

¹⁸⁰ ALMANAK Laemmert, 1866, p. 341.

¹⁸¹ ALMANAK Laemmert, 1878, p. 473.

convencionaram que esta era uma “associação composta de médicos e farmacêuticos, bem como de algumas pessoas gradadas de todas as outras classes da sociedade”.¹⁸²

No entanto, isso não extirpa a constatação de que, em algumas associações, mais do que em outras, os estatutos delimitavam os critérios de recrutamento de sócios com base em determinados campos específicos de formação acadêmica ou profissional. Afinal, no caso das associações científicas, o papel importante reservado às personalidades ilustres residia mais na elevação do capital simbólico ou social de um grupo profissional ou área do conhecimento, cujos interesses apresentavam sinais de uma delimitação maior em relação à vasta generalidade do eruditismo e enciclopedismo das letras.

No interior destes espaços, percebe-se o predomínio do caráter extra-econômico¹⁸³ das relações, uma vez que os fatores econômicos eram mediados por princípios fortemente ligados ao *status*, à honra, ao poder e ao mérito intelectual dos sócios, que construía estes espaços muito mais com o intuito de conquistar reconhecimento e prestígio sociais do que gerar lucro propriamente dito.

Ao mesmo tempo em que é perceptível a necessidade destes círculos sociais de angariar pessoas socialmente reconhecidas para obter a elevação do seu “capital social”, não se pode negar que muitos sócios também almejavam fazer parte desses espaços para elevar seu próprio reconhecimento ou projeção social. Tratava-se, portanto, de relações nas quais os sócios e as associações se consagravam reciprocamente.

Não se pode negar que a participação em associações idôneas pudesse se reverter em benefício do aumento do “capital social” de alguns profissionais atuantes na Corte. Um exemplo que merece ser citado aqui é o do médico homeopata Dr. Maximiano Antonio de Lemos, que possuía um consultório na Rua da Quitanda. Em 1873, este médico anunciava seu consultório numa das páginas do *Almanak Laemmert*. Aproveitando a oportunidade para apresentar também alguns pontos importantes de seu currículo, publicou algumas informações sobre suas trajetórias profissional e acadêmica.

Após comunicar que se formara em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1838, que exercia a homeopatia desde sua volta da Europa em 1842, e que era sucessor do distinto médico Dr. Thomaz Cochrane, fez questão de salientar que era “membro do Instituto

¹⁸² Instituto Homeopático do Brasil (1865). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 539, pacote 2, documento 23.

¹⁸³ As teorias da reciprocidade, advindas do campo da Antropologia, têm fornecido grandes subsídios a estudos dedicados a relações não calcadas exclusivamente pela lógica do mercado capitalista. Dentre as obras importantes que abordam o assunto, pode-se destacar: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996. GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Histórico e Geográfico do Brasil desde a sua fundação, do Instituto Homeopático e de outras sociedades científicas e literárias, nacionais e estrangeiras”.¹⁸⁴

Este caso talvez possa demonstrar que a participação em associações idôneas e de renome conferia *status* aos sócios. Numa sociedade em que o indivíduo não possuía apenas valor em si mesmo, conferindo à procedência social e à vida social um papel preponderante, não é difícil pensar nas razões que teriam levado um médico como esse – e, possivelmente, outros também – a comunicar publicamente sua ativa atuação na dinâmica associativa da Corte, participando de associações de grande reconhecimento. Este exemplo também serve de ensejo para mostrar que muitos outros indivíduos contemporâneos a este chegaram a participar de diversas associações ao longo de sua trajetória. Em muitos casos, estas participações poderiam ocorrer até concomitantemente.

Em 1870, o Dr. Antonio Fernandes Pereira Portugal assinava como presidente da Sociedade Farmacêutica Brasileira, ao mesmo tempo em que era sócio da Sociedade Amante da Instrução.¹⁸⁵ Assim, enquanto frequentava aquela associação para se empenhar no “estudo e progresso da farmacologia e da matéria médica brasileira”, bem como na defesa do “livre exercício da profissão farmacêutica”¹⁸⁶, arrogava também para si, na condição de amante das letras e da instrução, a missão de “promover e proteger a instrução por todos os meios ao seu alcance, fornecendo aulas gratuitas em favor da mocidade pobre”.¹⁸⁷

Não é novidade dizer que uma mesma pessoa pudesse ser sócia de várias associações ao mesmo tempo. Dessa forma, um mesmo indivíduo que perseguia objetivos científicos e profissionais específicos em determinada associação médica, por exemplo, atuava como um “erudito” em alguma agremiação literária. Obviamente, não é possível delinear com precisão onde terminava o profissional especializado e onde começava o homem de letras ou o “erudito”, uma vez que não havia limites institucionais rigorosos que restringissem a manifestação dessa erudição a espaços estanques e herméticos.

¹⁸⁴ ALMANAK Laemmert, 1873, p. 532. Não foram citados os nomes das outras sociedades científicas e literárias.

¹⁸⁵ ALMANAK Laemmert, 1870, p. 400 e 402. Ver também os estatutos das duas associações, em que aparece registrado o referido nome: Sociedade Farmacêutica Brasileira (1869). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 548, pacote 3, documento 33. Sociedade Amante da Instrução (1870). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 549, pacote 4, documento 39.

¹⁸⁶ Sociedade Farmacêutica Brasileira (1869). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 548, pacote 3, documento 33.

¹⁸⁷ Sociedade Amante da Instrução (1870). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 549, pacote 4, documento 39.

3.2 A questão da nacionalidade: “A ciência não tem pátria”?¹⁸⁸

Inseridas num espaço urbano profundamente marcado pelo cosmopolitismo cultural, o associativismo do Rio de Janeiro oitocentista, de forma geral, manifestava caráter fortemente heterogêneo, sobretudo no que concerne à questão da nacionalidade.

A utilidade pública das associações estava profundamente relacionada ao objetivo de proporcionar alguma contribuição ao Brasil – fosse no progresso de algum ramo específico do conhecimento, fosse nas ciências, nas letras e na instrução em geral. A maioria das agremiações não explicitava em seus estatutos muitas restrições quanto à nacionalidade dos sócios, não se limitando à participação de indivíduos de uma mesma nacionalidade.

Em 1878, na reunião de fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, o Sr. Visconde de São Januário proferia um discurso que concebia a defesa da causa científica como uma prática transcendente à questão da nacionalidade:

A ciência não tem pátria, a não ser nas regiões da verdade, são todas irmãs d’armas na grande batalha do progresso, e, seja qual for a nacionalidade dos sócios nesta confraternidade científica, todos se identificam neste mesmo empenho.¹⁸⁹ (Grifos do autor)

Neste discurso anexado à ata da sessão fundadora, o orador enfatiza a ligação da associação com o movimento de explorações e descobertas científicas nos continentes africano e americano pelos países do dito “mundo civilizado”. Além de ter como fim “o estudo, a discussão, as investigações e explorações científicas da geografia nos seus diversos ramos, princípios, relações, descobertas, progressos e aplicações”¹⁹⁰, tinha também como uma de suas principais missões inserir Portugal na “vasta atividade científica europeia” e nas “expedições científicas” empenhadas no estudo das regiões desconhecidas da Terra, abrindo-as à “civilização europeia”.¹⁹¹ Com sede em Lisboa, esta sociedade de geografia almejava implantar uma filial ou seção no Rio de Janeiro. A justificativa para a escolha do local de instalação da filial era a localização central desta cidade no “continente americano austral”,

¹⁸⁸ Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil (1879). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 16.

¹⁸⁹ Idem.

¹⁹⁰ ALMANAK Laemmert, 1882, p. 360.

¹⁹¹ Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil (1879). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 16.

facilitando o desenvolvimento de investigações e o progresso dos conhecimentos geográficos na América.¹⁹²

A evocação de uma concepção apátrida de ciência talvez possa ser pensada de duas formas. Por um lado, poderia ser interpretada como nada mais do que uma concepção iluminista e universalista de ciência. Por outro, poderia ser vista criticamente como um artifício discursivo utilizado para escamotear possíveis interferências estrangeiras na sociedade e na economia brasileiras. Por detrás desse discurso civilizatório universal, poderia estar a tentativa de encobrir as vantagens que o país-sede da associação (Portugal) pudesse obter através da exploração dos recursos naturais do Império do Brasil.

Ambas as perspectivas podem ser pensadas como complementares, mas a segunda só pode ser comprovada por meio do estudo de suas efetivas práticas e ações, o que escapa das lentes dessa pesquisa. Mas, de qualquer forma, seria demasiadamente simplista analisar os objetivos dessa associação apenas pelo cálculo dos interesses econômicos e materialistas possivelmente imiscuídos nas motivações dos sócios. Assim como não se pode excluir a influência desses interesses, não se pode também deixar de considerar que a prática da ciência e das letras possuía uma dimensão simbólica importante, a qual extrapolava a lógica econômica propriamente dita.

Da mesma forma como os interesses econômicos, os interesses nacionalistas – enquanto fatores determinantes na composição do quadro social das associações – também merecem ser vistos com certo cuidado. Embora a defesa de interesses, como valores e identidades nacionais de países estrangeiros (no caso, portugueses), estivesse presente em algumas associações, as agremiações aqui analisadas podem ser vistas, em geral, como espaços de convívio entre indivíduos de diversas nacionalidades.

Conforme se pode observar na tabela e no gráfico a seguir, 52% das associações analisadas admitiam, em suas disposições estatutárias, aceitação de sócios de outras nacionalidades. Estão inclusas neste percentual as associações portuguesas, que, não obstante a presença de certos elementos oriundos da identidade lusa, não se fechavam à admissão de sócios brasileiros e de outras nacionalidades. Acredita-se que este número tenha sido ainda maior, tendo em vista que os 37,5% que não especificaram a nacionalidade nos estatutos apresentados ao Governo Imperial muito provavelmente chegaram a aceitar sócios de outras nacionalidades em determinado momento de sua trajetória. Presume-se que, ao não

¹⁹² Ibidem.

mencionarem ou silenciarem a questão, os sócios destas associações não a julgavam como um critério tão importante na definição da aceitação de indivíduos pelo grupo.

Vale ressaltar que, além de não tangenciarem a questão da nacionalidade como condição *sine qua nom* para restringir o recrutamento de sócios, algumas associações explicitavam o intuito de dialogar com sociedades científicas e literárias dos ditos “países cultos”¹⁹³, almejando o estabelecimento de contatos com os parâmetros civilizatórios europeus, incluindo-se aí as novidades das ciências e a aquisição de publicações recentes.

TABELA VI - A QUESTÃO DA NACIONALIDADE DOS SÓCIOS SEGUNDO OS ESTATUTOS

	NOME DA ASSOCIAÇÃO	OBSERVAÇÃO
01	Academia Brasileira de Ciências Físicas (1878)	Brasileiros e outras nacionalidades.
02	Academia Imperial de Medicina (18/10/1866)	Brasileiros e outras nacionalidades.
03	Academia Pedagógica (1861)	Não mencionou.
04	Associação “Biblioteca Fluminense” (1861; 1864; 1864; 1864)	Nacionais (brasileiros).
05	Associação Educadora Brasileira (1878)	Não mencionou.
06	Associação Literária <i>British Subscription Library</i> ou Gabinete Inglês de Leitura (1863)	Ingleses e outras nacionalidades.
07	Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida (1871)	Brasileiros e outras nacionalidades (“É ilimitado o número de sócios, sem condição de idade, sexo, nacionalidade ou religião” ¹⁹⁴).
08	Associação Promotora da Instrução [de meninos] (1874)	Não mencionou.
09	Associação Promotora da Instrução de Meninas (1874)	Não mencionou.
10	Ateneu Médico-Acadêmico (1864)	Não mencionou.
11	Ateneu Pedagógico (1877)	Apenas nacionais (“exclusivamente composta de brasileiros”)
12	Club de Engenharia (1881)	Não mencionou.
13	Club Politécnico (1872; 1874; 1874)	Brasileiros e outras nacionalidades.
14	Congresso Brasileiro (1877)	Brasileiros (“...exclusivamente composta de brasileiros” ¹⁹⁵).
15	Gabinete Português de Leitura (1861; 1863; 1863; 1874)	Portugueses e outras nacionalidades (mas, “para ser acionista, requer-se que seja português”)
16	Grêmio Literário Português (1861)	Portugueses e outras nacionalidades.
17	Instituto Civil dos Engenheiros Brasileiros (1879)	Brasileiros.
18	Instituto dos Bacharéis em Letras (1864)	Não mencionou (bacharéis em letras do Império).
19	Instituto dos Cirurgiões Dentistas (1870)	Não mencionou.
20	Instituto dos Diretores e dos Vice-Diretores e dos Professores dos Estabelecimentos de Instrução Particular (1870)	Brasileiros e outras nacionalidades.
21	Instituto Hahnemanniano Fluminense ou Instituto Hahnemanniano – para propagação da homeopatia (1879; 1880)	Brasileiros e outras nacionalidades (Embora esteja nos estatutos a declaração de que os sócios efetivos são os médicos e farmacêuticos

¹⁹³ Instituto Polimático Brasileiro (1861). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 527; pacote 3; documento 53.

¹⁹⁴ Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida (1871). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 550, pacote 3, documento 43.

¹⁹⁵ Congresso Brasileiro (1877). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 15.

		homeopatas residentes na Corte e Niterói, prevê-se a concessão do título de Presidente Honorário tanto aos médicos homeopatas brasileiros quanto aos médicos estrangeiros).
22	Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Brasileiro (1861)	Brasileiros e outras nacionalidades.
23	Instituto Homeopático do Brasil (1865)	Brasileiros e outras nacionalidades.
24	Instituto Literário Maranhense (1864)	Não mencionou.
25	Instituto Médico de Campos (1861)	Brasileiros e outras nacionalidades.
26	Instituto Politécnico Brasileiro (1862; 1872)	Não mencionou.
27	Instituto Polimático Brasileiro (1861)	Brasileiros e outras nacionalidades (“Os sócios efetivos serão sempre brasileiros, porém os das três últimas classes – honorários, beneméritos e correspondentes – podem ser estrangeiros.” ¹⁹⁶)
28	Liceu de Botafogo (05/06/1866)	Brasileiros e outras nacionalidades (“Poderá ser sócio todo indivíduo, nacional ou estrangeiro... ”).
29	Liceu Literário Português (1869; 1973; 1978)	Portugueses e outras nacionalidades. (Os sócios efetivos tinham que ser portugueses, mas eram aceitos como sócios adjuntos e honorários estrangeiros de reconhecido mérito literário ou científico. Vale ressaltar que a palavra “estrangeiros” causou dúvida nos conselheiros de Estado: “considerando como sócios nacionais os portugueses, considera estrangeiros também os brasileiros”. Dessa forma, estes propuseram a substituição de “estrangeiros” pela expressão “os indivíduos de qualquer outra nacionalidade” ¹⁹⁷).
30	Sociedade Acadêmica Ateneu Central (1865)	Não mencionou.
31	Sociedade Alfa Literária (1871)	Não mencionou.
32	Sociedade Amante da Instrução (1861; 1870)	Brasileiros e outras nacionalidades.
33	Sociedade Beneficente “Filhos da Luz” (1880)	Brasileiros e outras nacionalidades (“sem distinção de nacionalidade”).
34	Sociedade Crepúsculo Literário Português (1873)	Portugueses e outras nacionalidades (Somente os portugueses poderiam ser aceitos como sócios efetivos, mas os honorários poderiam ser de qualquer nacionalidade, desde que tivessem “merecimento literário” e conferissem “lustre e honra à Associação” ¹⁹⁸).
35	Sociedade de Beneficência Acadêmica (1867)	Não mencionou.
36	Sociedade de Ciências Médicas (1866)	Brasileiros e outras nacionalidades.
37	Sociedade de Engenheiros (1875)	Não mencionou.
38	Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil (1879)	Portugueses e outras nacionalidades.
39	Sociedade Ensaio Literários (1861)	Brasileiros: os estatutos determinam que, “para ser sócio, requer-se que seja brasileiro”.
40	Sociedade Evangélica Literária “Amor à Verdade” (1869)	Não mencionou.
41	Sociedade Farmacêutica Brasileira (1861; 1869)	Brasileiros e outras nacionalidades.
42	Sociedade Instrução e Beneficência (1877)	Brasileiros e outras nacionalidades.
43	Sociedade Literária Liceu Paratinense (1882)	Brasileiros e outras nacionalidades (“sem distinção de nacionalidade”).

¹⁹⁶ Instituto Polimático Brasileiro (1861). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 527, pacote 3, documento 53.

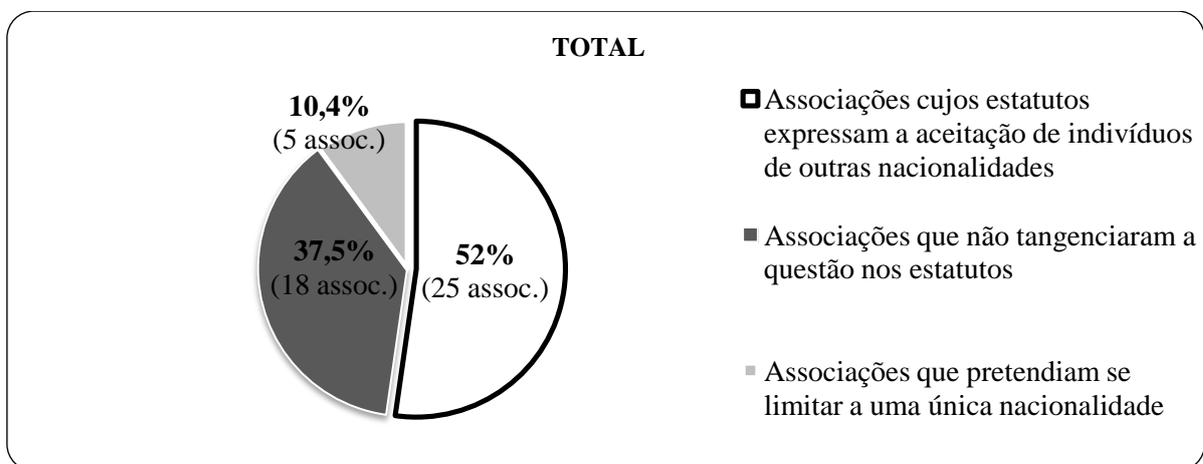
¹⁹⁷ Liceu Literário Português (1869). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 546, pacote 1, documento 28.

¹⁹⁸ Crepúsculo Literário Português (1873). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 551, pacote 2, documento 28.

44	Sociedade Literária Magdalense (1879)	Não mencionou.
45	Sociedade Médica do Rio de Janeiro (1878)	Não mencionou.
46	Sociedade Médico-Farmacêutica (1862; 1865)	Brasileiros e outras nacionalidades.
47	Sociedade Propagadora do Magnetismo e do Júri Magnético (1862)	Não mencionou.
48	Sociedade Retiro Literário Português (1869)	Portugueses e outras nacionalidades (Embora constasse nos estatutos que a associação fosse “composta de portugueses natos ou por adoção”, admitia-se a participação de sócios correspondentes “de qualquer nacionalidade”. ¹⁹⁹)

Fonte: Dados obtidos a partir da análise dos processos de registro do Fundo Conselho de Estado do Arquivo Nacional (RJ).

GRÁFICO I – PORCENTAGEM BASEADA NAS INFORMAÇÕES DA TABELA VI.



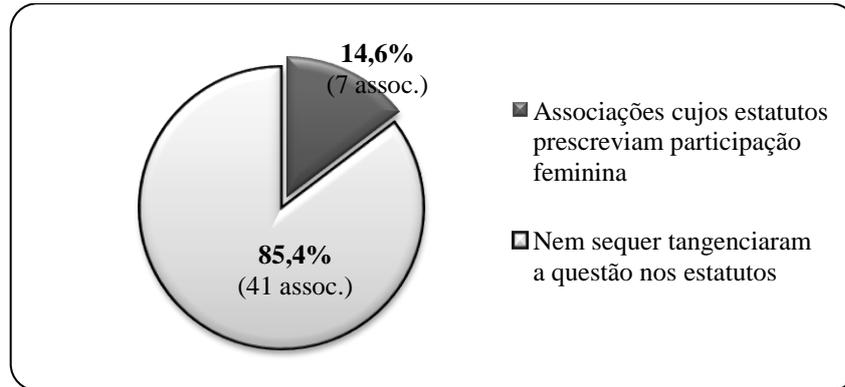
Fonte: Dados obtidos a partir da análise dos processos de registro do Fundo Conselho de Estado do Arquivo Nacional (RJ).

3.3 A questão da participação feminina

A grande maioria das associações que integram o conjunto aqui analisado não se preocupava com a questão da admissão de mulheres como sócias. No entanto, é interessante notar que nenhuma delas explicitava formalmente a proibição de aceitá-las. Enquanto um diminuto percentual de 14,6% prescrevia claramente em suas disposições estatutárias a admissão de mulheres, 85,4% nem sequer tangenciavam a questão da participação feminina em nenhuma parte de seus projetos de estatuto. O gráfico abaixo ilustra estes dados:

¹⁹⁹ Sociedade Retiro Literário Português (1869). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 548, pacote 3, documento 35.

GRÁFICO II – A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS ESTATUTOS



Fonte: Dados obtidos a partir da análise dos processos de registro do Fundo Conselho de Estado do Arquivo Nacional (RJ).

Mesmo dentro destes 14,6% não é possível garantir que todas as associações que prescreviam a aceitação de sócios de ambos os sexos efetivamente recrutavam mulheres, ou se lhes era reservado um nível considerável de autonomia junto aos homens. Há que se considerar também que o fato de a grande maioria se abster quanto à questão da participação feminina não configura um indicador direto e capaz de corroborar de forma veemente que estas associações não chegaram a recrutar mulheres como sócias em algum momento de sua trajetória institucional. Afinal, ao não proibirem nem declararem expressa abertura à admissão de sócias, os estatutos deixavam uma “brecha” para possíveis incorporações de mulheres, ainda que esta probabilidade fosse ínfima.

Como esta pesquisa se limita a verificar as situações destas sociedades no contexto em que as mesmas se apresentaram formalmente ao Estado Imperial, cabe apenas afirmar que a maior parte das listas com os nomes dos sócios presentes nos requerimentos de avaliação dos estatutos e nas atas de assembleia geral não possui registro ou assinaturas de nomes de mulheres.

Analisando a Tabela VII, constata-se que 6 das 7 associações que afirmaram aceitar mulheres em seu quadro social eram especializadas na difusão de instrução de níveis primário e secundário. Havia nas associações de instrução um número significativo de sócias que, como professoras, atuavam na promoção de ensino gratuito de primeiras letras a indivíduos do sexo feminino destituídos de recursos financeiros para estudar. Atuando juntamente com professores do sexo oposto, contribuía na realização de um trabalho pedagógico dotado de caráter nitidamente filantrópico.

No entanto, nas associações compostas por sócios de ambos os sexos, não era bem querido que as mulheres assumissem cargos na Diretoria ou na administração. Mediante essa

limitação conferida ao sexo feminino, os sócios da “Sociedade Amante da Instrução” restringiam sua participação na administração da sociedade, confiando-lhes, no máximo, a inspeção das aulas do “seu sexo”²⁰⁰, sexo frágil na concepção de uma sociedade regida pelos valores senhoriais. Em geral, não era nem mesmo aconselhável que as mesmas formassem comissões internas destituídas de um representante do sexo masculino. A Associação Academia Pedagógica, por exemplo, mesmo adotando uma certa separação por gênero na sua estrutura organizacional interna e colocando nos seus estatutos que as mulheres deveriam integrar uma comissão especial relativa ao ensino nas escolas do sexo feminino, aconselhava que o Presidente adicionasse um professor a qualquer comissão formada por professoras.²⁰¹

Do conjunto de associações analisadas, apenas a Associação Promotora da Instrução de Meninas e a Associação Promotora de Instrução de Meninos se limitavam ao ensino e à admissão de pessoas que eram, respectivamente, do mesmo sexo. Enquanto esta se apresentava nos estatutos como exclusivamente voltada para o ensino de indivíduos do sexo masculino, aquela se limitava a fornecer ensino apenas às alunas, definindo que seu quadro social também seria composto apenas de sócias.²⁰² Fundadas em 1874, estas duas associações não mantiveram por muito tempo este exclusivismo de gênero. Em 26 de agosto de 1881, ambas se fundiram e deram origem a uma única associação, denominada simplesmente Associação Promotora da Instrução, composta tanto de sócios quanto de sócias.²⁰³

TABELA VII - RELAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES CUJAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS PRESCREVIAM A ADMISSÃO DE MULHERES

	NOME DA ASSOCIAÇÃO	OBSERVAÇÃO
01	Academia Pedagógica (1861)	“[...] compreenderá não só os professores, como também as professoras.”
02	Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida (1871)	“É ilimitado o número de sócios, sem condição de idade, sexo, nacionalidade ou religião. ”
03	Associação Promotora da Instrução de Meninas (1874)	Composta por senhoras que desenvolviam trabalho filantrópico no campo do ensino

²⁰⁰ Sociedade Amante da Instrução (1870). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 549, pacote 4, documento 39.

²⁰¹ Academia Pedagógica (1861). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 528, pacote 3, documento 36.

²⁰² Associação Promotora da Instrução de Meninas (1874). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 552, pacote 2, documento 27. Dentre as diversas sócias que compunham a Diretoria, destaca-se, neste contexto, a participação de D. Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque, a qual ocupava o cargo de vice-presidente desta associação (Almanak, 1875, p. 466). Também conhecida como Viscondessa de Cavalcanti, D. Amélia era esposa de Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque, que foi nomeado conselheiro de Estado no ano de 1889.

²⁰³ ALMANAK Laemmert, 1882, p. 348. O *Almanak* de 1882 informa que esta fusão fora aprovada pelo decreto n. 8229, de 26 de agosto de 1881. No entanto, não foi encontrado o processo de registro desta associação no Fundo Conselho de Estado do Arquivo Nacional.

		fornecido às meninas.
04	Ateneu Pedagógico (1877)	“[...] professores de ambos os sexos.”
05	Congresso Brasileiro (1877)	“[...] associação composta exclusivamente de brasileiros de ambos os sexos que a ela queiram pertencer.”
06	Instituto dos Diretores e dos Vice-Diretores e dos Professores dos Estabelecimentos de Instrução Particular (1870)	“Ambos os sexos”.
07	Sociedade Amante da Instrução (1861; 1870)	Admitia pessoas “tanto de um como de outro sexo.”

Fonte: Dados obtidos a partir da análise dos processos de registro do Fundo Conselho de Estado do Arquivo Nacional (RJ).

3.4 As produções “dignas de publicidade”²⁰⁴: publicações de periódicos e montagem de bibliotecas

Após explicitarem seus objetivos no início dos estatutos, todas as associações analisadas neste trabalho apresentavam os meios a partir dos quais empreenderiam o desenvolvimento de discussões de interesse do grupo. A ênfase nas discussões estabelecidas entre os pares não poderia prescindir da aquisição de recursos para a formação de bibliotecas. Como se pode ver no gráfico a seguir, 60,4% das associações manifestava em seus estatutos expressa preocupação com a montagem de biblioteca, um componente importante para o desempenho da função intelectual dos círculos sociais de homens letrados.

Além da criação de bibliotecas com livros importantes para subsidiar o desenvolvimento de pesquisas e discussões, 58,3% das associações também atribuía expressiva ênfase à criação de um periódico que servisse de espaço para a publicação dos trabalhos científicos e literários discutidos, de atas das sessões e dos relatórios de atividades financeiras e administrativas. A publicação de um periódico próprio era concebida, portanto, como um importante meio de circulação e comunicação das atividades realizadas pelas agremiações. A propósito, muitas delas alegavam efetivo ou manifesto desejo de se corresponder com outras sociedades, através da troca de periódicos – principalmente entre sociedades com fins muito similares.

Além de seus trabalhos científicos, muitas associações também publicavam as memórias escritas pelos sócios. Estes escritos poderiam exercer um profícuo papel não apenas

²⁰⁴ Sociedade Ensaios Literários (1861). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 529, pacote 3, documento 37. No *Almanak Laemmert* de 1874, no contexto de divulgação da revista desta associação, também aparece a expressão “digna de publicidade”. Informava-se que esta sociedade “publica [publicava] um periódico de 32 páginas em brochura, com o título de *Revista Mensal*, em o qual se faz [fazia] a inserção grátis das produções literárias dos sócios e das pessoas estranhas à sociedade, tendo sido julgadas **dignas de publicidade** pela comissão de redação.” (*Almanak*, 1874, p. 430)

na exaltação de algumas personalidades presentes na história da literatura e da ciência, mas também no enaltecimento da memória de alguns pares que frequentavam as reuniões. O que parecia possuir um caráter muito similar às memórias tradicionalmente produzidas pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.²⁰⁵

Lilia Schwarcz afirma que a prática de um sócio biografar o outro era muito comum no IHGB. Produzidas em pequenos artigos lidos pelo Presidente sob a forma de discursos, as biografias constituíam “atividade capital ao estabelecimento, que dessa forma legitimava e reconhecia seus pares”.²⁰⁶ Segundo a autora, imperava uma lógica bastante rígida na elaboração destas biografias, tornando explícita a “correlação entre a posição ocupada e a quantidade de biografias recebidas”.²⁰⁷ Havia também “toda uma competência interna na verificação de quem biografava quem”, vinculando de forma evidente o biografista e seu biografado. Enquanto a este último “cabia a distinção de ver seu nome entre as fileiras do instituto”, ao primeiro “cabia a honra de se apresentar ao lado de grandes personalidades”. Configurava-se, portanto, um “jogo de autopromoção”.²⁰⁸

Tanto os trabalhos científicos e literários quanto as memórias não se restringiam à dimensão da oralidade. Todos eles, além de serem registrados em papel e selecionados para publicação pela comissão responsável, deveriam ser arquivados juntamente com as revistas. Dessa forma, além das bibliotecas, era recorrente também a preocupação com a criação de arquivos, ficando seus respectivos acervos sob os auspícios de um funcionário externo ou de algum sócio, que era chamado de “arquivista-bibliotecário”.

Seria esta uma forma de perpetuar a memória da instituição e dos pares letrados que dela participavam? É muito provável que sim. Afinal, no século do “progresso” e da “evolução”, a dedicação ao nobre espírito das letras e da ciência poderia constituir, por si só, um fato digno de ser memorado.

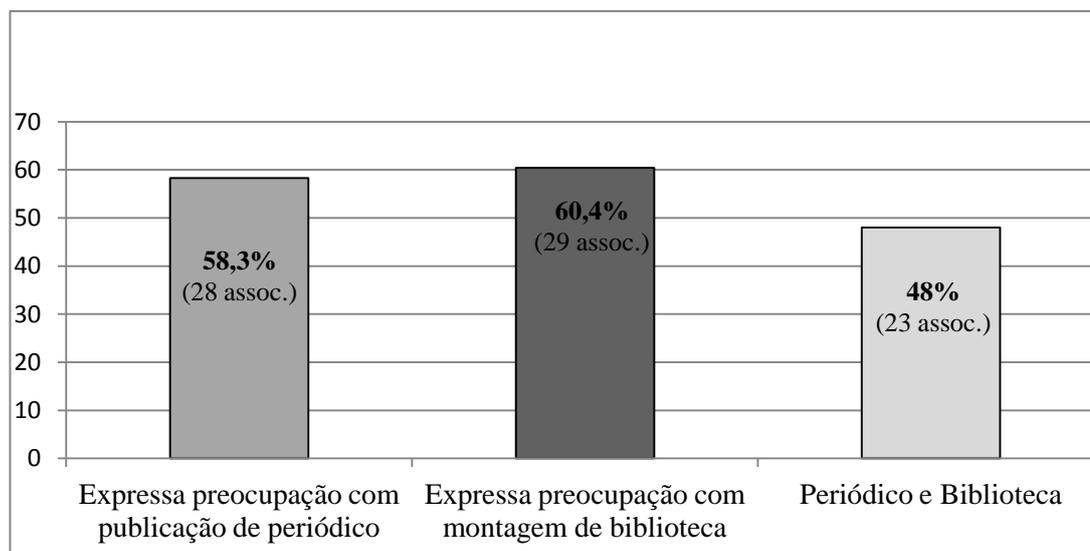
²⁰⁵ SCHWARCZ, Lilia M.. Op. cit., p. 110-111.

²⁰⁶ Idem, p. 110.

²⁰⁷ Idem, p. 110.

²⁰⁸ Idem, p. 111.

GRÁFICO III – ASSOCIAÇÕES QUE EXPRESSARAM NOS ESTATUTOS PREOCUPAÇÃO COM PUBLICAÇÃO DE PERIÓDICO E MONTAGEM DE BIBLIOTECA



Fonte: Dados obtidos a partir da análise dos processos de registro do Fundo Conselho de Estado do Arquivo Nacional (RJ).

Vale ressaltar que, não obstante o fato de 58,3% das associações manifestarem nos estatutos expressa preocupação com a publicação de um periódico próprio, a maioria condicionava esta realização a situações econômicas favoráveis. O ato de publicar normalmente era enunciado como projeção para o futuro, expresso da seguinte forma: “quando possuir os recursos necessários”²⁰⁹, “logo que puder”²¹⁰, “quando puder”²¹¹, “logo que seja possível”²¹². Este projeto era um desafio dispendioso, cuja concretização exigia empenho e contribuição dos sócios no processo de arrecadação dos fundos destinados a abastecer os cofres financeiros das associações com receita suficiente.

Dessa forma, após serem fundadas, as associações normalmente esperavam uma margem de tempo considerável para conseguirem publicar seu primeiro periódico. Fundada em 1 de janeiro de 1860, a Sociedade Ensaio Literários manifestava, nos estatutos enviados ao Conselho de Estado, em 7 de maio de 1861, a intenção futura de publicar seu periódico,

²⁰⁹ Sociedade Ensaio Literários (1861). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 529, pacote 3, documento 37.

²¹⁰ Instituto Médico de Campos (1861). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 530, pacote 2, documento 19.

²¹¹ Sociedade Farmacêutica Brasileira (1861). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 529; pacote 3; documento 51.

²¹² Academia Brasileira de Ciências Físicas (1875). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 2.

assim que possuísse os recursos necessários. Esse projeto se realizou três anos depois, em 1864, quando passou a divulgar sua *Revista Mensal* no *Almanak Laemmert*.²¹³

Outras associações, como Academia Imperial de Medicina, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Instituto dos Cirurgiões Dentistas, Grêmio Literário Português, Instituto Politécnico Brasileiro, Retiro Literário Português e Sociedade Farmacêutica Brasileira também divulgavam seus periódicos naquele importante almanaque da Corte.²¹⁴ O *Almanak Laemmert* de 1882 informava que o jornal da Academia Imperial de Medicina, denominado *Anaes Brasilienses de Medicina*, tinha como redator chefe o “distinto médico” Dr. Fernando Francisco da Costa Ferraz, que,

ajudado pela colaboração de hábeis penas, trata dos assuntos mais importantes da ciência, acompanhando os seus progressos, tanto no Brasil, como nos outros países cultos, oferecendo assim no fim do ano uma preciosa coleção de discursos científicos e outros assuntos variados e instrutivos.²¹⁵

Ao anunciarem seu periódico em algum meio de comunicação eficiente e de grande circulação entre os segmentos letrados da Corte, as associações se valiam de um recurso importante para ampliar a difusão de sua imagem pública. Mas, considerando que os fundos financeiros das associações não eram suficientes nem mesmo para a realização das publicações de seus periódicos, o investimento em propaganda tornava o processo ainda mais oneroso, e, portanto, inviável.

Sendo assim, poder-se-ia aventar a hipótese de que somente aquelas associações dotadas de maiores recursos financeiros chegavam a pagar a publicação dos anúncios de seus periódicos em jornais de grande circulação na Corte ou no próprio *Almanak Laemmert*, como era o caso da Academia Imperial de Medicina. Dessa forma, é possível que algumas associações tenham chegado a publicar periódico, sem, contudo, tê-lo difundido amplamente.

Todavia, acredita-se que não seja tão indispensável comprovar quais e quantas associações conseguiram efetivamente publicar periódico para demonstrar a importância que as mesmas atribuíam a esta prática no momento em que se apresentavam formalmente ao Estado Imperial. Mesmo não comprovando quais associações efetivamente chegaram a

²¹³ ALMANAK Laemmert, 1864, p. 407.

²¹⁴ ALMANAK Laemmert, 1873, p. 772. Embora fosse um veículo de divulgação de significativa projeção durante o Segundo Reinado, o *Almanak Laemmert* não fornecia muitas informações sobre os periódicos que as associações científicas, literárias e de instrução publicavam. Das 28 associações que expressavam, em suas disposições estatutárias, intenção de publicar, apenas 8 tiveram os títulos de seus periódicos citados pelo *Almanak Laemmert*. Por conta disso, não se realizou um levantamento quantitativo para mostrar quantas das associações que expressavam objetivo de publicar efetivamente colocaram em prática tal intento.

²¹⁵ ALMANAK Laemmert, 1882, p. 398.

publicar e qual era o seu conteúdo, uma simples análise formal dos estatutos já é capaz de indicar que a maior parte das associações aqui analisadas, ao manifestar expressa intenção de publicar periódicos, via os veículos impressos como “meios eficientes de atingir seus associados, a sociedade em geral e o Estado, ainda que, na prática, as dificuldades financeiras restringissem fortemente as possibilidades de realizar suas publicações”.²¹⁶

Há que se levar em conta que a utilização de uma linguagem mais acessível também pudesse ser outro recurso utilizado para atingir um público leitor mais amplo. A Academia Pedagógica dividia em três seções distintas o periódico que pretendia publicar: uma para artigos destinados à “classe” dos professores, outra destinada ao “povo” e outra à “juventude”.²¹⁷ Levando em conta as nuances do perfil e as especificidades do público com o qual pretendia se comunicar, a maioria dos sócios desta associação considerava imprescindível que “os artigos, principalmente os destinados à leitura do povo e dos jovens, fossem escritos em estilo fácil e acomodado à compreensão de todos”.²¹⁸ Neste caso, portanto, a utilização de uma linguagem mais acessível na redação do periódico poderia significar uma estratégia para ampliar sua difusão.

Mas, se é verdade que as associações reconheciam as publicações como profícuos meios para promover a dinamização de seus trabalhos, também não é menos verdade que, no processo de escolha de seus conteúdos, dispunham de requisitos e critérios dotados de certo rigor. Algumas associações restringiam suas publicações às produções de seus respectivos sócios. Outras estavam abertas à aceitação de trabalhos escritos por indivíduos que não eram integrantes de seu quadro social. Para isso, os autores deveriam submeter suas produções científico-literárias a uma comissão interna de sócios denominada “comissão de redação”, que era responsável pela triagem dos textos e por deliberar sobre a aceitação ou rejeição dos mesmos.

A partir deste crivo avaliativo eram selecionados aqueles trabalhos que, na concepção dos membros da comissão, fossem julgados “dignos de publicidade”²¹⁹, ou seja, passíveis de serem publicados ou merecedores de publicação. Aparecendo com certa frequência nos estatutos das associações que tinham intenção de efetuar publicações, esta expressão era, na maioria das vezes, enunciada de forma vaga e desprovida de explicações mais detalhadas e pormenorizadas. O Retiro Literário Português, por exemplo, apenas afirmava que daria

²¹⁶ FONSECA, Vitor Manoel M. da. **No gozo dos direitos civis...** Op. cit., p. 198.

²¹⁷ Academia Pedagógica (1861). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 528, pacote 3, documento 36.

²¹⁸ *Ibidem*.

²¹⁹ Sociedade Ensaio Literários (1861). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 529, pacote 3, documento 37.

“publicidade às obras de abonado merecimento”.²²⁰ Mas, afinal, o que poderia ser considerado “digno de publicidade”?

O dicionário de Eduardo de Faria, de 1859, define “publicidade” como “notoriedade, o ser público, o ter sido feito público”²²¹, ou seja, processo que torna algo visível e disponível à apreciação do público. E “público”, neste caso, tem a ver com o sentido *lato* do termo: “comum a todo povo”; “ser notório, conhecido, sabido geralmente”; “em presença de muitas pessoas”.²²² Seguindo nesse mesmo sentido, o verbo “publicar” é definido como “fazer público lendo escrito”²²³, ou seja, levar determinada informação ao conhecimento do público por meio de periódicos e livros.

O ato de publicar periódico era pensado como uma forma de difundir as ações institucionais das agremiações, suas produções científico-literárias e sua imagem para a sociedade em geral, já que as associações eram organizações de direito privado que exerciam funções públicas. Por conta disso, antes de transmitir determinado conteúdo ao conhecimento do público, era necessário verificar de forma acurada seu fundamento e sua credibilidade. Obviamente, nenhum artigo científico, nenhuma produção literária ou nenhuma memória histórica ganhava espaço em uma revista ou jornal de forma aleatória.

Para que um texto fosse publicado, e não meramente divulgado, era necessário que a comissão de redação fizesse valer suas atribuições de “rejeitar, censurar e corrigir os trabalhos que lhes forem [fossem] submetidos”.²²⁴ Vale ressaltar que, na concepção dos contemporâneos do século XIX, o ato de *publicar* nem sempre se confundia com o ato de *divulgar*. Conquanto carregassem a ideia comum de “descobrir, tornar notório o que era oculto ou não se sabia”, ambos os verbos possuíam nuances de significado que os distinguiam, como consta no dicionário de Eduardo de Faria (1859):

[...] publicar explica a ideia absolutamente, sem modificação alguma, isto é, fazer público o que não o era, fazê-lo saber aos que o ignoravam. Divulgar supõe que o segredo ou coisa ignorada se foi dizendo a várias pessoas ou em várias partes, com alguma determinada intenção, o que talvez se espalhou pelo vulgo contra vontade do que o tinha confiado com reserva. Publica-se um segredo, uma notícia, etc; um homem honrado publica com satisfação os benefícios que recebe de seus amigos. Um homem ruim procura divulgar

²²⁰ Sociedade Retiro Literário Português (1869). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 548, pacote 3, documento 35.

²²¹ FÁRIA, Eduardo de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia., 1859, p. 1002.

²²² Idem, p. 1002-1003.

²²³ Idem, p. 1002.

²²⁴ Instituto dos Cirurgiões Dentistas (1870). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 549, pacote 4, documento 33.

com astúcia os defeitos de seus inimigos. Publicar recai sempre sobre uma coisa que realmente existe. Divulgar pode recair sobre uma coisa falsa, que se inventa com algum fim. Um caloteiro, que vive com ostentação, divulga que é rico, e teme que se publique que é pobre.²²⁵ (Grifos do autor)

Mesmo que uma análise detida ao discurso formal dos estatutos não tenha condições de apontar quais eram exatamente os critérios de escolha de cada comissão de redação, pode-se depreender pela análise destes documentos que a idoneidade e a credibilidade eram requisitos importantes para que um texto fosse aceito para publicação ou apresentação em alguma sessão de comunicação de trabalhos. Nesse sentido, era considerado digno de publicidade aquilo que, por seu caráter idôneo, pudesse ser publicado, e não apenas divulgado. Afinal, como se observa na citação acima, publicar era mais do que divulgar, pois divulgar nem sempre implicava em verdade e credibilidade. Pode-se inferir que nem toda produção científico-literária divulgada espontaneamente era digna de publicação e, portanto, de publicidade.

Essa regra não se limitava apenas às publicações internamente realizadas pelas próprias associações. Algumas agremiações compostas de médicos e farmacêuticos também expressavam especial preocupação com a atuação externa dos sócios junto à imprensa. A Academia Imperial de Medicina, por exemplo, definia como uma de suas regras estatutárias que não poderiam ser admitidos ou poderiam ser expulsos de seu quadro social aqueles médicos e farmacêuticos que

divulgarem [divulgassem] por meio de anúncios em folhas, que não sejam [fossem] essencialmente médicas, curativos que houverem [houvessem] feito, e anunciarem [anunciassem] ou distribuírem [distribuísem] remédios secretos que não tenham [tivessem] sido submetidos à aprovação das corporações para esse fim.²²⁶

Perseguindo os mesmos interesses profissionais e científicos, a Sociedade Médico-Farmacêutica também determinava que o sócio que difundisse propagandas de “curas maravilhosas” pelos “jornais estranhos à medicina” e “desacreditasse a ciência por palavras ou escritos” perderia o direito de permanecer fazendo parte de seu quadro social.²²⁷

²²⁵ FARIA, Eduardo de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa...** Op. cit., p. 1002-1003.

²²⁶ Academia Imperial de Medicina (18/10/1866). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 542; pacote 3; documento 46.

²²⁷ Sociedade Médico-Farmacêutica (1862). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 532; pacote 1; documento 29.

3.5 Discussão e ordem nas sessões: “a palavra pela ordem pretere qualquer outro pedido sem cláusula”²²⁸

Ao redigirem os estatutos, os sócios estabeleciam uma espécie de previsão de rotina institucional. Depreende-se daí que as reuniões das associações aconteciam semanalmente ou a cada quinze dias, e, normalmente, em algum dia útil da semana.²²⁹ Os sócios se encontravam para colocar em pauta questões de dupla natureza: aquelas relacionadas à vida burocrática e financeira da associação e às questões de cunho “intelectual”, fossem elas consideradas científicas e/ ou literárias. Também parecia ser comum a existência de uma sessão solene anual, reservada à comemoração do aniversário da instituição, em que não poderiam faltar pessoas “ilustres” para proferir discursos de homenagem.

As sessões rotineiras dessas instituições eram, assim, divididas em dois profícuos momentos. No primeiro instante, era discutido o andamento da administração financeira, as aplicações dos fundos arrecadados e as votações que, porventura, fossem necessárias à deliberação de algumas questões pendentes. Em seguida, dava-se início à apresentação de teses históricas, literárias, científicas ou de memórias. Estes trabalhos, no caso das associações científicas de caráter mais profissional e especializado em determinados campos do saber, como as de médicos, farmacêuticos e engenheiros, voltavam-se para os chamados “pontos científicos”, que eram questões relacionadas à prática profissional. Assim, os trabalhos mais comuns estavam relacionados com a pesquisa ou descoberta de novas doenças, seus sintomas e formas de tratamento em pacientes que estavam sendo estudados, apresentando relatórios de observação de casos clínicos diversos. A Sociedade de Ciências Médicas definia, através de seu projeto de estatuto, que, ao longo das apresentações de trabalho, seriam apresentados doentes, peças anatômicas e instrumentos que servissem de ilustração das discussões.²³⁰

Por sua vez, a Sociedade Alfa Literária, que apresentava como missão “desenvolver e cultivar a inteligência dos sócios”, propunha a “discussão de teses históricas, matemáticas, geográficas e filosóficas em suas sessões ordinárias”.²³¹ Além disso, tais sessões também

²²⁸ Sociedade Ensaio Literários (1861). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 529, pacote 3, documento 37.

²²⁹ As informações sobre a frequência das reuniões dos sócios também foram extraídas por meio de levantamento feito no ALMANAK Laemmert: administrativo, mercantil e industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro (1844-1889). Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/almanak>.

²³⁰ Sociedade de Ciências Médicas (1866). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 542, pacote 3, documento 49.

²³¹ Sociedade Alfa Literária (1871). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 550, pacote 3, documento 41.

eram espaços voltados para os sócios interessados em propor a criação de aulas científicas conduzidas por eles mesmos.

Tudo isso indica que as discussões eram dotadas de um certo sentido de compartilhamento de saberes e práticas profissionais entre os sócios, tanto no que se refere à promoção do progresso e do desenvolvimento de profissões científicas mais especializadas, como também no que concerne ao acúmulo de erudição – mais interessado na busca de conhecimentos genéricos, de cunho enciclopédico e universal.

Os trabalhos deveriam ser previamente inscritos e com datas específicas de apresentação. Quem normalmente era designado para regular a ordem de inscrição das comunicações era o Presidente, que, na maioria das vezes, detinha um papel de mediador e regulador dos processos de discussão.

As prerrogativas e as atribuições do Presidente eram muito significativas. Seu poder era eminentemente simbólico e representativo, desempenhando um papel de destaque nas sessões. Se, por um lado, as funções que os estatutos atribuíam aos secretários eram fundamentais para o andamento das rotinas das reuniões – como a elaboração de atas, relatórios e correspondências –, por outro lado, não dá pra deixar de reconhecer que o poder atribuído ao Presidente era tido como fundamental na manutenção da ordem das discussões.

Seu papel de árbitro deveria impedir que as discussões fugissem dos temas ou objetivos propostos previamente. Ademais, a maioria das associações determinava estatutariamente que o Presidente poderia retirar a palavra do sócio quando o mesmo ofendesse o “decoro social”.²³² E, caso alguma sessão viesse a se tornar “tumultuosa” e incontrolável, teria o poder de suspendê-la.²³³

Contudo, à exceção de situações incontroláveis de desordem, muitas associações reconheciam que o poder do Presidente não deveria ser exercido à revelia dos interesses e das decisões coletivamente deliberadas. Muitos estatutos prescrevem a necessidade de se consultar a sociedade antes que a “ordem do dia” fosse encerrada, não podendo advir de uma decisão meramente “autoritária” do Presidente.

Os direitos de falar, perguntar e debater eram considerados legítimos a qualquer membro. No entanto, a postura do sócio deveria estar em conformidade com regras morais, ficando proibidas discussões que comprometessem a ordem e a harmonia das sessões. Para isso, muitas associações delimitavam o tempo e a quantidade de vezes que determinado

²³² Instituto dos Cirurgiões Dentistas (1870). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 549, pacote 4, documento 33.

²³³ Como um dos exemplos plausíveis, pode-se citar a Sociedade Alfa Literária (1871). Arquivo Nacional/ RJ–Fundo Conselho de Estado: caixa 550, pacote 3, documento 41.

participante poderia tomar a palavra no debate. A Sociedade de Ciências Médicas, por exemplo, estipulava que nenhum membro poderia obter a palavra mais de três vezes numa discussão, a menos que fosse da vontade da maioria presente na sessão.²³⁴ O Crepúsculo Literário Português definia como dever dos sócios “portar-se cavalheirosamente em quaisquer circunstâncias e nunca recorrer à violência, embora se julgue prejudicado em seus direitos ou ofendido em seu melindre”.²³⁵

Assim, as regras prescritas para o andamento das discussões eram pautadas pela defesa de uma concepção de participação “democrática”, mas fortemente atrelada à noção de ordem. Dessa forma, parece que, pelo menos no âmbito da elaboração de um discurso oficial, reservava-se pouco espaço nos estatutos ao conflito nos debates intelectuais, científicos e administrativos.

A Sociedade Propagadora do Magnetismo e do Júri Magnético, instituída no Rio de Janeiro com o fim de estudar, propagar e aplicar o magnetismo como agente terapêutico, fez questão de declarar na apresentação de suas finalidades que seu “fundamento é [era] essencialmente científico, ficando proibida qualquer discussão política ou religiosa.”²³⁶

A Sociedade Acadêmica Ateneu Central também determinava que era “proibida a discussão sobre religião, política e governo do país, e expressamente proibidas as discussões pessoais em qualquer das sessões.”²³⁷ Os estatutos da Sociedade Ensaio Literários, na parte em que são apresentadas as normas para as “discussões de teses e outras matérias”, assim determinavam:

Artigo 60: As teses só versarão sobre pontos de literatura; elas deverão ser organizadas de forma a que não ofendam à religião e ao sistema governativo do Estado. Quando esta condição não seja [for] preenchida, a mesa não as deverá aceitar.²³⁸ (Grifos do autor)

Como se pode ver, os sócios enalteciam nos estatutos o fundamento científico (imparcial) dos debates, em detrimento das discussões travadas nas esferas política e religiosa, que eram consideradas de caráter parcial e, quiçá, propensas a tumultos e desordens.

²³⁴ Sociedade de Ciências Médicas (1866). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 542, pacote 3, documento 49.

²³⁵ Sociedade Crepúsculo Literário Português (1873). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 551, pacote 2, documento 28.

²³⁶ Sociedade Propagadora do Magnetismo e do Júri Magnético (1862). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 531, pacote 3, documento 41.

²³⁷ Sociedade Acadêmica Ateneu Central (1865). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 539, pacote 2, documento 19.

²³⁸ Sociedade Ensaio Literários (1861). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 529, pacote 3, documento 37.

Os sócios das associações se utilizavam de um discurso pautado no enaltecimento dos princípios de cientificidade, racionalidade e objetividade para apresentar a organização e as normas relativas à dinâmica de funcionamento de suas reuniões. Essa “retórica da objetividade”²³⁹ poderia ser interpretada de duas formas. A primeira se reporta à questão da institucionalização e profissionalização da ciência no século XIX. À medida que muitas áreas da ciência se profissionalizavam ao longo do oitocentos, intensificava-se a tendência a maior delimitação dos espaços de sociabilidade, visando ao atendimento de interesses eminentemente profissionais. Na esteira desse processo, muitas das profissões ligadas à ciência passam a assumir um caráter mais autônomo em relação ao mundo social e político, como se a ciência existisse independente deste universo. Essa tendência à naturalização da ciência pelo discurso está muito ligada à tentativa de aumento de credibilidade da mesma, concebendo-a como a única forma de o ser humano formular explicações sobre a realidade a partir de um “olhar neutro”²⁴⁰.

A segunda perspectiva conceberia esta “retórica da objetividade” como artifício discursivo empregado pelos sócios para persuadir as autoridades do Governo Imperial de que a associação, ao se dedicar exclusivamente à “imparcialidade” da ciência, não tomaria o Estado Imperial e seus sistemas político e religioso como objetos de possíveis críticas, merecendo maior credibilidade e conseqüente aprovação dos documentos para seu funcionamento.

Obviamente, sem uma documentação que permita fazer inferências mais pormenorizadas sobre as atividades efetivamente realizadas no dia-a-dia dessas associações, não é possível chegar a constatações mais seguras a respeito da intencionalidade e das discussões que realmente eram travadas pelos agentes históricos participantes das reuniões e das publicações de artigos em periódicos. Até porque não é este o objetivo desta pesquisa. O que interessa aqui é a análise do discurso presente nos estatutos.

Mas, de qualquer forma, seria muito reducionista optar por apenas uma das duas perspectivas. Restringir-se apenas à primeira perspectiva seria considerar a existência de um campo profissional, científico e intelectual autônomo da política no Brasil, o que é uma afirmação anacrônica para pensar nos atores sociais que participavam dessas associações na segunda metade do século XIX.

Segundo Angela Alonso, dividir essa geração entre grupos compostos, de um lado, por médicos, advogados, farmacêuticos, engenheiros e professores pouco atentos às questões

²³⁹ BOURDIEU, P.. Op. cit, p. 55-56.

²⁴⁰ Idem, p. 56.

sociais e políticas, e, de outro lado, grupos de pensadores politicamente empenhados é um erro de anacronismo. Para a autora, “o pressuposto da autonomia do campo intelectual é de validade duvidosa para o Brasil da segunda metade do século XIX. A separação entre um campo político e outro intelectual estava ainda em processo até mesmo na Europa”.²⁴¹

O trabalho de Alonso está sendo aqui mencionado não para afirmar que as associações aqui analisadas estivessem engajadas na formulação de críticas ao *status quo* imperial. Não é esse o mérito da questão. Tendo o Governo Imperial como alvo de crítica ou não, o que se observa é que as associações não estavam circunscritas apenas às questões intelectuais, científicas e profissionais isoladas da sociedade em geral. Médicos, farmacêuticos, engenheiros, advogados, professores e acadêmicos não estavam preocupados apenas em discutir livros, estudar e publicar periódicos como fins em si mesmos, mas também se preocupavam com questões concretas, relacionadas com a vida social como um todo.

Associar-se em defesa de interesses profissionais, promover trabalho pedagógico dotado de caráter filantrópico, ensinar aos pobres, atuar junto ao Governo Imperial para construção de um sentido de nação para o Brasil não eram objetivos hermeticamente perseguidos por uma elite intelectual isolada de questões sociais e políticas mais amplas. Como se pôde ver, os objetivos explicitados por estas associações já fornecem indícios dessa interrelação.

A noção de progresso e evolução dos homens de ciências e letras estava longe de prescindir das noções de ordem e harmonia na organização da vida institucional. A preocupação com a imagem pública das associações era uma questão profícua nesse sentido, uma vez que o reconhecimento e o prestígio social destes espaços destinados aos homens engajados na nobre missão de promover a difusão, evolução e progresso intelectual da nação estavam condicionados à elevação de seu “capital social”, convencendo as autoridades do Governo Imperial de sua utilidade pública. Para atender a essa função, o Estado deveria ser convencido de que os indivíduos frequentadores destes “círculos sociais” fossem “moralmente” confiáveis e munidos de um projeto cujos recursos não contrariassem a “evolução da marcha social”. Assim, as associações deveriam, teoricamente, comprovar a viabilidade de suas propostas, prestando serviços de utilidade pública que fossem favoráveis à ordem oficial do Estado Imperial, promovendo a ordem e o progresso, e não a desordem e o atraso.

²⁴¹ ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 30.

Assim, poder-se-ia inferir que estas sociedades se preocupavam com a construção de uma opinião pública favorável à sua imagem, através da exaltação do seu papel na promoção do desenvolvimento da ciência e da civilização no país, inserindo-o nos trilhos do progresso e das novidades trazidas da Europa.

3.6 Considerações finais

Tomando os estatutos como fontes de investigação, percebeu-se que os mesmos revelam, através dos discursos enunciados por seus elaboradores, concepções de organização da vida associativa, bem como valores, códigos e culturas políticas tacitamente compartilhadas. Embora dotada de caráter formalista, esta análise procurou não conceber a organização interna de modo unívoco nem tampouco hermético em relação à sociedade em geral e ao Estado. Consideramos que nenhum elemento, por mais peculiar que fosse, não poderia ser tomado isoladamente, mas relacionado com as demandas da vida social como um todo e com o próprio Estado.

Apesar de a participação nessas associações ser um ato voluntário, estratégico e, portanto, baseado na escolha dos indivíduos, é preciso ponderar o grau de racionalidade envolvido nessa escolha. A inserção do indivíduo nesses grupos nem sempre ocorria sob a lógica de uma adesão estritamente racional a um programa pronto e acabado. Além de significar um ato profundamente simbólico e nobilitante, a participação em reuniões promovidas por esses círculos sociais conferia às esferas coletiva e institucional um caráter preponderante em relação à vontade tão somente individual. Afinal, para participar de determinada associação, não bastava que o indivíduo, por sua única e exclusiva iniciativa, apresentasse sua proposta de inserção no grupo...

Normas e regras faziam parte de todas as associações analisadas. Pensadas enquanto instituições dotadas de uma lógica de funcionamento interno, estas sociedades procuravam mostrar, através dos seus respectivos estatutos, uma estrutura institucional que primasse pela ordem e organização. Ainda que não se possa desconsiderar a existência de especificidades nas disposições de cada estatuto, percebe-se uma significativa “padronização” em termos de estrutura, divisões e classificações internas.

Palavras como “ordem”, “moralidade”, “harmonia”, “deveres”, “direitos legítimos”, “penas”, “sócios efetivos”, “sócios beneméritos”, “sócios honorários”, “memória”, “discussão”, “sessão”, “administração”, “diretoria”, “comissão”, “admissão”, “penas”,

“eleição” e outras mais faziam parte de um vocabulário comum que permeava as disposições dos estatutos de todas as associações. Não que essa aparente homogeneidade fosse capaz de obliterar todas as especificidades internas dessas instituições. Nem que a visão institucional e coletiva expressa na documentação fosse suficiente para provar que as vozes dos associados não divergissem entre si, sempre endossando uma relação harmônica e unívoca. Pelo contrário, não dá para encarar com uma postura inocente a forma “ideal” e harmônica como as associações se representavam nos estatutos e nas atas das reuniões.

Não podemos nos esquecer de que a defesa da ordem e da harmonia das relações sociais era um dos principais requisitos para a conquista da aprovação estatal. Mas será que esta representação do “mundo da ordem” estava sempre em conformidade com as concepções e ideias dos pareceristas? Será que os discursos evocados sempre conseguiam evitar divergências e objeções dos conselheiros? É o que veremos no próximo capítulo...

4. SOB OS “CONSELHOS” DO ESTADO

Os projetos de estatuto representavam importantes objetos de discussão. Através deles, os sócios refletiam sobre as funções e normas que escolhiam para as associações de que participavam e, além disso, especulavam sobre a recepção do seu texto pelas autoridades estatais.

No esforço conjunto de interpretar a legislação, os membros das associações pareciam estar em sintonia com o harmônico e civilizado mundo da ordem. O discurso civilizatório que perpassava as associações parecia dotar a prática associativa de uma espécie de consenso capaz de extirpar divergências e discussões polêmicas.

No entanto, se for verdadeira a afirmação de que as divergências eram evitadas, também não é menos verdade que as mesmas eram, muitas vezes, inevitáveis. Os projetos de estatuto nem sempre conquistavam a plena aceitação dos conselheiros. Em meio aos elogios e à exaltação da prática associativa, as autoridades estatais teciam críticas e sugestões de alteração das normas escritas destinadas a reger o funcionamento das agremiações.

O propósito desse capítulo é, justamente, o de analisar os requerimentos dos associados e os pareceres dos conselheiros, buscando levantar as diversas lacunas, inconsistências e divergências que as “lentes” destas autoridades conseguiam identificar nos estatutos. Acreditamos que este seja um importante procedimento para desnaturalizar a caracterização de uma dinâmica associativa pautada tão somente na homogeneidade de interesses e perspectivas.

Primeiramente, apresentaremos um pouco do papel e do perfil do Conselho de Estado na vida burocrático-administrativa brasileira da segunda metade do século XIX. Estão incluídas nessa discussão as potencialidades das fontes utilizadas nesta pesquisa, bem como as formas de pensar as relações das associações com o Estado dentro da historiografia. Em seguida, analisaremos as principais opiniões divergentes dos conselheiros em relação a algumas ideias e disposições estatutárias propugnadas pelas associações. Destacam-se nessa discussão a questão dos interesses profissionais defendidos por algumas associações, bem como alguns aspectos envolvendo as questões do ensino e da liberdade. Por fim, analisaremos os principais anseios dos conselheiros no que concerne à isonomia de direitos entre os sócios no processo de condução da vida administrativa das associações.

4.1 O Conselho de Estado e as associações: perspectivas

Em 1842, o Conselho de Estado reaparecia na vida político-administrativa do Império. Permanecendo até o final da monarquia, esta instituição contou com a participação de 72 personalidades públicas ao longo dos 47 anos de sua existência. Ao lado do Senado e do Poder Moderador, este órgão desempenhou papel de destaque no processo de consolidação do Estado Imperial no Segundo Reinado.²⁴²

Houve até quem dissesse que o Conselho de Estado era o “cérebro da monarquia”. Salvos os possíveis exageros de Joaquim Nabuco, esta expressão não deixa de refletir, em certa medida, a importância das opiniões emitidas por este órgão estatal no sentido de “aconselhar” e auxiliar o Governo Imperial na difícil tarefa de tomar decisões em meio às vicissitudes da realidade nacional.²⁴³ A busca de equilíbrio entre a tradição e o moderno, entre as permanências e as mudanças definia o Conselho como um “grande instrumento de conciliação” na vida política e administrativa brasileira, traduzindo as tentativas de mitigar os conflitos internos das elites.²⁴⁴

Para ser nomeado conselheiro, o indivíduo deveria contemplar uma série de requisitos portentosos, tais como: ter mais de 40 anos de idade, ser brasileiro, possuir poder e influência políticas, sociais e econômicas adquiridas por meio de suas origens e trajetórias pessoais e por meio de suas relações sociais e políticas.²⁴⁵

O rigor e o cuidado despendidos no processo de nomeação para o Conselho pareciam refletir, em certa medida, a preocupação com a escolha de indivíduos hábeis na complexa missão de “manter um equilíbrio, mesmo que precário, entre os principais grupos que atuavam no cenário político”. Avaliavam-se as ações, as representações e até mesmo a aceitação de seus pares. Em decorrência disso, somente no momento da criação do Conselho é que os conselheiros foram designados para atuarem diretamente como “ordinários”. Posteriormente, essa regra mudou: os nomeados começavam atuando como extraordinários, para que, depois de um tempo, fossem confirmados como ordinários.²⁴⁶

Até o ano de 1882, 56 conselheiros foram nomeados. A maior parte destes homens (87,5%) possuía formação com nível superior, sendo que cerca de 70% eram graduados em

²⁴² MARTINS, Maria F. V.. Op. cit., p. 101.

²⁴³ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial...** Op. cit., p. 357-358.

²⁴⁴ MARTINS, Maria F. V.. Op. cit., p. 382.

²⁴⁵ Idem, p. 101.

²⁴⁶ Idem, p. 107.

direito pela Universidade de Coimbra e pelas Faculdades de Direito de São Paulo e Olinda.²⁴⁷ Ademais, uma parcela considerável deles já era proveniente de uma trajetória respeitável, muitas vezes iniciada no jornalismo acadêmico.²⁴⁸

De acordo com Maria Fernanda Vieira Martins, a

análise das carreiras e trajetórias profissionais dos conselheiros revela um grupo que representa, inquestionavelmente, a elite imperial do Segundo Reinado. Agraciados com as mais diversas ordens honoríficas, sócios das mais importantes associações nacionais e estrangeiras e membros do Conselho do Imperador, participavam do seletivo grupo que integrava o círculo de amigos e contatos do monarca, um conjunto de pessoas cuja importância, talento e trabalho eram reconhecidos na Corte. Pouco variou o perfil dos conselheiros que integraram a instituição durante os anos de funcionamento do Conselho de Estado. Na escolha desses nomes priorizava-se a carreira política, a produção intelectual, os múltiplos interesses e o intuito de atrair para a esfera do governo aqueles que pareciam distanciar-se dela, especialmente após os anos de 1860, quando surgiram os primeiros sinais de desgaste da monarquia.²⁴⁹

Desperta especial atenção para o estudo do associativismo a participação – direta ou indireta – de alguns conselheiros em diversas associações científicas, literárias e de instrução da Corte. Criando, auxiliando, dirigindo, apoiando ou sustentando algumas associações, os conselheiros conseguiam se inteirar ou se envolver nos principais debates intelectuais da vida oitocentista. Suas participações também eram tributárias do desejo de atualização científica e de propagação dos ideais de modernização e progresso do país pelas vias das letras e das ciências.²⁵⁰

Atendendo às consultas dos ministros e do próprio imperador, alguns conselheiros conciliavam as atividades político-administrativas desempenhadas no Conselho de Estado com a participação na vida associativa da Corte. Em decorrência disso, era possível que os membros da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado avaliassem os projetos de estatuto de associações das quais participavam direta ou indiretamente.

No período de 1860-1882, as 48 associações analisadas nesta pesquisa tiveram seus projetos de estatuto avaliados por 11 conselheiros de Estado. Como se pode ver na tabela a seguir, alguns tiveram participação mais intensa do que outros. Vale lembrar que, normalmente, cada consulta era realizada com a participação conjunta de três conselheiros, sendo que, às vezes, este número era reduzido para apenas dois.

²⁴⁷ Ibidem, p. 118-119.

²⁴⁸ Idem, p. 146.

²⁴⁹ Idem, p. 153.

²⁵⁰ Idem, p. 150.

TABELA VIII – QUANTIDADE DE CONSULTAS POR CONSELHEIRO

	CONSELHEIROS ²⁵¹	QTDE.
01	Marquês de Sapucahy/ Visconde de Sapucahy [Cândido José de Araújo Vianna]	45
02	Bernardo de Souza Franco [Visconde de Souza Franco]	35
03	Visconde de Bom Retiro [Luiz Pedreira do Couto Ferraz]	22
04	Marquês de Olinda [Pedro de Araújo Lima]	19
05	José Pedro Dias de Carvalho	14
06	Paulino José Soares de Souza	13
07	José Antonio Pimenta Bueno [Marquês de São Vicente]	12
08	Manoel Felizardo de Souza e Mello	8
09	Jerônimo José Teixeira Júnior [Visconde do Cruzeiro]	2
10	José Caetano de Andrade Pinto	1
11	Martim Francisco Ribeiro de Andrade	1

Fonte: Dados obtidos a partir da análise dos processos de registro do Fundo Conselho de Estado do Arquivo Nacional (RJ).

Os posicionamentos assumidos pelos conselheiros diante dos requerimentos e dos estatutos das associações merecem ser vistos com certo cuidado. Antes de mais nada, é preciso ter em mente que o Conselho de Estado não compunha um monolito ou instância portadora de visão homogênea e unívoca sobre a dinâmica associativa no Império. Este órgão “representava tendências políticas e econômicas distintas, revivendo em sua composição os embates que naturalmente existiam na política”.²⁵²

Sob a presidência de Pedro II, o Conselho de Estado reuniu políticos de origens e tendências variadas.²⁵³ Na ocasião da recriação do Conselho, em 1842, os indivíduos que o integraram

já apresentavam uma sólida e respeitável carreira na política. [...] Houve quem liderasse o movimento pela abdicação de D. Pedro I em 1831. Outros idealizaram e tomaram parte ativa no golpe de 1832. Alguns se envolveram na sedição militar de Ouro Preto, outros foram anti-restauradores em 1833, liberais em 1834, conservadores em 1837, regressistas em 1840, rebeldes em 1842, conciliadores em 1853, moderados em 1858 e até mesmo republicanos em 1870, como signatários do Manifesto Republicano.²⁵⁴

Não obstante esta diversidade de tendências e as especificidades de cada membro que compunha o Conselho de Estado, não podem ser desconsideradas também as características comuns que o marcaram enquanto órgão representativo de interesses de uma coletividade. A preocupação com a manutenção da ordem e a organização da vida pública, por exemplo, era

²⁵¹ As variantes dos nomes dos conselheiros foram verificadas em: MARTINS, Maria F. V.. Op. cit., p. 154-157.

²⁵² Idem, p. 107-108.

²⁵³ Idem, p. 262.

²⁵⁴ Idem, p. 153.

uma das características que aparecem constantemente nos pareceres e nas discussões conduzidas pelos conselheiros. Neste sentido, a argumentação legal configurava a principal forma de legitimação de seus posicionamentos diante dos impasses vivenciados pela sociedade brasileira.

Segundo Ilmar Rohloff, neste contexto, o modelo político liberal teria sido fortemente caracterizado pela crença na eficácia e utilidade de um poder forte, centralizado, concebido como o único que “poderia tanto oferecer suficientes garantias à ordem pública e a bem entendida liberdade”.²⁵⁵ Condicionava-se, portanto, o ideal de liberdade à ausência de desordem e descentralização político-administrativa. Segundo Rohloff, a associação entre poder forte e centralização tornava explícita a concepção de que qualquer ordem social não ocorria espontaneamente, mas resultava da “ação política coordenada, impondo a expansão da capacidade regulatória por parte do Estado”.²⁵⁶

O discurso da imparcialidade e a busca do equilíbrio constituíam dois principais elementos norteadores das ações do Conselho. Os esforços para “manter-se acima das paixões” eram a principal estratégia de manutenção da harmonia e da ordem em épocas de instabilidade. Para assegurar a “uniformidade da marcha administrativa” e controlar o ritmo das reformas, a racionalidade da administração deveria ser utilizada em detrimento do caráter passional da política.²⁵⁷

Contudo, o universo das representações nem sempre coincidiu com a realidade prática da dinâmica administrativa. Apesar de toda a retórica que representava o Conselho como uma instituição defensora da moderação, da conciliação e da imparcialidade, suas ações nem sempre se mantiveram incólumes e isoladas dos principais impasses e polêmicas que acometiam as relações estabelecidas entre sociedade e Estado na segunda metade do século XIX.²⁵⁸

A primeira questão que nos vem à mente, neste momento, não poderia deixar de ser as participações de alguns conselheiros nas atividades associativas. Será que isso, por si só, seria suficiente para colocar em xeque o propalado discurso da imparcialidade? Será que, na prática, a avaliação dos estatutos estaria submetida à tradicional lógica clientelística ou personalística da política?

²⁵⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **A Teia de Penélope**. In: _____. O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial. São Paulo: Ed. Hucitec, 1990, p. 194.

²⁵⁶ Idem, p. 195.

²⁵⁷ MARTINS, Maria F. V.. Op. cit., p. 110.

²⁵⁸ Idem, p. 154.

Apesar de não haver provas empíricas suficientes para corroborar alguma hipótese explicativa para as perguntas acima, não faz sentido continuar reproduzindo aqui a retórica dos conselheiros. Não seria difícil supor que a realidade trouxesse à tona práticas e escolhas parciais dos agentes históricos, esvaindo o formalismo e a aparente distância que separava o aparato jurídico-burocrático do Estado dos interesses personalísticos daqueles que atuavam tanto na esfera estatal quanto na vida associativa.

A avaliação do projeto de reforma dos estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1861, pode parecer elucidativo neste sentido. No período de 1849 a 1875, em meio à subvenção do Estado Imperial e às diversas participações de ilustres homens públicos em suas sessões, o IHGB era presidido pelo Visconde de Sapucahy.²⁵⁹ Membro da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, este conselheiro avaliou o projeto de reforma dos estatutos desta associação, no momento em que nela exercia o cargo de presidente. Coincidentemente ou não, a reforma foi aprovada sem nenhuma objeção. Apesar disso, o requerimento e o parecer traziam um discurso desprovido de grandes elogios, com feições lacônicas e extremamente objetivas.²⁶⁰

Formadas por indivíduos provenientes, em sua maioria, das elites do Império – inclusive das elites políticas –, muitas associações contavam com a direta participação de autoridades estatais em seu quadro de sócios. A exemplo do IHGB, várias outras associações podem ser citadas como exemplos de espaços de atuação de membros da Família Imperial, ministros, deputados e até mesmo conselheiros de Estado. A criação da Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida, por exemplo, foi atribuída ao Ministro do Império.

Outro exemplo notável é o da Sociedade Amante da Instrução, que, a partir do final da década de 1860, tinha como “Protetores Perpétuos” o imperador D. Pedro II e a imperatriz Tereza Cristina, acompanhados das filhas, Isabel e Leopoldina, e dos genros, Conde D’Eu e Duque de Saxe, os quais ocupavam, respectivamente, as nobres posições de “Protetoras Perpétuas do Colégio das Órfãs” e de “Presidentes Perpétuos”.²⁶¹

Não seria arriscado, então, considerar que a aproximação com o Estado Imperial fosse algo bastante recorrente ou, no mínimo, almejado por muitas associações do gênero. Por este motivo, a historiografia brasileira consolidou a ideia de que estas agremiações se relacionariam com o Estado a partir de uma lógica consensual, baseada na busca de

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 152.

²⁶⁰ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1861). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 529, pacote 3, documento 40.

²⁶¹ ALMANAK Laemmert, 1868, p. 395.

unanimidade de opiniões entre Estado e sociedade no que tange ao tratamento de questões relacionadas à “vida pública”.

De qualquer forma, a principal consequência dessa relação entre o Estado e as associações seria a anulação das divergências entre as duas instâncias. Por muito tempo, os debates historiográficos ficaram circunscritos a duas perspectivas: de um lado, aqueles que exageraram na caracterização do Estado Imperial como regido por uma lógica meramente personalística e clientelística.²⁶² De outro lado, aqueles que elevaram à “enésima potência” seu perfil autoritário, arbitrário, interventor e ingerente.²⁶³

A participação de autoridades estatais nestas associações, embora pudesse ter facilitado o desenvolvimento de práticas personalísticas de favorecimentos e auxílios por parte do Estado, nem sempre parecia eximir as associações de críticas e divergências estatais. Do mesmo modo, é possível dizer que os grupos mais distantes da elite estatal nem sempre eram avaliados de forma mais autoritária, reguladora, interventora ou ingerente.

Segundo Marco Morel, o Brasil do século XIX vivia um grande paradoxo, na medida em que suas elites políticas e administrativas buscavam constituir-lo enquanto nação inspirada nos valores modernos do liberalismo, e, ao mesmo tempo, conservavam características arcaicas que lhes impingiam feições híbridas.²⁶⁴ De acordo com o autor, a preocupação com a prosperidade do país fazia com que se tentassem “frear” os embates e divergências políticas e se enaltescesse o progresso econômico dentro da ordem social. Desde o período da Regência, a política imperial tentava enfraquecer os grupos que propugnavam debates políticos e preferia estimular “atividades institucionais de filantropia, desenvolvimento econômico e pedagogia civilizadora”. Dessa forma, antes mesmo de se adotar oficialmente o *slogan* de Augusto Comte, a defesa da ordem e do progresso já estava em jogo.²⁶⁵

O privilégio e o bem-estar material pareciam constituir-se em detrimento da política, criando a ilusória impressão de que ambas as esferas atuavam separadamente.²⁶⁶ Nos primeiros tempos do Império, a construção de espaços públicos pautados pelos princípios da modernidade liberal ainda carregava nítidas heranças do absolutismo. Dessa forma, os grupos sociais pontificavam na vida pública “quase como intrusos num domínio até então exclusivo e

²⁶² Os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda sobre o “homem cordial” e sobre a cultura da personalidade podem ser tomados como reflexões clássicas que tiveram um papel importante na caracterização do “tipo ideal” do brasileiro e de seu comportamento político e social. Podemos citar como referência a seguinte obra: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

²⁶³ Refiro-me aqui, de uma forma geral, a algumas reflexões clássicas empreendidas por pensadores que se inspiraram na tradição marxista para explicar a dinâmica da relação entre Estado e sociedade no Brasil.

²⁶⁴ MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos...** Op. cit., p. 218.

²⁶⁵ Idem, p. 279-280.

²⁶⁶ Idem, p. 288.

legítimo do Estado, desempenhando um jogo de ambiguidades e proclamando em alta voz as nobres virtudes desinteressadas e menosprezando a política”.²⁶⁷

A partir da década de 1860, diversas mudanças começavam a despontar na configuração do espaço público da Corte. A publicização dos debates se expandia intensamente, através de associações, circulação de periódicos, etc. Apesar destas significativas transformações, o pensamento liberal de diversos segmentos de nossas elites estatais continuava centrado na lei o limite da liberdade política. Derivava daí o discurso da neutralidade do poder da monarquia constitucional, que, mediante às finalidades de apaziguar conflitos e conciliar interesses, legitimava a manutenção do Poder Moderador e do Conselho de Estado.²⁶⁸

Por este motivo, é natural que os estudos sobre associativismo exaltem o caráter centralizador e regulador do Estado Imperial. O que não deixa de ser, em grande medida, uma constatação plausível. Mas é importante salientar que as relações entre Estado e associações tinham caráter multifacetado, e, por isso, merecem ser vistas a partir da complexidade dos seus meandros. Se, por um lado, é inegável que a interferência estatal existia, também não é menos verdade que a mesma possuía limites.

O historiador Marco Morel afirma que até mesmo as associações políticas (secretas, públicas e com objetivos explícitos), que contribuíram para as “transformações dos espaços públicos e das liberdades modernas na política”, não podiam ser simplesmente reprimidas ou coibidas pelo Governo Imperial. Em decorrência disso, assistia-se a um jogo dúbio de apoio e controle sobre os grupos sociais, em que se coadunavam ações de repressão com a tentativa de influência estatal sobre a organização das agremiações.²⁶⁹

Longe da configuração de um quadro simples, marcado pela linearidade da relação dos interesses estatais com as associações, o que se vê é a coexistência de uma característica marcante na relação entre ambos, qual seja: ao mesmo tempo em que o discurso liberal do Governo não se opunha à liberdade de expressão, evocando a legitimidade da prática associativa enquanto espaço de discussão, por outro lado, temiam-se as possíveis “desordens” que a dinâmica associativa poderia suscitar na vida pública.

As reflexões de Robert Castel sobre o contexto associativo europeu caracterizam as relações entre as associações e o Estado a partir da lógica de uma “liberdade vigiada”, na qual

²⁶⁷ Ibidem, p. 290.

²⁶⁸ MARTINS, Maria F. V.. Op. cit., p. 256.

²⁶⁹ MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos...** Op. cit., p. 278.

o Estado incentivava à organização de associações no interior de um “complexo tutelar”.²⁷⁰ No caso brasileiro, as influências do governo sobre as associações podiam ocorrer de diversas formas: através da concessão do título “Imperial” ou através da subvenção estatal, ou seja, do apoio financeiro. Porém, ao mesmo tempo em que essas associações poderiam ser beneficiadas e agraciadas pelo privilégio da subvenção estatal, essa dinâmica surtia outro efeito: ao reconhecer a “utilidade pública” das agremiações, o Estado se via no direito de interferir nas suas propostas de organização e atuação.

Além da manutenção da ordem, a expansão desta capacidade regulatória almejava também a sistematização de um projeto civilizatório para o país²⁷¹, através da exigência de regulamentação de diversas instituições particulares dotadas de funções públicas. Portanto, o Estado atrelava a legitimidade da prática associativa à garantia de que as sociedades autorizadas não oferecessem nenhum risco à ordem estabelecida.²⁷²

Por conta disso, a historiografia asseverou que muitas associações – sobretudo aquelas compostas por elites letradas – teriam nascido ou ficado na condição de dependentes da esfera oficial e da ação governamental.²⁷³ Em sua análise sobre a realidade europeia, o filósofo Jürgen Habermas considera que a interpenetração entre as competências estatais e as competências privadas, por via de regra, provocaria efeitos negativos sobre o “uso público da razão”, retardando o processo de construção da “esfera pública”.²⁷⁴ Para cumprir seu papel de pressionamento do Estado, no sentido de fazê-lo atender às demandas da sociedade, a “reunião das pessoas privadas em um público” dependeria da autonomia entre setor público e setor privado.²⁷⁵ Em suma, as reflexões habermasianas consideram que esta interpenetração entre Estado e sociedade levaria muitas agremiações a ganharem uma conotação “semi-oficial”²⁷⁶, colocando-as numa situação dúbia: não eram puramente públicas nem puramente privadas.²⁷⁷

De acordo com este raciocínio, o perfil da relação estabelecida entre associações e Estado seria determinado pelo grau de aproximação ou distanciamento existente entre ambos.

²⁷⁰ CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de La question sociale: idées, pratiques et imaginaires coopératifs et mutualistes dans La France du XIXe siècle*. 2. ed. Paris: Ed. Economica, 1998, pp. 216-217. *Apud*: LACERDA, David Patrício. **Solidariedades entre ofícios: a experiência mutualista no Rio de Janeiro Imperial (1860-1882)**. Campinas, 2011. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), p. 24.

²⁷¹ MATTOS, I. R.. *Op. cit.*, p. 201.

²⁷² *Idem*, p. 201.

²⁷³ MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos...** *Op. cit.*, p. 286.

²⁷⁴ HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003, p. 208.

²⁷⁵ *Idem*, p. 208.

²⁷⁶ *Idem*, p. 177.

²⁷⁷ *Idem*, p. 180.

A variação desta escala determinaria o grau de engajamento das associações de duas formas: enquanto a proximidade reforçaria a busca de consenso e homogeneização de interesses diante de conflitos, o distanciamento incitaria à maior publicização de críticas e divergências no espaço público.

No entanto, sem precisar rechaçar ou lançar um anátema sobre esta lógica de raciocínio, torna-se cada vez mais evidente que o alcance de uma maior compreensão da complexidade existente na dinâmica associativa da Corte depende de um olhar analítico que transcenda este esquema dualista tradicional. Obviamente, este trabalho não tem como objetivo entrar no mérito da discussão sobre a possibilidade ou impossibilidade de constituição de uma esfera pública no Brasil. Mas a interferência estatal não nos impede de aventar a hipótese de que a prática associativa brasileira contribuisse para a formação de um “espaço público” e para a publicização de debates que refletiam a defesa de interesses dos grupos sociais envolvidos. No estudo do associativismo, deve-se considerar não apenas o resultado coerente e harmonioso forjado no universo das representações, mas também as dissensões e divergências encontradas na relação das associações com o Estado. Neste sentido, os processos de registro eram ocasiões propícias para a emergência de eventuais divergências entre ambas as esferas.

Em seus estudos sobre associações mútuas e filantrópicas erigidas nesse mesmo contexto, na Corte, Cláudia Viscardi revela o caráter dúbio das relações estabelecidas entre estas entidades e o Estado Imperial. A autora defende que esta dubiedade era tributária, sobretudo, da função desempenhada pelas associações, que se comprometiam a exercer funções públicas, embora fossem organizações de direito privado. Viscardi considera que, aos olhos das autoridades estatais, os interesses oficialmente explicitados pelas associações oscilavam entre a complementaridade e a contradição.²⁷⁸ O que mostra que a interferência estatal nem sempre era determinante para a formação de um consenso pré-estabelecido entre ambas as partes.

Algumas reflexões suscitadas pela historiografia vêm contribuindo para a ampliação e a complexificação das diversas modalidades desta relação. Ao analisar a dinâmica associativa brasileira das primeiras décadas do pós-independência, Marco Morel alerta para a necessidade de “ultrapassar a visão simplificadora de que estes grupos sempre eram, de um modo ou de

²⁷⁸ VISCARDI, Cláudia M. R. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). Revista *Topoi* – Rio de Janeiro, PPGHIS-UFRJ, Janeiro - Junho de 2008, n. 16, v. 09, p 122.

outro, controlados pelo governo”²⁷⁹. Este autor mostra que o problema do financiamento das associações remete a realidades diversas, as quais podem

ser classificadas em diferentes casos: os grupos políticos que deviam pedir autorização do governo para funcionar, mas que podiam ser subvencionados (em parte ou totalmente) pelo próprios membros; as associações secretas, ou seja, sem permissão governamental, mas que podiam contar com altos dirigentes oficiais; as associações secretas com nenhum tipo de ligação governamental; as que recebiam Proteção Imperial.²⁸⁰

Contando com altos funcionários entre seus membros e possuindo laços significativos com o governo, algumas associações derivavam de iniciativas mistas entre as esferas estatal e privada, uma vez que não eram raras as vezes em que muitas delas solicitavam apoio oficial. No entanto, para Morel, seria precipitado depreender daí que as agremiações constituíam mero prolongamento do Governo Imperial, pois as mesmas “existiam graças a seus integrantes”.²⁸¹

Para efeito dessa controversa discussão que envolve a relação das associações com o Estado, a aplicação do conceito de cultura política pela produção historiográfica das últimas décadas tem surtido efeitos positivos. Serge Berstein entende cultura política como “as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função da sua leitura do passado, das suas aspirações para o futuro e das suas representações da sociedade”, tendo participado ou não da sua construção.²⁸²

O referido conceito pode contribuir para a discussão deste capítulo de diversas formas. Em primeiro lugar, trata-se de uma possibilidade de análise que valoriza os discursos enunciados pelos contemporâneos, articulando o universo das práticas sociais ao mundo das representações. Em segundo lugar, o conceito contribui para pensar a relação entre associações e Estado para além da lógica da resistência e da luta de classes. Além disso, o mesmo coloca em evidência o complexo jogo de compartilhamentos, divergências e conflitos entre diferentes grupos.

A noção de uma cultura política que se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado e do seu

²⁷⁹ MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos...** Op. cit., p. 293.

²⁸⁰ Idem, p. 293.

²⁸¹ Idem, p. 295.

²⁸² BERSTEIN, Serge. **A Cultura Política**. In: RIOUX, J. P. e SIRINELLI, J. F. Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1988, p. 363.

futuro foi fortemente criticada pela ciência política. A ideia de que existiria uma cultura política nacional própria de cada povo e a crença na existência de uma hierarquia entre as culturas políticas nacionais eram os principais alvos dessa crítica. O conceito parecia indicar normas e valores que se alinhariam em torno de um modelo apriorístico e teleológico de modernização.²⁸³

As reflexões desenvolvidas por Serge Bernstein, porém, relativizaram as críticas acima e mostram que a cultura política de determinado grupo é solidária com a cultura global de uma sociedade. Portanto, considera possível “discernir normas e valores comuns que expressem os da comunidade nacional, pelo menos na sua maioria.”²⁸⁴

Esta perspectiva não nega a diversidade e a complexa dinâmica do processo de construção das culturas políticas. Situado longe de uma concepção unívoca, linear e estagnada, este conceito é entendido por Bernstein dentro da sua historicidade e das relações constantes entre culturas políticas distintas. Nenhuma cultura política é isolada, pois convive com várias outras, submetendo-se a uma lógica de influências recíprocas. Assim, uma cultura política se enriquece com múltiplas contribuições de outras culturas políticas.²⁸⁵ Elaborada e difundida através de gerações, a cultura política se define não apenas através de um processo contínuo de evoluções e mudanças ao longo do tempo, mas também de permanências.

Dessa forma, pode-se dizer que as associações científicas e literárias, enquanto canais de socialização, bem como os conselheiros de estado, enquanto avaliadores, constituíam importantes vetores de culturas políticas comuns e, ao mesmo tempo, distintas. É dessa relação entre avaliadores e avaliados que “brotam” os confrontos entre os valores, as concepções de utilidade pública e de formas de organização das regras de comportamento interindividual, permitindo pensar as associações e o Estado Imperial um pouco além dos projetos comuns que o uniam.

Não se pode deixar de reconhecer, é claro, o caráter burocrático dos processos de registro. Os estatutos foram produzidos para atender a uma dupla necessidade: buscar a conquista da legitimidade das associações frente ao aparato jurídico do Estado e discriminar as regras de funcionamento da instituição. Não obstante o fato de se tratar de uma documentação desse gênero, sua importância é significativa, ao explicitarem as principais características que compunham o arranjo institucional dessas sociedades.

²⁸³ Ibidem, p. 353.

²⁸⁴ Idem, p. 353.

²⁸⁵ Idem, p. 354-355.

Os estudos que vêm sendo produzidos à luz das transformações advindas das reflexões sobre cultura política²⁸⁶ também são profícuos para a desconstrução de estigmas que por muito tempo alijaram este tipo de fonte do ofício do historiador, considerando-o meramente tradicional e, portanto, destituído de importância qualitativa. Novos olhares mostraram que estas fontes são capazes de evidenciar preciosas informações encobertas pelo aparente formalismo da linguagem jurídica. Por detrás de um discurso padronizado e, aparentemente, em total coerência com a organicidade do sistema jurídico, é possível descobrir também incoerências, contradições e inconsistências.

Giovanni Lévi apresenta uma emblemática reflexão sobre as contradições do sistema e sua importância na análise de determinada realidade histórica. Embora não se tenha o objetivo de fazer micro-história nesta pesquisa, as discussões suscitadas por estudos deste gênero podem contribuir para pensar a difícil tarefa de analisar uma documentação de cunho oficial. Deixando de lado as dicotomias entre abordagens macro e micro, a questão que se coloca é

como definir as margens – por mais estreitas que possam ser – da liberdade garantida a um indivíduo pelas brechas e contradições dos sistemas normativos que o governam. Em outras palavras, uma investigação da extensão e da natureza da vontade livre dentro da estrutura geral da vontade humana. Neste tipo de investigação, o historiador não está simplesmente preocupado com a interpretação dos significados, mas antes em definir as ambiguidades do mundo simbólico, a pluralidade das possíveis interpretações desse mundo e a luta que ocorre em torno dos recursos simbólicos e também dos recursos materiais.²⁸⁷

Ao colocarem no papel as finalidades, as regras de comportamento interno, as eleições e os recursos materiais/ financeiros necessários à regulamentação da vida interna das associações, os sócios fundadores expressavam uma linguagem que, ao mesmo tempo, emitia valores e culturas políticas compartilhadas, tanto pela política dos pares em que se pautavam estes espaços de sociabilidade, quanto pelas autoridades oficiais, às quais esta documentação era dirigida. Afinal, a aprovação dos estatutos e a autorização de seu funcionamento passavam pelo crivo das perspectivas e concepções consideradas ideais pelos conselheiros. Por conseguinte, a documentação trabalhada neste capítulo é pensada a partir do seu contexto de

²⁸⁶ Para o conceito de cultura política, ver: BERSTEIN, Serge. **A Cultura Política**. In: RIOUX, J. P. e SIRINELLI, J. F. Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1988. RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. RJ: FGV/UFRJ, 1996. SANI, Giacomo. **Cultura Política**. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de Política. 8. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995, p. 306-308.

²⁸⁷ LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-história. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992, p. 135-136.

produção, não sendo possível obliterar alguns fatores que teriam influenciado os agentes históricos e a forma como estes se expressavam por meio de papéis de natureza eminentemente burocrática.

Até que ponto esta documentação é capaz de expressar os valores autônomos compartilhados pelos sócios, independentemente de se considerar a dimensão da sua relação com o Estado? Faz-se *mister* salientar que uma rígida separação entre o Estado e as associações parece demasiado simplificadora – senão inócua – para estabelecer uma análise dos estatutos, dos requerimentos e das atas produzidas pelos sócios das associações. Acreditamos que será muito mais proveitosa uma perspectiva ancorada na lógica de uma relação ao mesmo tempo autônoma e interdependente entre ambas as esferas.

Em outras palavras, isso quer dizer que essa documentação informa o historiador a partir de dois planos de análise inter-relacionados: o primeiro corresponde às demandas de interesses e perspectivas dos pares, dentro daquilo que era ou pretendesse ser compartilhado no interior desses círculos sociais. O segundo plano corresponde à necessidade de se utilizar na redação dos estatutos, das atas e dos requerimentos um discurso que fosse favorável às expectativas das autoridades estatais, de modo que a avaliação dos conselheiros resultasse no deferimento do pedido. Trata-se, portanto, de uma documentação produzida *pelos* sócios e *para* o Estado.

Contudo, se é verdade que estes documentos se definiam, entre outras coisas, a partir da relação com o Estado, também é inquestionável que esta relação não se estabelecia de forma mecânica. Longe de ser um mero reflexo de escolhas exclusivamente racionais dos agentes históricos, voltadas para a conquista de interesses objetivos, os documentos redigidos pelos associados são repletos de implicações que transcendem o aparente formalismo racional de um discurso burocrático, distante.

4.2 Associações e Estado diante do “Espelho”: entre elogios, críticas e “conselhos”

Muitas vezes, a aprovação dos estatutos e a autorização de funcionamento concedida pelo Estado também constituía um sentido simbólico importante. Isso poderia significar, entre outras coisas, o reconhecimento formal do papel desempenhado pelas associações e a obtenção de proteção e consagração do Estado Imperial, especialmente de D. Pedro II.

A figura simbólica do imperador, enquanto “mecenas da ciência”, era constantemente exaltada nos requerimentos em que os sócios pediam a autorização de funcionamento da associação e a aprovação dos estatutos. Os sócios do Club Politécnico (1872), por exemplo,

assim expressaram seus elogios ao Imperador: “Considerando-se Vossa Majestade Imperial o eminente, o ilustrado e o mais dedicado protetor das ciências e das artes, pede-se deferimento”.²⁸⁸

A afeição que algumas associações demonstravam ter pela figura do monarca era tão intensa que a folha do requerimento era utilizada para realizar solicitações que extrapolavam o cumprimento das obrigações formais e burocráticas da legislação. Em 1861, os sócios do Instituto Polimático Brasileiro chegaram a solicitar que a data de publicação do decreto de aprovação dos seus estatutos coincidissem com o dia do aniversário de nascimento do imperador D. Pedro II. Convictos de que seus estatutos fossem aprovados, os requerentes almejavam, assim, consagrar um ato que poderia parecer tão somente burocrático:

Vem a Assembleia pedir humildemente que o decreto que tem de aprovar os respectivos estatutos seja datado do dia 2 de dezembro desse grande ano por ser o santíssimo aniversário do Natalício de V. M. Imperial, sob cujos auspícios e muita alta proteção crescem e florescem as ciências, as letras neste vasto Império, que tem a felicidade de ver sobre ele reinar um dos mais Sábios, dos mais patriotas e dos mais caridosos Monarcas do Mundo. O suplicante vem com mais profundo respeito juntando o seu voto ao da Assembleia Geral do Instituto.²⁸⁹ (Grifos do autor)

No requerimento do Instituto Homeopático do Brasil (1865), a figura do imperador fora exaltada não apenas para obter a aprovação do projeto de estatuto. Os sócios solicitavam ao “ilustre monarca” que também concedesse o título de “Imperial” à associação, como se pode ver no requerimento:

Certos de que Vossa Majestade Imperial, sempre protetor da Ciência, e tendo em atenção os juízos a que se dirigem os membros da nova corporação, se dignará de atender benevolmente à sua súplica vem mui respeitosamente implorar a Vossa Majestade Imperial que haja por bem conceder à dita corporação o título de “Imperial” que sob este honroso auspício adquirirá maior grau de veneração e estima, devido à prestigiosa influência de tão apreciável distinção. A nobreza da profissão que exercem, e a gravidade do fim a que tende a nascente associação parece aos seus membros penhor seguro de acatamento, com que deverá ela manter-se logrando a posse daquela desejada prerrogativa, e nestes termos pede à Vossa Majestade Imperial que se digne de deferir na forma pedida.²⁹⁰ (Grifos do autor)

²⁸⁸ Club Politécnico (1872). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 551, pacote 1, documento 11.

²⁸⁹ Instituto Polimático Brasileiro (1861). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 527, pacote 3, documento 53.

²⁹⁰ Instituto Homeopático do Brasil (1865). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 539, pacote 2, documento 23.

Além de se pautarem no universo de representações simbólicas típicas das relações estabelecidas entre súdito e monarca, os discursos presentes nos requerimentos normalmente demonstravam, por via de regra, uma pungente afeição pela figura do imperador. D. Pedro II era constantemente saudado como um monarca “benevolente”, “sábio”, “mecenas da ciência, das letras e das artes”, “amante do progresso”, “ilustrado”, “o mais dedicado protetor das ciências e das artes”.

Ao encaminharem suas solicitações ao imperador, os membros das associações exprimiam nos requerimentos uma retórica declaradamente reconhecida enquanto “súplica” dirigida por súditos que pediam “vênia” diante do trono de Sua Majestade Imperial. O direito civil, dessa forma, parecia assumir as características de uma “graça” que se pretendia obter por intercessão de um monarca detentor de “Alta Sabedoria” e justiça:

Os sócios da sociedade Liceu Paratinense [...] com o fim patriótico de difundir a instrução pelas camadas mais baixas da sociedade, [...] vem hoje sujeitar à alta a criteriosa consideração de V. M. I. os estatutos por onde pretendem reger-se, impetrando de V. M. I. a necessária aprovação para que a dita sociedade possa existir com todas as garantias da lei. Os sócios do Liceu Paratinense, Senhor, sabem que toda política sábia do Governo de Vossa Majestade Imperial tem tido por grandioso fim elevar o nível moral e intelectual do povo brasileiro e que para isso não se tem V. M. I. poupado esforços, apresentando-se ostensivamente como um dos mais extremos defensores de todas as ideias progressivas, especialmente das que dizem respeito à instrução pública. É confiados nesta certeza, adquirida nas muitas provas irrecusáveis que V. M. I. tem se dignado dar, que os sócios do Liceu Paratinense esperam obter de V. M. I a impetrada Graça.²⁹¹ (Grifos do autor)

É possível dizer que, a exemplo do que ocorreu com o IHGB, algumas associações tenham mantido esta afeição pela figura de D. Pedro II até mesmo após a instauração do regime republicano. Na ocasião da comemoração do centenário da Independência do Brasil, em 1922, o Club de Engenharia reservou algumas páginas de sua revista à realização de uma homenagem póstuma ao ilustre imperador. Publicava-se a ata da sessão solene de 12 de fevereiro de 1921, que reunira diversas personalidades e descendentes da família Imperial numa homenagem prestada àquele que consideravam como o “maior dos brasileiros mortos”²⁹². No contexto da sessão, os sócios decretaram que seria colocado um busto do ex-imperador do Brasil no salão nobre do Club,

²⁹¹ Sociedade Literária Liceu Paratinense (1882). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 559, pacote 2, documento 15.

²⁹² D. Pedro II – Homenagem ao maior dos brasileiros mortos: ata da sessão solene em 12 de fevereiro de 1921 (Presidência do Sr. Paulo de Frontin). In: *Revista do Club de Engenharia* (número para comemoração do

em homenagem aos grandes, inolvidáveis serviços prestados por este soberano, em seu longo reinado, aos diversos ramos de estudo que constituem a preocupação dominante nesta oficina de trabalho.²⁹³

Observa-se abaixo o referido busto (figura 1)²⁹⁴, seguido de uma outra representação (figura 2)²⁹⁵, na qual o imperador aparece rodeado de engenheiros ilustres:

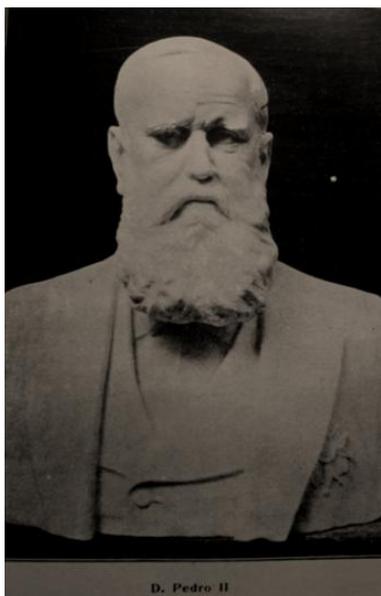


Figura 1. Busto de D. Pedro II.



Figura 2. D. Pedro II rodeado de engenheiros ilustres.

Portanto, qualquer tentativa de caracterizar o Estado Imperial de forma meramente maniqueísta parece ser um tanto reducionista. Se, por um lado, é possível dizer que os integrantes de algumas associações viam a intervenção dos conselheiros na organização das associações como negativa para o desenvolvimento do espírito associativo, por outro, não é menos verdade que muitas dessas entidades sociais viam esta relação com o Estado como uma proteção positiva e eficaz na elevação de seu capital social. Ter sua utilidade pública reconhecida por um Estado representado por um “mecenas da *sciencia*” e por “membros ilustres” do Conselho poderia significar o acúmulo de “capital social” por parte de alguns sócios. Portanto, a interferência estatal não apenas cerceava liberdades, mas também nobilitava.

Centenário da Independência do Brasil e 42º ano de fundação do Club). Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, de Rodrigues e Cia., 1922, p. 125.

²⁹³ Idem, p. 130.

²⁹⁴ Idem, p. 124. Crédito da imagem: Fundação Museu Mariano Procópio.

²⁹⁵ Idem, p. 131. Crédito da imagem: Fundação Museu Mariano Procópio.

Todavia, nem todas as associações eram agraciadas pelos elogios e reconhecimento estatais. Para tal, a associação deveria contemplar uma série de requisitos importantes. O discurso e a retórica, por si sós, nem sempre eram eficazes no momento de os suplicantes se colocarem diante do Estado Imperial.

No dia 17 de setembro de 1878, mais um projeto de estatuto acabava de ser avaliado na mesa da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado. Os conselheiros José Pedro Dias de Carvalho, Visconde de Bom Retiro e Paulino José Soares de Souza liam com bastante argúcia o processo recém-chegado do Ministério dos Negócios do Império. O documento assinado pelo ministro Carlos Leôncio de Carvalho informava que se tratava de uma agremiação dedicada à instrução, cujo nome era Associação Educadora Brasileira.

O Sr. Belmar, presidente da associação, empenhara-se na redação do requerimento. Seu discurso eloquente e otimista exaltava a importância que sua associação poderia representar ao desenvolvimento da instrução no Brasil:

Trata-se de dotar o Brasil de uma instituição que merecerá sem dúvida a simpatia de V. M. I. como todas as pessoas amantes do progresso e do engrandecimento desta nação.

Educar, instruir, moralizar por consequência todas as classes sociais é dar base sólida à felicidade pública, habilitando o povo para exercer com consciência os direitos constitucionais. O sábio axioma social que faz depender a felicidade como o poder das nações do grau de desenvolvimento da educação popular deve ser inscrito no frontispício dos estabelecimentos que se propõem fundar em todo o Império a 'Associação Educadora Brasileira'.

O êxito desta instituição depende da propaganda e da sua própria organização tão minuciosamente calculada para incitar aos pais e tutores de menores a seguir a sua educação, esse capital principalíssimo no meio das incertezas da vida e das alternativas da fortuna.

O suppte. por consequência confia em que, disposto como se acha a dedicar a sua atividade em pró do desenvolvimento de tão útil associação, não sofrerá a aprovação solicitada grande demora ficando portanto brevemente habilitado para pôr em execução tão útil pensamento.²⁹⁶

Como se vê, logo no início do documento, os sócios não pouparam esforços para persuadir as autoridades estatais, sobretudo o imperador, de que a associação era dotada de utilidade pública. A princípio, tudo parecia indicar que se tratava de uma agremiação que contribuiria para o desenvolvimento e expansão da educação no país. Porém, uma leitura um pouco mais criteriosa dos conselheiros foi suficiente para reconhecer que o projeto de estatuto

²⁹⁶ Associação Educadora Brasileira (1878). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 10.

não estava de acordo com o decreto 2711. Além de destinarem grande parte das vantagens pecuniárias ao diretor geral da sociedade, contradizendo o seu caráter beneficente, os estatutos apresentavam falta de base financeira segura, o que suscitava explícita desconfiança quanto aos meios de existência da associação. Os conselheiros alegaram que a proposta da mesma era muito vasta, demandando muitos capitais. Dessa forma, emitiram o seguinte parecer:

Não basta, para que uma sociedade se estabeleça, o destinar-se a fins de utilidade pública, é indispensável que ela tenha os meios de realizar os fins a que se propõe. A associação que se projeta é vasta, e demandaria vultosos capitais para que pudesse realizar os intentos dos seus incorporados. [...] como poderia a Seção aconselhar que se concedesse autorização para incorporar uma sociedade, cujos meios de existência não são ainda conhecidos? [...] A utilidade pública, as vantagens de difusão das luzes são a capa com que se cobrem os inventores dessas associações; mas através daqueles fins sociais aparece descarnado o movel principal, o interesse privado. [...] como pois esperar-se que se associem capitais para uma empresa da ordem da projetada, quando o Governo precisa dar o maior desenvolvimento à instrução pública, quando as municipalidades nutrem o mesmo empenho?²⁹⁷ (Grifos do autor)

Como se pode ver, os conselheiros questionaram a utilidade pública declarada por esta agremiação. Entenderam que se tratava do escamoteamento do interesse meramente privado por um discurso aparentemente defensor da nobre missão de difundir as luzes. A criteriosa análise do Conselho esvaía, assim, toda a retórica do requerimento.

Embora esta associação tenha sido a única do conjunto analisado que teve seus estatutos indeferidos por inconsistência de suas bases financeiras, seu caso serve de ensejo para refletir sobre a tácita concepção de utilidade pública que os conselheiros de Estado possuíam das associações científicas, literárias e de instrução.

O Conselho de Estado sempre ressaltava que o reconhecimento da utilidade pública dessas associações deveria estar condicionado à manutenção de práticas que não privilegiassem o lucro, mas o sentido simbólico da dedicação às luzes. As atividades financeiras somente eram importantes na medida em que constituíssem os meios para a realização dos fins a que as associações se propunham a realizar, como a publicação de periódicos, compra de livros para instalação de biblioteca, equipamentos para laboratório, fornecimento de aulas, etc. Enfim, tudo que pudesse ser revertido sob a forma de elevação do “capital social” do grupo.

²⁹⁷ Associação Educadora Brasileira (1878). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 10.

Se, por um lado, a necessidade de uma receita compatível com os custos das atividades planejadas pelos sócios fosse considerada um dos requisitos importantes para a aprovação dos estatutos, por outro, os juristas não viam com “bons olhos” o enaltecimento do lucro, voltado para o benefício particular. As entidades que se limitavam à difusão das luzes, da ciência e das letras não estavam sujeitas aos mesmos critérios exigidos daquelas de perfil comercial ou industrial.

Na concepção dos conselheiros de Estado, as únicas associações que poderiam se dedicar exclusivamente à lógica dos interesses econômicos, privados, seriam aquelas que se restringissem às operações comerciais ou industriais. Em diversos pareceres, os membros da Seção distinguiam as associações dedicadas a interesses puramente científicos e literários das comerciais: enquanto aquelas tinham como ponto precípua a difusão das luzes, estas convergiam suas atenções para o gerenciamento de capitais particulares, sujeitos à lógica do mercado.

No Artigo 2º dos estatutos do Instituto Literário Maranhense, os sócios prescreveram que, na condição de corporação literária, o Instituto poderia se ocupar de “todos os assuntos e empresas de utilidade para as ciências e letras”. Embora, neste contexto, a palavra “empresas” não possuísse acepção mercantil ou comercial, ainda assim os conselheiros não se deram por satisfeitos. A “vaga generalidade” do termo poderia dar a entender que o Instituto estava autorizado a “criar empresas que por certo não teve em vistas”.²⁹⁸ Do mesmo modo, julgaram inadmissível que a Sociedade de Instrução e Beneficência (1877) empregasse a palavra “gerente”, no lugar de “diretor”, por aquele ser o termo mais apropriado ao meio empresarial.²⁹⁹

Desta feita, parecia haver entre os conselheiros de Estado um esforço conjunto para reforçar a identidade intelectual destas associações, através da tentativa de mitigar caracterizações baseadas em aspectos tão somente econômicos e lucrativos. Por vezes, os membros da Seção chegavam até mesmo a entrar em divergência com a 2ª Diretoria da Secretaria do Império. Sempre que este órgão estatal exigia a criação de fundos de reserva para as entidades exclusivamente voltadas para atividades científicas, literárias e de instrução, os conselheiros se posicionavam de forma contrária. Defendiam que, exceto nos casos de criação de montepio ou caixas de socorros, as associações do gênero não poderiam receber as mesmas exigências aplicadas às demais.

²⁹⁸ Instituto Literário Maranhense (1864). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 535, pacote 2, documento 39.

²⁹⁹ Sociedade Instrução e Beneficência (1877). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 555, pacote 1, documento 8.

Esta divergência ocorreu durante a análise dos documentos da Academia Brasileira de Ciências Físicas (em 1875), da Sociedade Médica do Rio de Janeiro (em 1878), do Instituto Hahnemaniano Fluminense e do Instituto Civil dos Engenheiros Brasileiros (ambos em 1879). Na primeira situação, a 2ª Diretoria sugeriu algumas mudanças, que, na visão dos conselheiros da Seção, seriam

indispensáveis se se tratasse de sociedade de natureza comercial; mas sendo esta meramente científica, e não convindo aplicar-lhe todas as disposições que servem para garantir o emprego dos fundos sociais, a Seção entende que podem ser dispensadas as modificações propostas, exceto aquela que diz respeito à obrigação do exame anual das contas da mesa administrativa pela Assembleia Geral, por ser tal administração uma regra da boa administração social.³⁰⁰ (Grifos do autor)

No segundo caso, os conselheiros alegaram que, enquanto a Sociedade Médica do Rio de Janeiro

se limitar à parte científica e à publicação do seu jornal, não necessita de fundo de reserva, que será indispensável se ela realizar a fundação da caixa de beneficência para os seus sócios.³⁰¹

No terceiro caso, a Seção manteve a mesma posição, diferenciando as exigências legais feitas às associações científicas daquelas dedicadas às atividades comerciais e industriais:

Atendendo-se à natureza desta sociedade, cujos fins se limitam a desenvolver e propagar o estudo da homeopatia, a Seção [...] tem entendido que na organização das sociedades científicas podem ser dispensadas muitas das exigências legais para incorporação de sociedades que se dedicam às operações comerciais ou industriais, em que é evidente a necessidade de salvaguardar os capitais particulares confiados à gerência das ditas sociedades. Partindo deste princípio, a Seção examinou cuidadosamente os estatutos e pensou que eles podem preencher os fins que se propõem a Sociedade, mediante ligeiras alterações.³⁰² (Grifos do autor)

³⁰⁰ Academia Brasileira de Ciências Física (1875). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 2.

³⁰¹ Sociedade Médica do Rio de Janeiro (1878). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 4.

³⁰² Instituto Hahnemaniano Fluminense (1879). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 15.

No caso do Instituto Civil dos Engenheiros Brasileiros (1879), os conselheiros foram ainda mais enfáticos na justificativa da oposição à 2ª Diretoria. A Seção afirmou que, enquanto a associação fosse “meramente literária”, não lhe poderia ser exigida a formação de fundo de reserva, bem como as “formalidades para a revisão e aprovação das contas sociais, porque é isto matéria de pura economia social”.³⁰³

No âmbito financeiro, as associações científicas, literárias e de instrução estavam submetidas a um nível de exigência muito inferior ao das associações comerciais, industriais e aos montepios. Dessa forma, as pesadas críticas que o Conselho dirigiu à Associação Educadora Brasileira não constituíam uma regra para as demais associações analisadas nesta dissertação. Isso apenas ocorria nos casos em que os interesses privados e lucrativos sobressaíam em meio a uma retórica apologética da ilustração, do progresso e da civilização.

Normalmente, os pareceres vinham acompanhados de elogios às associações, evidenciando as expectativas do Estado Imperial com relação à utilidade pública destas agremiações. O Instituto Civil dos Engenheiros Brasileiros, por exemplo, fora considerado uma “associação com fins eminentemente úteis”.³⁰⁴ A Sociedade Amante da Instrução, por sua vez, deixou escapar das penas dos conselheiros o seguinte comentário:

O fim de tal sociedade é, sem dúvida, útil e louvável, pois que dirige-se a promover e proteger a instrução por todos os meios ao seu alcance, e especialmente estabelecendo escolas gratuitas para a mocidade pobre.³⁰⁵

Em outros pareceres, os conselheiros chegavam até mesmo a afirmar que “a associação era de grande necessidade e podia prestar relevantes serviços ao Estado”, como foi o caso da Sociedade de Engenheiros, em 1875.³⁰⁶

O Gabinete Português de Leitura, visto pela Seção dos Negócios do Império como dotado de fim “puramente literário e de instrução”, despertava tamanha afeição dos conselheiros que os mesmos chegaram a afirmar que era uma “honra expor a sua opinião” sobre os estatutos dessa sociedade. Dessa forma, o pedido de reforma de 1861 foi deferido em tons elogiosos:

³⁰³ Instituto Civil dos Engenheiros Brasileiros (1879). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 5.

³⁰⁴ Instituto Civil dos Engenheiros Brasileiros (1879). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 5.

³⁰⁵ Sociedade Amante da Instrução (1861). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 527, pacote 3, documento 25.

³⁰⁶ Sociedade de Engenheiros (1875). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 553, pacote 2, documento 23.

Em todas as disposições, nada encontrou a Seção que contrariasse as leis do Estado, e nem tampouco os interesses públicos; que antes lucram com instituições que facilitam ou promovem o desenvolvimento da instrução e a consequente civilização pública.³⁰⁷ (Grifos do autor)

Em 1874, um novo pedido de reforma do Gabinete foi aprovado na íntegra, seguido também de muitos elogios:

julgando-o aceitável em todas as suas partes, pensa que está no caso de ser aprovado pelo Governo Imperial sem emendas. O fim da reforma é evidentemente melhorar o estado aliás satisfatório da associação, dando-lhe maior desenvolvimento. É muito conhecido este Gabinete e merecedor de elogios pelo modo por que sempre se há regido, aumentando progressivamente sua biblioteca, e procurando por todos os meios realizar seu utilíssimo fim.³⁰⁸ (Grifos do autor)

No processo de reconhecimento da utilidade pública, a credibilidade dos sócios era um aspecto fundamental, como expressaram Visconde de Bom Retiro, José Pedro Dias de Carvalho e Paulino José Soares de Souza, no parecer relativo à Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, em 1879:

[...] a Seção entende a utilidade pública que pode provir deste novo cometimento científico, à vista de seus nobres fins, e à confiança que inspiram os sócios fundadores.³⁰⁹ (Grifo do autor)

Por vezes, mencionava-se até a “distinta” procedência dos sócios. A Sociedade de Ciências Médicas, por exemplo, era caracterizada pelos conselheiros como aquela “fundada por 35 médicos dos mais distintos desta Corte”.³¹⁰

No parecer relativo à Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida (1871), Visconde de Sapucahy e Bernardo de Souza Franco associaram a aprovação dos estatutos desta sociedade ao fato de a mesma ter sido promovida por um dos ministros do Império. Observe abaixo:

³⁰⁷ Gabinete Português de Leitura (1861). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 526, pacote 2, documento 25.

³⁰⁸ Gabinete Português de Leitura (1874). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 552, pacote 2, documento 23.

³⁰⁹ Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil (1879). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 16.

³¹⁰ Sociedade de Ciências Médicas (1866). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 542, pacote 3, documento 49.

Da exposição, que cobre os estatutos, assinada pelo Dr. Antonio Ferreira Viana, se infere que esta associação é diretamente promovida pelo Exmo. Ministro do Império, e conseguintemente aceita pelo Governo Imperial. Quanto aos estatutos a Seção os acha organizados de modo que conduzem ao conseguimento do fim ideado.³¹¹ (Grifos do autor)

Ao contrário das “pesadas” críticas recebidas pela Associação Educadora Brasileira, muitas agremiações recebiam elogios pela sua utilidade pública no campo das ciências, das letras e da instrução em geral. O Estado Imperial reconhecia a importância de muitas instituições do gênero para a expansão dos princípios civilizatórios na sociedade brasileira. Acreditava-se que o movimento associativo poderia servir como uma espécie de complemento ou auxílio na implementação das ações estatais.

Entretanto, independente do nível de reconhecimento da utilidade pública das associações, os conselheiros quase sempre lhes exigiam que fosse acrescentada nos estatutos a declaração de que qualquer alteração no texto somente poderia ser colocada em prática com a prévia autorização do Governo Imperial. Até mesmo o Instituto Politécnico Brasileiro (1862), por exemplo, que teve como presidentes as ilustres figuras de Conde D’ Eu e do conselheiro de Estado Manoel Felizardo de Souza e Mello³¹², não deixou de receber do Conselho de Estado esta exigência.³¹³

A recepção desta exigência nem sempre ocorria de forma passiva e consensual. O próprio Gabinete Português de Leitura é um exemplo disso. Não obstante a proteção do imperador e os diversos elogios recebidos dos conselheiros, o Gabinete teve seus estatutos corrigidos após os pareceristas se certificarem de que a associação não declarou que qualquer mudança ou aumento do limite do número de “ações” e de sócios somente poderia ser executada após a consulta e o consentimento do Governo. Com um discurso polido e “respeitoso”, os sócios do Gabinete Português de Leitura não deixaram de demonstrar suas divergências em relação ao Conselho de Estado. Solicitaram ao imperador a reavaliação do caso, sob as seguintes justificativas:

A ação é apenas um diploma que se pode transferir. Não dá direitos a dividendo [...]. A transferência daquele título é apenas um meio para facilitar o aumento do pessoal; não há lucros a auferir; não há terceiros a prejudicar; é um diploma puro e simplesmente. [...] o produto das ações passadas anualmente é, na máxima parte, destinado à compra de livros, fim essencial

³¹¹ Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida (1871). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 550, pacote 3, documento 43.

³¹² ALMANAK Laemmert, 1866, p. 341.

³¹³ Instituto Politécnico Brasileiro (1862). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 532, pacote 1, documento 28.

da associação, capitalizando-se apenas uma parte para a compra ou construção de um edifício para a biblioteca.[...] O Gabinete, Senhor, respeita e acata as leis de Vossa Majestade Imperial, sujeita os seus estatutos a qualquer reforma a eles feita, porque é isso da lei; mas a faculdade de admitir o maior número possível de sócios, sem as restrições impostas pelo Conselho de Estado, porque o Gabinete Português não está nas condições de qualquer banco ou companhia, essa, Imperial Senhor, deve a Diretoria implorar de Vossa Majestade Imperial, porque tal faculdade já por Vossa Majestade Imperial foi concedida.³¹⁴ (Grifos do autor)

Divergindo prontamente das restrições do Conselho, os sócios do Gabinete salientaram que o seu título de “Imperial”, bem como a nobreza e a distinção de seus fins, não condiziam com uma exigência aplicável a instituições de cunho meramente financeiro, cujo principal objetivo era a obtenção de lucro, e não a dedicação à cultura e ao saber. No entanto, apesar do seu “elevado” *status quo* e da proteção recebida do imperador, os sócios não obtiveram êxito na tentativa de convencimento dos conselheiros. Respaldo-se na legislação em vigor, Bernardo de Souza Franco, Visconde de Sapucahy e Manoel Felizardo de Souza e Mello permaneceram firmes em suas posições:

A Seção não vê na exposição transcrita motivo suficiente para mudar de parecer. A fixação do capital social é exigida no artigo 5º §§6º e 7º do decreto n. 2711 de 19 de dezembro de 1860, que o artigo 27 estende a todas as qualidades de companhias ou sociedades; e nenhum inconveniente pode resultar ao Gabinete Português de Leitura de fixação elevada, que torne admissível o número avultado de sócios com que a Diretoria conta.³¹⁵ (Grifos do autor)

A obediência e o respeito às leis do Império eram requisitos valorizados pelos conselheiros como práticas que deveriam ser devidamente contempladas nos documentos enviados pelas sociedades. Em tese, a redação dos estatutos não poderia dar margem a interpretações dúbias que incitassem à desobediência às leis do Estado e à figura do monarca, nem tampouco prejudicassem os “públicos interesses”. Era também por este motivo que os conselheiros exigiam da Associação Congresso Brasileiro (1877) que explicasse melhor a “inteligência” ou significado da expressão “casos omissos” para se referir às questões não

³¹⁴ Gabinete Português de Leitura (outubro de 1863). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 534, pacote 2, documento 34.

³¹⁵ Gabinete Português de Leitura (outubro de 1863). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 534, pacote 2, documento 34.

previstas nos estatutos. A intenção dos pareceristas era evitar que se “abrisse porta para aditamentos” não aprovados pelo Governo.³¹⁶

Em 1881, o Club de Engenharia também se viu numa situação similar. Seus sócios tiveram que modificar o artigo no qual determinavam que os “casos omissos” seriam contemplados pelo regulamento interno, e não pelos estatutos aprovados pelo Governo. Levando em consideração que a lei não obrigava a avaliação daquele documento pelo Estado, não é difícil imaginar o posicionamento dos juristas diante do caso. Afinal, seria displicente aprovar normas desconhecidas que não estavam ao alcance do poder oficial.³¹⁷ O olhar do Conselho parecia ser bastante vigilante neste sentido, pois havia o temor de que, ao aprovar estatutos com esta lacuna, o Estado acabasse consentindo práticas desconhecidas, não condizentes com as leis imperiais.

Não era por motivo fortuito que o campo semântico das palavras era analisado com rigor. O vocabulário que os sócios utilizavam em alguns estatutos e requerimentos muitas vezes era alvo de críticas dos conselheiros, principalmente nos casos em que as palavras não estavam em consonância com a condição de súditos de Sua Majestade Imperial. Em 1861, a renomada Sociedade Farmacêutica Brasileira, no artigo 2º do projeto de reforma de seus estatutos, incomodava os conselheiros no momento de declarar que um de seus fins sociais era “representar aos poderes do Estado, **exigindo** o cumprimento dos direitos conferidos por lei aos farmacêuticos”. A utilização do verbo “exigir” soou estranha aos avaliadores. Na visão de José Antonio Pimenta Bueno, Marquês de Olinda e Visconde de Sapucahy, “exigir” deveria ser substituído por “pedir”, por este ser “o termo mais respeitoso dos súditos para com os poderes do Estado”.³¹⁸

As palavras ou termos que transmitiam a ideia de um poder superior ao Estado também não eram bem-vindas. Desse modo, sempre que os estatutos caracterizavam o poder deliberativo das assembleias gerais como “supremo”, os conselheiros faziam questão de modificar o texto antes de aprová-lo. “Como o poder supremo é aquele que não tem superior, poder-se-ia querer entender que a sociedade o não tenha”³¹⁹ – foi esse o comentário dos pareceristas após a leitura do artigo em que a Sociedade Evangélica Literária Amor à Verdade (1869) asseverava o caráter supremo de suas assembleias gerais. No caso da Sociedade

³¹⁶ Congresso Brasileiro (1877). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 15.

³¹⁷ Club de Engenharia (1881). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 558, pacote 2, documento 19.

³¹⁸ Sociedade Farmacêutica Brasileira (1861). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 529, pacote 3, documento 51.

³¹⁹ Sociedade Evangélica Amor à Verdade (1869). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 548, pacote 3, documento 37.

Médico-Farmacêutica (1862), os mesmos lembravam aos sócios que a assembleia “tem superior nas Autoridades do País, e no Governo”.³²⁰ E a Associação Biblioteca Fluminense (1864) também era lembrada de que não apenas a decisão da maioria dos sócios reunidos em Assembleia Geral determinaria a sua dissolução, mas também “os casos marcados” na legislação em vigor.³²¹

Nem sempre a demonstração da função pública garantia a aprovação imediata dos estatutos ou os mantinha incólumes às críticas e sugestões de modificação. Dificilmente as lacunas e problemas mais graves passavam despercebidos aos “olhos” dos membros da Seção, principalmente quando se tratava de questões que entravam em atrito com a soberania do poder público, ou pudessem suscitar “embaraços” capazes de comprometer a harmonia das relações sociais.

Não era suficiente que as associações convencessem as autoridades estatais de que seus objetivos e compromissos eram de utilidade pública e que possuíam todos os recursos humanos e financeiros necessários à sua realização. Até mesmo aquelas agremiações com renome e agraciadas com a proteção do Governo Imperial poderiam ser acometidas por pontuais divergências e objeções dos conselheiros nas ocasiões de reforma de seus estatutos.

4.2.1 A publicização do conhecimento e a questão da liberdade

Diversas outras questões despertavam controvérsias e objeções que levavam os membros da Seção dos Negócios do Império a adotarem posições contrárias àquelas previamente pensadas pelos associados. A maior parte das entidades aqui analisadas obteve do Governo autorização para funcionar e conquistou a aprovação de seus estatutos. A despeito disso, as sugestões de alteração eram recorrentes e as divergências muitas vezes inevitáveis.

Além das questões administrativas, que analisaremos depois, faz-se necessário refletir primeiramente sobre determinados pontos polêmicos suscitados no decorrer das consultas. A política e a religião apenas não estimulavam grandes querelas porque as associações normalmente se representavam por meio de um discurso dotado de feições imparciais, apolíticas e respeitosas aos valores morais e éticos propugnados pela religião oficial do Estado (ver capítulo 2). Afinal, mesmo vivendo sob um regime constitucional e liberal, não é difícil

³²⁰ Sociedade Médico-Farmacêutica (1862). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 532, pacote 1, documento 29.

³²¹ Associação Biblioteca Fluminense (1864). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 535, pacote 2, documento 36.

de imaginar que as entidades políticas e não católicas tivessem maiores dificuldades de se regulamentar juridicamente perante o Estado Imperial.

Do conjunto analisado, 47 associações eram de caráter laico e apenas uma se declarou evangélica: a Sociedade Evangélica Literária Amor à Verdade, cujo objetivo era difundir as letras a partir da leitura de textos religiosos protestantes. Embora a religião não seja o foco desta pesquisa, as discussões que a mesma suscitava servem de ensejo para refletir sobre a questão da liberdade de consciência e expressão na segunda metade do século XIX.

Em 1869, tão logo chegando à mesa da Seção, o projeto de estatuto da Sociedade Evangélica Literária dividiu a opinião dos conselheiros. De um lado, Bernardo de Souza Franco e Visconde de Sapucahy advogavam a constitucionalidade desta agremiação literária protestante que se pretendia fundar na capital do Império. De outro, Marquês de Olinda contestava a legitimidade da proposta.³²²

Os dois primeiros reconheceram que a proposta de atuação da referida agremiação estava de acordo com a regra do exercício doméstico e particular da religião. Na sua perspectiva, os objetivos apresentados seriam lícitos e constitucionais, merecendo a autorização para funcionamento e a aprovação dos estatutos. Ambos se respaldaram nas leis vigentes para argumentar em favor da tolerância religiosa, mostrando que o § 5º do artigo 179 da Constituição prescrevia que “ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado e não ofenda a moral pública”. A propósito, lembravam que o artigo 191 do Código Penal previa penas contra aqueles que desrespeitassem o princípio da tolerância religiosa.³²³

No que se refere à realização de publicações pela imprensa, afirmaram que os livros, folhetos, folhas avulsas, diários ou periódicos estavam “livres e isentos de proibição ou censura prévia, e tão somente sujeitas às regras [...] do Código Penal”.³²⁴ Quanto ao ensino destinado aos “jovens pertencentes às famílias de religiões dissidentes do ramo católico”, ressaltaram que o Governo Imperial já vinha subvencionando algumas destas escolas protestantes e chegando, inclusive, a lhes conferir o “caráter de públicas”.³²⁵

Diferentemente de Souza Franco e Sapucahy, Marquês de Olinda entendeu que a associação não se limitava ao exercício doméstico e particular do protestantismo. Ao pretender publicar e divulgar textos de cunho religioso e fundar escolas de mesmo perfil, a

³²² Sociedade Evangélica Literária Amor à Verdade (1869). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa: 548, pacote 3, documento 37.

³²³ Idem.

³²⁴ Idem.

³²⁵ Idem.

associação estaria, na sua concepção, extrapolando os limites da legislação. Dessa forma, ao contrário dos dois conselheiros que o acompanhavam na consulta, Marquês de Olinda considerava que a Sociedade Evangélica Literária se punha em contradição com a Constituição, por não se restringir ao culto particular e estender seu proselitismo religioso ao espaço público da Corte, oferecendo riscos à religião oficial do Estado. Veja os argumentos do Marquês de Olinda:

Não me consta que o Governo Imperial tenha aprovado estatutos de comunidades de crença denominada evangélica, que sejam da natureza destes de que agora se trata. Sem falar na religião anglicana, a qual tem templos nesta cidade do Rio de Janeiro, e em algumas províncias, só tenho notícia dos estatutos da sociedade evangélica estabelecida nesta cidade, e em Petrópolis, e em ambos estes estatutos só se trata de regras para o culto, e para a administração das comunidades acrescentando que nos primeiros faz-se menção do ensino de uma aula de crianças dos membros da comunidade. Já se vê que é uma escola muito especial e muito restrita: no segundo nem se trata deste objeto.

Mas nos estatutos que agora são apresentados, não só não se fala no culto, quando este é o fundamento da permissão da Constituição, como expressamente se declara que a sociedade tem por fim publicar pelos jornais artigos concernentes à religião de Jesus Cristo revelada nas escrituras sagradas, e ao desenvolvimento e ilustração de seus sócios por meio de escolas particulares e discussões sobre teses; sendo as aulas de ensino primário e secundário especialmente religioso, e recaindo as discussões sobre teses religiosas.

À vista disto a sociedade ainda que debaixo da denominação de literária, não é senão um estabelecimento de propaganda das doutrinas do protestantismo, e isto se manifesta da circunstância de considerar a religião de Jesus Cristo somente pela revelação das escrituras sagradas, em desprezo da tradição, a qual a Igreja consagra também como fonte de doutrina; e isto nos põe em contradição com a Constituição, a qual permite somente o culto particular. E para este efeito emprega a publicação de suas doutrinas por escrito e por meio de discussões sobre teses. Que a sociedade publique as suas doutrinas por escrito, isto não lhe pode ser vedado; e aí está a lei da imprensa que regula esta matéria. Mas que ela queira estabelecer escolas públicas de matérias religiosas, e discussões religiosas, seria criar missões de protestantismo. É verdade que me consta haver lá pelas bandas de Andaraí uma escola das doutrinas da seita chamada evangélica; e outra não foi a causa dos distúrbios últimos em Lorena. Mas não seja o Governo o que autorize tais demonstrações. E quanto aos efeitos de tais discussões e de tais prédicas, pode-se afirmar que [...] se terão força suficiente para enfraquecer e abalar as doutrinas católicas, sem infundir entretanto um novo espírito religioso; e o resultado será a mais deplorável indiferença religiosa.³²⁶
(Grifos do autor)

³²⁶ Ibidem.

Depois de toda essa divergência travada entre os conselheiros, os estatutos não foram aprovados. O confronto entre as duas perspectivas antagônicas demonstrou que a discussão era polêmica e refletia as vicissitudes do processo de publicização do conhecimento no Brasil Império.

Alguns conselheiros pareciam se colocar numa postura mais favorável à liberdade de expressão do que outros. Neste caso, a postura mais restritiva de Marquês de Olinda acabou sobrepujando as opiniões de Souza Franco e Sapucahy.

Em outras situações, a “liberdade de manifestação do pensamento” deixava de ser um direito para se tornar um dever das agremiações. Os conselheiros deixavam de advogar a concessão de maior liberdade às sociedades para cobrar diretamente delas a sua execução. Isso normalmente acontecia nas situações em que determinados interesses profissionais entravam no jogo do espaço público, sobretudo aqueles inerentes ao campo da medicina.

No afã de defender interesses específicos da profissão, algumas associações médicas, por vezes, acabavam entrando em atrito com a soberania e as competências do poder público. Sendo assim, apesar do notável reconhecimento de sua utilidade pública por parte do Estado Imperial, algumas agremiações eram criticadas por assumirem funções que deveriam competir ao Governo e, ao mesmo tempo, por fomentar privilégios de grupos minoritários que poderiam cercear a liberdade de circulação e manifestação do pensamento científico. Vejamos, a seguir, os pareceres emitidos por Bernardo de Souza Franco, Visconde de Sapucahy e Manoel Felizardo de Souza a respeito da Sociedade Médico-Farmacêutica e da Academia Imperial de Medicina.

Como foi dito no capítulo 2, a Sociedade Médico-Farmacêutica, além de seu caráter científico, possuía a função de “polícia médica”. Propunha-se a fiscalizar práticas de charlatanismo na medicina e na farmácia, defendendo a regularização de direitos considerados oficiais e legítimos de ambas as profissões.³²⁷ Em 1862, a consulta não desencadeava grandes polêmicas, embora alguns problemas relativos à organização administrativa da associação a tivessem impossibilitado de receber a aprovação dos estatutos e a almejada autorização de funcionamento. De qualquer modo, a proposta apresentada não desagradava totalmente o Conselho, que chegou até reconhecer a utilidade pública de instituições que tanto se dedicavam ao conhecimento científico como também se engajavam no combate aos “abusos” que acometiam a saúde pública no Brasil:

³²⁷ Sociedade Médico-Farmacêutica (1865). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 539, pacote 2, documento 21.

As associações como estas, quando bem definidos os seus fins, e os direitos e deveres dos sócios, e dispostos os meios para obtenção dos fins, são merecedoras da aprovação do Governo Imperial, como o merecerá esta, depois de feitas nos estatutos as alterações prévias, que a Seção vai mencionar.

[...]

A Seção parece que, depois de feitas as alterações que menciona, poderão ser aprovados os estatutos e autorizada a sociedade para funcionar para que o exercício da Medicina e da Farmácia seja protegido dos abusos que comprometem a saúde pública.³²⁸ (Grifos do autor)

Três anos depois, em 1865, um novo projeto de estatuto dessa sociedade chegou ao conhecimento da Seção. Desta vez, além de apresentar algumas modificações exigidas anteriormente, a documentação vinha acompanhada de um texto de recomendação redigido pela notável Diretoria da Academia Imperial de Medicina. Nesta ocasião, esta instituição, pela sua idoneidade, parecia ser uma das mais apropriadas à indicação de qualquer outra que se pretendesse fundar no Brasil. Afinal de contas, a esta altura, a mesma já vinha trilhando uma longa e respeitável trajetória de sucesso, após ser incorporada ao Governo e conquistar dele a subvenção e o título de “Imperial”.³²⁹

O manifesto desejo da Academia Imperial de Medicina de expandir a rede de instituições que se propunham a discutir a saúde pública no Império, bem como o desenvolvimento das ciências médicas e a regulamentação do exercício profissional, parecia incitá-la a apoiar a criação de outras associações análogas, como a Sociedade Médico-Farmacêutica, por exemplo. Veja o trecho da recomendação:

A Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, tendo ponderado as exigências atuais do exercício da medicina, da classe médica, julga de muita utilidade e conveniência, e até necessidade a criação de uma associação com o nome de Médico-Farmacêutica Fluminense neste município, organizada segundo os estatutos, que, em nome dele, tenho a honra de torná-los inclusos a V. Exa., a fim de serem presentes à sala do Imperador, impetrando do mesmo Augusto Senhor a aprovação, a fim de ter a graça da formação da referida Sociedade, segundo as disposições dos ditos estatutos.³³⁰

A própria Academia informava à Seção que a ideia de criação da Sociedade Médico-Farmacêutica fora gestada por um de seus sócios, após longo tempo de reflexões conjuntas:

A ideia de promover a criação da Sociedade acima mencionada não é de agora, é já desde o ano de 1842, por ser proposta ao sócio da Academia pelo

³²⁸ Ibidem.

³²⁹ MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos...** Op. cit., p. 267.

³³⁰ Sociedade Médico-Farmacêutica (1865). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 539, pacote 2, documento 21.

conselheiro Dr. Manoel Feliciano Pereira de Carvalho, e com muita satisfação acolhida então por esta, que o incumbiu de redigir um projeto para este fim, e nesta época foram por ele apresentados os apontamentos, que depois serviram ultimamente de bases para a formulação dos referidos estatutos, que redigidos por uma comissão, foram presentes à Academia, e por ela aprovados [...]³³¹

Apesar dos esforços e das estratégias de persuasão utilizadas, a Sociedade Médico-Farmacêutica teve sua tentativa de autorização e aprovação novamente frustrada. Desta vez, os estatutos suscitaram discussões ainda mais polêmicas. Alguns artigos foram identificados como “embaraçosos para o desenvolvimento da ciência, enrolando a manifestação do pensamento”.³³²

A despeito de sua reconhecida utilidade pública, duas propostas de atuação foram prontamente atacadas pelo Conselho de Estado, despertando sua explícita desconfiança e divergência. A primeira compreendia a proibição de anúncios de descobertas médicas em jornais leigos. A segunda colocava como criminoso aquele que se recomendasse como autor de “curas maravilhosas”, sendo que o mesmo deixaria de sê-lo a partir do momento em que esta recomendação estivesse inserida em algum jornal de medicina.³³³

Ao considerarem demasiadamente “vago” o conceito de ciência médica adotado nos estatutos, os conselheiros se certificaram de que muitos sistemas médicos poderiam correr iminentes riscos de se tornarem alvos de perseguição dessa associação. Além disso, conceberam como “ininteligível” e “absurda” a proibição de anúncios de “descobertas úteis” em jornais que não fossem de domínio exclusivo de médicos e farmacêuticos com formação oficialmente reconhecida. Constataram que tal proibição estava completamente desprovida de embasamento jurídico, uma vez que, ao contrário dos “remédios secretos” vendidos sem observância das regras prescritas, não havia “nenhuma lei que regulasse esta questão em relação a anúncios”.³³⁴ Essa tentativa de “criminalização” proposta pela sociedade foi assim criticada:

O § 4º não tem explicação. Ser crime o recomendar-se alguém como autor de curas maravilhosas, e deixar de ser só porque a recomendação se acha em um jornal de medicina, pelo menos, é um privilégio que se quer dar a estes últimos.³³⁵ (Grifos do autor)

³³¹ Ibidem.

³³² Idem.

³³³ Idem.

³³⁴ Idem.

³³⁵ Idem.

Como de pode ver, a própria Seção evocava a liberdade de manifestação do pensamento como uma prática fundamental à ciência, contrapondo-se ao que era considerado como caráter cerceador da associação. Ao tentar restringir a comunicação de descobertas médicas a determinados círculos profissionais especializados, a Sociedade Médico-Farmacêutica estaria fomentando perseguições e fiscalizações que não poderiam ser autorizadas a uma instituição privada. Portanto, os ilustres membros do Conselho fizeram questão de salientar que as competências de regularizar o exercício da medicina e da farmácia “não caberiam nem poderiam caber à associação: isto é próprio do Poder Legislativo e do Poder Executivo”.³³⁶

Em 1866, a própria Academia Imperial de Medicina não passou incólume às mesmas divergências. A sua manifesta intenção de expulsar do quadro social os médicos que divulgassem curativos e remédios em folhas não especializadas em medicina despertou a seguinte objeção dos pareceristas:

Entre as condições de admissão, exclusão, e expulsão de sócios, há algumas inadmissíveis: a expulsão por divulgarem em anúncios curativos que houvessem feitos, os quais só poderiam ser publicados em jornais oficialmente médicos, e submetidos os remédios ao juízo da Corporação, impediria os progressos da medicina, mataria a emulação e concorrência e criaria para os influentes na Corporação privilégio exclusivo, total, à saúde pública.³³⁷ (Grifos do autor)

Embora concordando com os “abusos deploráveis” que vinham ocorrendo por parte dos charlatães, a Seção não considerou que as medidas restritivas adotadas por associações médicas e farmacêuticas fossem capazes de coibir tais práticas abusivas. Na visão de Souza Franco, Marquês de Olinda e Visconde de Sapucahy, a manutenção da “liberdade de discussão” seria o instrumento mais eficaz do que o “exclusivismo” e a “censura” no combate aos charlatães ou impostores. Assim, declaravam à Academia Imperial de Medicina que a defesa da liberdade seria um dos mais “valiosos serviços” que a mesma poderia prestar ao Estado Imperial e à sociedade brasileira, lembrando aos sócios que as providências jurídicas para “cortar estes abusos” já haviam sido tomadas pelo poder público, por meio do Decreto No. 828, de 29 de setembro de 1851.³³⁸

³³⁶ Ibidem.

³³⁷ Academia Imperial de Medicina (18/10/1866). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 542, pacote 3, documento 46.

³³⁸ Idem.

Como se pode ver, os pareceres evidenciam uma nítida preocupação estatal com as funções que as entidades médicas arrogavam para si, sobretudo quando o assunto era saúde pública. Isso fica claramente demonstrado na avaliação do Artigo 1º dos estatutos da Academia Imperial de Medicina, no qual se prescrevia o seguinte:

A Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro é especialmente instituída para discutir todas as questões de medicina e cirurgia, responder às consultas do Governo, solicitar deste todas as medidas que possam trazer o adiantamento e progresso das ciências médicas no país, e tratar de tudo quanto interesse à saúde pública, como epidemias, moléstias peculiares a certos países, e diversas questões médico-legais, pontos estes que no Rio de Janeiro só poderão ser resolvidos por ela, pelas faculdades de medicina e pela Junta Central de Higiene Pública.³³⁹ (Grifos do autor)

Na visão dos conselheiros, o projeto de reforma não poderia ser aprovado sem que a redação do artigo acima fosse modificada. A justificativa para este posicionamento pautava-se claramente na oposição ao “exclusivismo” que a Imperial Academia arrogava a si mesma, juntamente com as faculdades de medicina e a Junta Central de Higiene, no tratamento de questões de interesse da saúde pública. De acordo com os pareceristas, este artigo poderia dar a entender que

a Imperial Academia, a Faculdade, e Junta de Higiene, sendo exclusivas para tratar de tudo quanto interessa à saúde pública, serão obrigatórias suas resoluções sobre estes pontos”: a ciência teria muito a perder com este exclusivo em matéria de doutrina médica, e dada divergência entre estes árbitros da saúde pública, quem decidiria? Se é o governo, nas medidas que tenha a tomar, fique-lhe então a liberdade da consulta, e da decisão aos homens da ciência, habilitados segundo as leis, a de opinião e prática de curar.³⁴⁰ (Grifos do autor)

Persistindo no combate ao “exclusivismo” e ao “privilégio”, os conselheiros também se posicionaram radicalmente contra o artigo que considerava o título de membro da Academia uma “recomendação para todas as comissões ou empregos relativos ao exercício da medicina”. Bernardo de Souza Franco, Marquês de Olinda e Visconde de Sapucahy foram veementes em suas objeções, afirmando que “esta recomendação não tem base nas leis, e seria um privilégio inexplicável concedido a uma instituição de caráter particular”.³⁴¹

³³⁹ Ibidem.

³⁴⁰ Idem.

³⁴¹ Idem.

Obviamente, isso não significa que os conselheiros se opusessem ao processo de profissionalização e regulamentação da medicina. Pelo contrário: na análise dos estatutos da Sociedade Propagadora do Magnetismo e do Júri Magnético, por exemplo, os mesmos fizeram questão de exigir dos sócios que não deixassem de declarar que “a experiência magnética e a aplicação do magnetismo como meio terapêutico não poderão ser feitas senão por médico competentemente reconhecido”.³⁴² Afinal, a regulamentação oficial das práticas de cura seria um caminho importante para se chegar a uma sociedade evoluída e regida pelos princípios civilizatórios da ciência.

De qualquer modo, a Sociedade Médico-Farmacêutica e a Academia Imperial de Medicina tiveram suas propostas questionadas e criticadas de modo incisivo, com base em argumentos de cunho liberal e jurídico. Por um lado, os ilustres juristas tentavam demonstrar que os limites entre práticas científicas e não científicas não poderiam ser estritamente demarcados pelo “privilégio” de poucos. Isso representaria um entrave para o desenvolvimento da ciência, na medida em que limitaria a manifestação do pensamento e das descobertas científicas, bem como os benefícios da concorrência de ideias e da publicidade científica. Por outro lado, é possível identificar uma tentativa de reforçar o delineamento das fronteiras do campo jurídico estatal. Dessa forma, a objeção dos conselheiros parecia não compreender tão somente a defesa da liberdade por parte da esfera estatal, mas também uma nítida preocupação com os embaraços que o monopólio de alguns grupos poderia oferecer ao Estado, comprometendo o exercício de atribuições que deveriam ser de sua alçada.

A evocação da liberdade por alguns conselheiros não se limitava aos dois casos analisados, mas se estendia também ao campo do ensino. Em 1875, no parecer da Academia Brasileira de Ciências Físicas, José Pedro Dias de Carvalho, Visconde do Bom Retiro e Paulino José Soares de Souza se posicionaram em defesa desta sociedade, discordando da avaliação feita pela 2ª Diretoria da Secretaria do Império. Em contraposição a este órgão, a Seção considerou que a liberdade de ensino não deveria ser negada à associação, justificando que

sendo a liberdade de ensino hoje admitida geralmente, e consagrada já em algumas de nossas leis e regulamentos, não haveria razão para negar-se a esta sociedade o pleno exercício desse direito, nem a aprovação dos meios por que ela entende poder conseguir os seus fins; é, portanto, o parecer da

³⁴² Sociedade Propagadora do Magnetismo e do Júri Magnético (1862). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 531, pacote 3, documento 41.

Seção: que os estatutos estão no caso de merecer a aprovação do Governo Imperial.³⁴³

Em 1878, os conselheiros se opuseram ao projeto de reforma dos estatutos do Liceu Literário Português, na tentativa de impedir a possível imposição de violência ou desmedidas repressões aos estudantes. Um dos artigos do Liceu previa aos alunos indisciplinados e displicentes – “que faltarem a alguma das suas obrigações” – a aplicação de severas penas estabelecidas no regulamento interno, o que poderia “compreender até os castigos corporais”. Temendo os “abusos” que esta declaração pudesse endossar, os conselheiros de Estado “acharam por bem” que as regras disciplinares do Liceu fossem regidas pela legislação educacional das escolas públicas, como consta no seguinte trecho do parecer:

Ora, sendo muito lata a expressão “para a qual pode compreender até os castigos corporais” [...], convém acautelar-se esta parte, substituindo as palavras transcritas pelas seguintes: “poderão ser-lhe impostas as penas determinadas no regulamento interno, dentre os que se acham admitidos nas escolas públicas”.³⁴⁴ (Grifos do autor)

É impossível não lembrarmos aqui da clássica e célebre reflexão de Gilberto Freyre, no livro “Sobrados e Mucambos”. Segundo o autor, nas sociedades patriarcais, a autoridade exercida pelo adulto sobre o menino seria investida de um caráter “sádico” que pouco teria mudado com a transição “das casas-grandes para os sobrados das cidades”. Essa

pedagogia sádica, exercida dentro das casas-grandes pelo patriarca, pelo tio-padre, pelo capelão, teve com a decadência do patriarcado rural seu prolongamento mais terrível nos colégios de padre e nas aulas dos mestres-régios. [...] Os pais autorizavam mestres e padres a exercerem sobre os meninos o poder patriarcal de castigá-los a vara de marmelo e a palmatória.³⁴⁵

De acordo com Freyre, o modo opressivo como os jovens eram educados dentro do sistema patriarcal teria reforçado a enorme distância social entre o homem feito e os indivíduos “de menor idade”. Quase sempre se obrigava a manter dos mais velhos “uma

³⁴³ Academia Brasileira de Ciências Físicas (1875). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 4.

³⁴⁴ Liceu Literário Português (1878). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 3.

³⁴⁵ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: decadência do patricarcado e desenvolvimento do urbano. 15 ed. São Paulo: Global, 2004, p. 180.

distância de inferior, de subordinado, de subserviente”.³⁴⁶ Em decorrência disso, um dos traços distintivos das sociedades patriarcais estaria no caráter efêmero da “meninice”. Diante do tamanho prestígio do “homem feito”, da “idade grande, avançada e provecta”, o “menino” passaria a sentir vergonha da sua condição e se deixava amadurecer precocemente, apropriando-se dos hábitos dos velhos desde a mais tenra idade.³⁴⁷

Portanto, ao prever a aplicação de castigos físicos aos estudantes, o Liceu não estava cometendo nenhum anacronismo. Mas o que dizer da proibição dessas práticas por parte do Estado? Seria uma objeção ao uso da violência contra os estudantes? Ou seria uma tentativa de restringir ao Estado e às instituições públicas o direito ao uso legítimo da coerção?

Mesmo que, no parecer, não conste a justificativa da proibição, é possível dizer que ambas as hipóteses sejam pertinentes. Ao mesmo tempo em que se observa no discurso de alguns conselheiros a defesa da liberdade de ensino, nota-se uma preocupação com a necessidade de as associações prescreverem suas normas educacionais de acordo com a legislação oficial. Algumas associações, como o Retiro Literário Português (1869) e a Sociedade Alfa Literária (1871), por exemplo, também foram lembradas de que suas aulas deveriam se sujeitar “às regras fixadas para o ensino secundário e primário da Corte, sendo respeitada a legislação do Império e a religião adotada”.³⁴⁸ Ademais, o Instituto dos Cirurgiões Dentistas (1870) foi avisado de que seu ensino, por ser de “natureza particular”, não daria “direito ao exercício da profissão”, que estava “dependente dos exames e mais condições estabelecidas nas leis e regulamentos em vigor”.³⁴⁹ Portanto, mais uma vez, os conselheiros ressaltaram que as ações educacionais dessas associações deveriam estar em conformidade com a legislação em vigor. Embora muito útil ao poder público, o ensino promovido por estas entidades não passava, é claro, despercebido pela fiscalização do Estado.

A participação de estudantes e acadêmicos menores de idade na vida associativa também despertava especial atenção do Conselho. Os processos de registro do Ateneu Médico-Acadêmico (1864), da Sociedade Acadêmica Ateneu Central (1865) e da Sociedade de Beneficência Acadêmica (1867) são bastante representativos da discussão travada em torno do assunto.

Composto de médicos e estudantes das faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, o Ateneu Médico-Acadêmico não obteve a autorização de Bernardo de Souza Franco,

³⁴⁶ *Ibidem*, p. 180.

³⁴⁷ *Idem*, p. 177-178.

³⁴⁸ Sociedade Retiro Literário Português (1869). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 548, pacote 3, documento 35.

³⁴⁹ Instituto dos Cirurgiões Dentistas (1870). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 549, pacote 4, documento 33.

Visconde de Sapucahy e Marquês de Olinda. Antes de apresentar as suas objeções, os conselheiros não abriram mão das devidas ponderações, declarando que

as associações de caráter puramente científico têm sempre merecido a aprovação do Governo de V. M. Imperial, como tendentes a ocupar os espíritos com questões que estendendo a esfera dos conhecimentos devem concorrer para o desenvolvimento e maior civilização do país.³⁵⁰

A despeito dessa notável exaltação do associativismo, a consulta abria espaço a uma argumentação de cunho paternalista, que considerava a “menor idade” e a condição de estudantes como obstáculos à autorização de funcionamento do Ateneu:

Quando, porém, se trata de estudantes das escolas, e Faculdades, que por serem muitos deles de menor idade não se podem ligar por obrigações a que os estatutos os sujeitam, nem empregar em estudos ou exercícios diversos dos das próprias aulas, o tempo que é quase todo ele devido ao ensino a que seus pais os fazem aplicar-se [...].³⁵¹

Como se pode ver, a dinâmica de funcionamento da instituição foi julgada inadequada ao perfil de seus integrantes. Composta por muitos estudantes de medicina, a mesma foi acusada de submetê-los a obrigações e compromissos que comprometeriam o aproveitamento dos estudos acadêmicos. Antes de mais nada, seria “indispensável limitar os trabalhos societários de sorte a não prejudicar os do ensino”, uma vez que seriam

demasiadamente frequentes as distrações dos estudantes [...], de que resultaria falta de aproveitamento, falta tanto mais sensível quanto a profissão dos associados exige deles a maior e mais assídua aplicação para que não ponham em risco a saúde e vida dos seus doentes.³⁵²

A Sociedade Acadêmica Ateneu Central, por seu turno, obteve resposta distinta para o mesmo caso, apesar de algumas delongas no processo de avaliação. Na consulta de 10 de junho de 1865, Souza Franco, Sapucahy e Manoel Felizardo de Souza e Mello constataram que esta sociedade era composta de alunos da Escola Militar. Nesta condição, não poderiam autorizar seu funcionamento, a menos que se certificassem de que a participação dos

³⁵⁰ Ateneu Médico-Acadêmico (1864). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 535, pacote 2, documento 40.

³⁵¹ Idem.

³⁵² Idem.

estudantes nas atividades associativas não os prejudicasse e os “distráisse” dos estudos e trabalhos escolares.³⁵³

Diante do impasse, o procedimento adotado pelos membros da Seção foi solicitar ao Ministério da Guerra um posicionamento a respeito. Em resposta, o ministro não considerou inconveniente que os alunos das escolas militares fizessem parte do Ateneu. Pelo contrário: reconheceu a importância da entidade para a formação dos jovens, uma vez que sua finalidade era promover o desenvolvimento intelectual, por meio de discussões de trabalhos concernentes a diversos ramos do conhecimento. Mediante à posição favorável do ministro da guerra, a Seção não fez nenhuma objeção à autorização de funcionamento, nem tampouco à aprovação dos estatutos.³⁵⁴

Em julho de 1867, quando esta consulta já completara dois anos, outra situação similar voltou a ocupar as mentes dos ilustres pareceristas. A Sociedade de Beneficência Acadêmica também era composta, em sua maioria, por alunos menores de idade. Desta vez, no entanto, a prévia experiência obtida com a avaliação dos estatutos da Sociedade Acadêmica Ateneu Central serviu como parâmetro para avaliar a questão, sendo, inclusive, citada como procedimento padrão para os eventuais casos semelhantes que aparecessem no futuro. E a aprovação foi novamente concedida.³⁵⁵

O posicionamento dos avaliadores diante das três associações enseja discussões importantes sobre relações sociais ainda fortemente pautadas em valores patriarcais e senhoriais. Estimulando a precocidade intelectual e literária da mocidade, o processo de formação educacional no século XIX associava a boa formação à disciplina e à severa dedicação aos estudos. Como dizia Freyre, os meninos eram “amadurecidos à força”, através de estudos de latim, discussão de teses e atividades que, desde cedo, incentivavam ao acúmulo de erudição.³⁵⁶ A valorização das letras e da destreza no uso da retórica possuía praticamente um valor sacralizado para muitos pais.³⁵⁷ Mas, em nome da formação de uma criatura “inteligente” e dotada de habilidades intelectuais prodigiosas, sacrificava-se a “meninice”.³⁵⁸

A ativa participação de estudantes em associações científicas e literárias poderia, nesse sentido, desempenhar um papel importante. Mas, como se viu, a autorização de funcionamento para essas associações não deixava de despertar hesitações dos conselheiros.

³⁵³ Sociedade Acadêmica Ateneu Central (1865). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 539, pacote 2, documento 19.

³⁵⁴ Idem.

³⁵⁵ Sociedade de Beneficência Acadêmica (1867). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 543, pacote 2, documento 32.

³⁵⁶ FREYRE, Gilberto. Op. cit., p. 182.

³⁵⁷ Idem, p. 184-185.

³⁵⁸ Idem, p. 185.

Isso demonstra que não havia consenso quanto aos prejuízos ou benefícios que a vida associativa poderia oferecer à formação estudantil. Apesar dos questionamentos apresentados pelos conselheiros, o ministro da guerra se mostrou convicto das contribuições que a Sociedade Acadêmica Ateneu Central poderia fornecer ao “desenvolvimento intelectual” dos estudantes da Escola Militar.

Como se viu no capítulo 1, a socialização de estudantes em associações acadêmicas parece ter se expandido na segunda metade do século XIX. A criação dessas três associações reflete, de certo modo, o processo cada vez mais comum de criação, pelos próprios estudantes, de formas de socialização do conhecimento fora das salas de aula. Em sua pesquisa, o historiador Celso Castro salienta que os estudantes da Escola Militar se destacaram nessa prática da socialização, mostrando que, muitas vezes, os próprios alunos atuavam como “socializadores intelectuais de alunos mais novos”.³⁵⁹

Muitas vezes longe de suas famílias, esses jovens criavam laços de solidariedade que se materializavam em sociedades científicas e literárias mantidas por eles mesmos, com considerável nível de autonomia em relação à direção da Escola. Através da “grande vivência extraída do esforço individual para ascender nos estudos e na vida profissional”, esses jovens tentavam compensar sua “pouca idade cronológica”.³⁶⁰

É possível que, nas últimas décadas do Império, a gradativa conquista do espaço público por jovens bacharéis de direito, de medicina e de engenharia tenha sido, em certa medida, tributária de sua ativa participação na dinâmica associativa da Corte. A tão propalada afeição dos contemporâneos pela precocidade teria incitado os jovens a conquistar a sua autonomia cada vez mais cedo?

É possível que sim... Embora a publicização do conhecimento e as práticas de socialização ainda continuassem submetidas aos termos de uma liberdade vigiada, as associações pareciam existir graças a seus integrantes. Isso já significava um passo importante na organização dos interesses dos grupos sociais, que, diante dos “conselhos” do Estado, faziam emergir discussões de suma importância para a construção e a consolidação de regras e práticas de isonomia atreladas aos princípios de ordem, harmonia e justiça.

³⁵⁹ CASTRO, Celso. **O Tabernáculo da Ciência**. In: _____. Os militares e a República: um estudo sobre e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, p. 57.

³⁶⁰ Idem, p. 59.

4.2.2 Da equidade de direitos

O respeito à equidade de direitos era considerado fundamental na estruturação das normas destinadas a reger o funcionamento das associações. Desse modo, esperava-se que as decisões administrativas e as deliberações internas acontecessem por meio da participação coletiva dos sócios, concebendo de forma negativa a demasiada concentração de poder nas mãos do presidente e a prescrição de normas eleitorais que não estivessem em consonância com práticas consideradas fundamentais à isonomia.

Neste sentido, são comuns as sugestões de alteração dos estatutos em artigos referentes às eleições, que deveriam ser realizadas dentro das normas legais. Um dos requisitos imprescindíveis era a realização de eleições por meio de escrutínio secreto. No próprio parecer referente ao estatuto do Ateneu Médico-Acadêmico (1864), fica evidente o repúdio dos conselheiros em relação ao artigo que prescrevia a leitura das cédulas de votação pelo secretário, no decorrer do processo eleitoral, incitando à seguinte objeção: “A redação do artigo 75 presta-se a que o Secretário possa ir lendo as cédulas que lhe forem entregues; e a votação que se quer secreta se tornaria pública”.³⁶¹

A questão da decisão pela sorte nas decisões internas era outro ponto discutido pelos conselheiros. O estatuto do Instituto Homeopático do Brasil (1865), fruto da agregação de doutores das faculdades de medicina do Império, não foi considerado merecedor de aprovação, sem que antes fosse feita a correção do artigo referente à nomeação do Presidente, o qual deveria ser designado por meio de votações, e não através do apelo à sorte nas reuniões.³⁶²

Em outras situações, a Seção considerava legítimo lançar mão da sorte como critério de desempate, não discordando deste quesito em vários estatutos em que o mesmo aparecia. No caso da Sociedade Médica do Rio de Janeiro (1878), os próprios conselheiros sugeriram que se acrescentasse nos estatutos que, em caso de empate, a decisão deveria ficar a encargo da sorte, afirmando ser este o modo como geralmente se procedia em todas as associações. O mais importante de ser salientado é que o Estado defendia este procedimento como uma forma de não dar ao Presidente o direito de desempatar, “pois que já ele exerceu seu direito de

³⁶¹ Ateneu Médico-Acadêmico (1864). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 535, pacote 2, documento 40.

³⁶² Instituto Homeopático do Brasil (1865). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 539, pacote 2, documento 23.

voto no ato da eleição”.³⁶³ A sorte deveria ser recomendada apenas em prol das virtudes democráticas. Como se pode ver, este é um explícito argumento dos juristas em defesa da isonomia entre os sócios, na tentativa de impedir a exacerbação do poder do presidente.

Era também por este motivo que a legislação proibia os presidentes das associações ou quaisquer membros de suas diretorias de presidirem as assembleias gerais, exigindo-se que outro sócio fosse eleito especialmente para estas ocasiões.³⁶⁴ A justificativa para essa proibição era clara, tendo em vista que um dos principais propósitos dessas reuniões era “fiscalizar os atos” dos membros da Diretoria e dos funcionários.³⁶⁵

Se, por algum motivo, o presidente resistisse a convocar a assembleia geral, os membros da associação poderiam se reunir em número indicado na lei e realizar esta convocação.³⁶⁶ Tanto no parecer do Gabinete Inglês de Leitura (1863) quanto no da Sociedade Literária Liceu Paratinense (1882), os membros da Seção recomendaram o acréscimo desta informação nas disposições estatutárias. Este procedimento era visto como um mecanismo legal utilizado para evitar que determinados indivíduos conseguissem se perpetuar na administração.³⁶⁷

Assim, não se admitia, em hipótese alguma, que o cargo de presidente fosse “perpétuo” ou “vitalício”, pois isso não estava “de acordo com a natureza do mandato e espírito de nossas leis”. Foi esse o comentário despertado após a leitura dos estatutos do Instituto Polimático Brasileiro (1861).³⁶⁸

Além disso, nem sempre era aconselhável que a seleção de sócios para o cargo de presidente da Diretoria fosse pautada em critérios exclusivamente profissionais. Em 1879, na consulta dos estatutos do Instituto Civil dos Engenheiros Brasileiros (1879), José Pedro Dias de Carvalho, Visconde de Bom Retiro e Paulino José Soares de Souza se opuseram à determinação de que os candidatos à presidência desse Instituto tivessem, no mínimo, dez anos de exercício da profissão de engenheiro. Essa prescrição não foi aconselhada, pois a mesma excluía da concorrência aqueles sócios que tivessem pouco tempo de experiência

³⁶³ Sociedade Médica do Rio de Janeiro (1878). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 4.

³⁶⁴ Club Politécnico (1872). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 551, pacote 1, documento 11.

³⁶⁵ Sociedade Literária Magdalense (1879). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 18 A.

³⁶⁶ Sociedade Literária Liceu Paratinense (1882). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 559, pacote 2, documento 15.

³⁶⁷ Gabinete Inglês de Leitura (1863). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 534, pacote 2, documento 32.

³⁶⁸ Instituto Polimático Brasileiro (1861). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 527, pacote 3, documento 53.

profissional na engenharia, mas habilidade necessária a um bom desempenho nas atividades administrativas.³⁶⁹

Portanto, a legislação se esforçava para garantir a eficiência administrativa das Diretorias e das assembleias gerais, de modo que estas atuassem em favor dos interesses da maioria. O papel destas reuniões deveria ser o de impedir a demasiada centralização de poder e as arbitrariedades das Diretorias nos processos decisórios. A eliminação dos sócios considerados “inconvenientes”, por exemplo, era um direito que não deveria ser executado pela Diretoria, à qual competia apenas a “faculdade” de propor à Assembleia a eliminação, de modo que a questão fosse deliberada pela coletividade.³⁷⁰ À exceção de alguns casos pontuais, como o do Liceu Literário Português (1878) e o Congresso Brasileiro (1877), de uma forma geral, parecia não haver muitos problemas neste sentido.

No intuito de evitar a iniquidade e os prejuízos que as escolhas de uma minoria presente pudessem oferecer a uma maioria ausente, exigia-se um número legal de sócios para constituir as assembleias gerais. Em diversas consultas, era recorrente a exigência de que as assembleias gerais só poderiam ser constituídas com um número de sócios que representasse “pelo menos um terço do capital social”.³⁷¹

Esta prescrição era alvo de consideráveis objeções por parte daquelas associações que alegavam dificuldade em reunir este contingente. Opondo-se à referida exigência, em 7 de agosto de 1873, os sócios do Club Politécnico enviaram requerimento solicitando a revogação do decreto de aprovação de seus estatutos. Reclamavam maior flexibilidade do Estado, desejando que se reduzisse para 50 o número de acionistas exigido para a constituição da Assembleia Geral, e que lhes fosse consignado o direito de realizá-la com qualquer número, se, à primeira convocação, não comparecessem os 50 membros. Alegaram o seguinte:

Senhor,

A Diretoria do Club Politécnico, tendo procurado cumprir o Decreto N. 5159 de 4 de dezembro de 1872, [...] não conseguiu, porque foi impossível, apesar de repetidos anúncios no Jornal do Comércio e de constantes pedidos, obter uma Assembleia Geral nos termos do artigo 30 do mencionado Decreto. [...] Pede benévolo deferimento e espera receber mercê.

³⁶⁹ Instituto Civil dos Engenheiros Brasileiros (1879). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 5.

³⁷⁰ Liceu Literário Português (1878). Arquivo Nacional/ RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 3.

³⁷¹ Club Politécnico (janeiro de 1874). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 552, pacote 2, documento 18.

Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1873. Assinados: Barão de Angra (Diretor Presidente) - José Carlos de Alambary Luz – Joaquim da Costa Araújo Júnior – Dr. Antonio Gonçalves de Araújo Leitão – Saturnino Ferreira da Veiga – Pedro de Alcântara Lisboa e Lopo Diniz Cordeiro.³⁷²

Com um discurso “respeitoso” e um vocabulário condizente com a condição de súditos de Sua Majestade Imperial, os suplicantes fundamentaram sua reivindicação nos dois seguintes argumentos:

1º: De semelhança. Todas as instituições, religiosas, pias, literárias, mercantis, têm disposição nos respectivos compromissos ou estatutos, que facilita a formação da Assembleia Geral, visto que tem número limitado à primeira convocação e faculdade para funcionar com qualquer número à segunda.

2º: O caráter do Club Politécnico é de natureza a ter quase tantos acionistas quantas são as ações emitidas; por isso a reunião de um terço é quase impossível, especialmente se atender à consideração de que os acionistas tomam ações não pela esperança de lucro, mas por favor a uma instituição tão profícua ao Estado.³⁷³ (Grifos do autor)

Chama-nos especial atenção o fato de que a solicitação contida no requerimento se encontra respaldada no argumento da “semelhança”, ou seja, da equidade de direitos entre as agremiações. Dessa forma, solicitava-se ao Governo que a lei não favorecesse algumas instituições em detrimento de outras. Afinal, não era justo que uma associação motivada pela prestação de profícuos serviços ao Estado recebesse exigências que não mais eram feitas às demais instituições. Nota-se que, mais uma vez, a utilidade pública foi evocada pelos sócios como um elemento de distinção, em contraposição aos interesses privados e lucrativos.

Composta por Marquês de Sapucahy, Visconde de Bom Retiro e Visconde de Souza Franco, a Seção considerou procedentes as razões do requerimento. Mas frisou a necessidade de se fazer a prévia publicidade da reunião em jornais e gazetas da Corte, incentivando a difusão e a dinamização das atividades associativas propugnadas pelo Club.

Provavelmente, não se encerram no Club Politécnico as reclamações dos sócios no que se refere às exigências legais para a formação de assembleia geral e realização de suas deliberações internas. Durante a vigência da lei 1083 e do decreto 2711, é possível que outros impasses do gênero tenham acometido a relação das associações com o Estado.

³⁷² Club Politécnico (janeiro de 1874). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 552, pacote 2, documento 18.

³⁷³ Idem.

Os embates eventualmente estabelecidos em torno da questão dos “votos por procuração” estavam, de certa forma, relacionados com o mencionado problema. Na impossibilidade de reunir o número legal de sócios para as eleições, algumas associações apresentavam manifesta intenção de recorrer às procurações. Porém, todas as vezes em que isso ocorria, os membros da Seção manifestavam explícita objeção, uma vez que esta prática era terminantemente proibida pela legislação imperial.

Ao analisarem os estatutos da Biblioteca Fluminense (1864), Bernardo de Souza Franco, Visconde de Sapucahy e Marquês de Olinda consideraram inadmissível que os mesmos prescrevessem a votação por listas assinadas que não fossem entregues pelo próprio votante, uma vez que isto violava a lei 1083 (de 22 de dezembro de 1860), que “não admitia votação por procuração para a eleição das diretorias”.³⁷⁴

Neste caso, a exigência foi bem aceita pelos sócios. Mas nem sempre isso ocorria. A propósito, não foi outro o motivo da querela envolvendo os sócios do Gabinete Português de Leitura e os conselheiros Bernardo de Souza Franco, Visconde de Sapucahy e Manuel Felizardo de Souza e Mello, no ano de 1863, quando esta associação recebeu a exigência de eliminação do artigo que autorizava votos por procuração. Já consagrada e elogiada pela sua reconhecida utilidade pública no campo do ensino e da difusão das letras, nem por isso o Gabinete fora poupado de se adequar às prescrições da legislação em vigor.³⁷⁵

Mediante à sua insatisfação com o parecer emitido, os sócios desta associação remeteram um novo requerimento à Seção dos Negócios do Império, utilizando os seguintes argumentos:

[...] como suprimir nas eleições do Gabinete o voto dos ausentes? Ainda assim, dado o caso que tal disposição de lei possa ser aplicada ao Gabinete, deverá uma lista escrita e assinada pelo sócio que não puder comparecer nas Assembleias Gerais, considerar-se procuração? A procuração, instrumento público, dá direitos a segundos ou terceiros; uma lista escrita e assinada pelo sócio é a expressão imediata e congruente da sua vontade, e tem apenas a relação a um fim expresso e determinado, que não admite extensão ou interpretação errônea do mandato. No Gabinete Português de Leitura, a faculdade que se quer suprimir é constitutiva da associação. É um direito adquirido, que, a suprimir-se, desagradaria ao maior número, porque sendo a sociedade composta em grande parte de indivíduos cuja dependência lhes não permite comparecer nas assembleias gerais, reclamam ao menos o direito de votação, um dos mais sagrados e importantes que se-lhes poderia conferir. Esta consideração, o desejo que tem a Diretoria de satisfazer os

³⁷⁴ Associação Biblioteca Fluminense (1864). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 535, pacote 2, documento 36.

³⁷⁵ Gabinete Português de Leitura (junho de 1863). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 533, pacote ?, documento 33.

compromissos a que está ligado o Gabinete para com os seus associados, e também a convicção em que está de que não podem ser aplicadas à Sociedade as disposições da lei referida, animaram-na a implorar igualmente de Vossa Majestade Imperial a conservação de todos os artigos.³⁷⁶ (Grifos do autor)

Conscientes de que “um dos mais sagrados e importantes direitos” anteriormente adquiridos lhe havia sido negado, os membros da Diretoria do Gabinete questionaram prontamente a aplicação da lei pelos membros da Seção, “implorando” justiça e intercessão do ilustre monarca. Mas os conselheiros assim responderam:

E menos razão tem pra aconselhar a admissão dos votos por carta, que não é outra coisa mais do que um mandato menos autêntico do que o conferido por procuração e suscetível de vários abusos que a lei de 22 de agosto de 1860 quis prevenir.³⁷⁷

A despeito dos diversos elogios que o Gabinete normalmente recebia da Seção nas ocasiões em que reformou seus estatutos, os avaliadores se mantiveram firmes em suas objeções, legitimando-as pelos princípios racionais-legais da administração. A proteção do imperador e o reconhecimento de seus “notáveis fins” não foram suficientes para facilitar ou favorecer o Gabinete diante dos ditames da lei, nem tampouco para ceder às suas divergências.

No decorrer do tempo, porém, a aplicação da legislação parece ter se tornado mais flexível em alguns aspectos. Se, por um lado, a proibição dos votos por procuração permaneceu, por outro, verifica-se uma notável mudança na postura da Seção no que se refere ao número legal de sócios. Além de permitirem a realização da segunda convocação da assembleia com qualquer número de indivíduos, passou-se a aconselhar a diminuição desse número para a primeira convocação³⁷⁸, de modo que se evitassem maiores entraves e embaraços nas tomadas de decisão das agremiações, tornando mais eficientes as ações administrativas. De fato, a partir de meados da década de 1870, os próprios conselheiros passaram a admitir que as normas legais haviam se adaptado à “experiência”.³⁷⁹ Observa-se, portanto, uma nítida adaptação das demandas do Estado às necessidades dessas associações.

³⁷⁶ Gabinete Português de Leitura (outubro de 1863). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 534, pacote 2, documento 34.

³⁷⁷ Gabinete Português de Leitura (outubro de 1863). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 534, pacote 2, documento 34.

³⁷⁸ Congresso Brasileiro (1877). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 15.

³⁷⁹ Instituto Civil dos Engenheiros Brasileiros (1879). Arquivo Nacional/RJ – Fundo Conselho de Estado: caixa 556, pacote 1, documento 5.

4.3 Considerações finais

Este capítulo procurou relativizar aquela visão de que as associações científicas, literárias e de instrução inseridas no espaço da Corte eram praticamente oficiais, baseadas num consenso inter/ intra-elite. Tanto a perspectiva que supervaloriza a ideia de um Estado ingerente quanto aquela que adensa seu caráter personalístico merecem ser vistas com certo cuidado.

Pelo menos no contexto de avaliação dos estatutos a relação das associações com o Estado demonstrou um considerável nível de complexidade que extrapola os possíveis beneficiamentos particularistas e clientelistas. O protecionismo do Estado, por sua vez, nem sempre era sinônimo de autoritarismo e arbitrariedade, mas também reivindicado com “bons olhos” por algumas associações. Longe de uma relação pautada no domínio absoluto de um Estado onipotente, a postura deste em relação às associações, assim como a postura destas em relação ao Estado, compreende um universo de significativa complexidade. Poder-se-ia dizer que ambos estabeleciam relações recíprocas de experiências, escolhas e propostas iluminadas pelas vicissitudes do contexto em que se inserem. Desse modo, a análise dos requerimentos e dos pareceres permite relativizar a ideia de que a regulação estatal fosse concebida pelos contemporâneos apenas pelo viés da coerção de um Estado opressor ou do clientelismo e da unanimidade, uma vez que havia diversas nuances neste universo.

Pode-se dizer que a relação destas associações com o Estado monárquico oscilava entre o formalismo, o personalismo e a divergência. Por um lado, as associações, independente do seu nível de reconhecimento estatal, recebiam críticas e propostas de aperfeiçoamento de partes de seus estatutos, em nome do cumprimento formal da legislação; por outro, é provável que algumas tenham sido favorecidas pela atuação direta de membros estatais em seu quadro de sócios. Mas, de qualquer forma, é possível dizer que o personalismo e a divergência nem sempre prescindiam um do outro.

Como se viu, o processo de avaliação das associações pelos conselheiros não era baseado apenas no consenso ou numa espécie de pacto consensual. O fato de as mesmas serem compostas por indivíduos, oriundos das elites em sua maioria, sendo até mesmo consagradas pelo Estado, não impedia o desencadeamento de divergências ou discordâncias entre a Seção e os sócios. Por vezes, as divergências acometiam não apenas as relações entre estes e aquela, mas também os próprios conselheiros e a Segunda Diretoria.

Mesmo impingindo às associações científicas, literárias e de instrução traços que as distinguiam das demais, a dedicação ao saber e a defesa de interesses profissionais não

deixavam de compor o repertório de preocupações do Governo Imperial. O engajamento numa missão pedagógica, esclarecedora e civilizadora não era suficiente para garantir aos homens de letras e ciência uma autorização de funcionamento de suas associações de forma unânime e consensual. Se, por um lado, é pertinente a afirmação de que a maioria das associações do gênero era autorizada a funcionar e tinha seus estatutos aprovados pelo Governo, por outro, não é menos verdade que essa autorização vinha acompanhada, muitas vezes, de exigências e sugestões de alteração do texto original, trazendo à tona divergências e anseios entre as associações e o Estado, numa interrelação que não prescinde do reconhecimento de certa autonomia entre ambas as esferas.

Conforme foi falado, as pautas de discussões dos conselheiros abarcavam um amplo espectro de assuntos, que iam desde a questão da utilidade pública até os problemas formais envolvendo o campo administrativo. A propósito, foram abordados os principais embates que envolviam os conselheiros e os sócios das associações no que se refere à questão da publicização do conhecimento e da liberdade de expressão, num contexto de um regime constitucional que, em tese, incentivava o avanço das letras e da ciência através da valorização do espírito associativo e do estímulo aos debates, mas, ao mesmo tempo, propunha uma espécie de “liberdade vigiada”.

Demonstrou-se que o Estado não interferia na organização das associações apenas no sentido de cercear suas liberdades e impor suas pretensões e interesses de forma meramente arbitrária e autoritária. É inegável que, nos momentos de criação ou reforma dos estatutos, a intervenção e a regulação estivessem presentes. Mas também não dá para negar que estas exigências estavam respaldadas no desejo de assegurar o bom desempenho administrativo destas associações, bem como a justiça e a isonomia de direitos entre os sócios. Para impedir os abusos, as injustiças e a quebra da harmonia das relações, a fiscalização e o olhar vigilante sobre as normas redigidas nos estatutos eram fundamentais. Logicamente, nem sempre a interferência era vista de forma negativa, pois, em certa medida, esta poderia ser uma forma de nobilitação das associações e de seus integrantes.

A metáfora do “espelho” nos convida a pensar esta relação não como um mero reflexo do Estado sobre as associações, mas como uma projeção simultânea de duas imagens que dialogam entre si, trocando influências de forma recíproca. É como se, dividindo espaço diante de um mesmo “espelho”, Estado e associações alternassem seus olhares entre a observação de si e a observação do outro. Em meio a esta dúvida “troca de olhares”, ambos se representavam. Por vezes, os elogios compartilhados abriam espaço para críticas, disputas e divergências, alterando-se a dinâmica de uma relação aparentemente harmônica e consensual.

Afinal, os conselheiros e os sócios nem sempre aceitavam de forma passiva as críticas e as exigências que um recebia do outro.

Cada um, a seu modo, procurava se auto-representar pelo discurso da imparcialidade, da ordem e da justiça. A despeito disso, as consultas da Seção identificavam dubiedades, contradições e lacunas neste discurso. Do mesmo modo, os associados nem sempre deixavam passar despercebidas aos seus “olhos” as incongruências da legislação e as emendas propostas pelas autoridades estatais. Ainda que, por vezes, as arbitrariedades pudessem existir, nem sempre as associações simplesmente aceitavam as demandas estatais, mas também o avaliavam e questionavam.

Certamente, o espaço público do século XIX recebia do Estado uma significativa influência. Ao mesmo tempo, porém, é preciso reconhecer que esta presença estatal na prática associativa dos homens de letras e ciência não era suficiente para que as instituições se confundissem com o Estado Imperial.³⁸⁰ Afinal, as divergências dividiam as posições assumidas pelas próprias autoridades estatais.

Ainda que de forma tênue, as diferenças entre público e privado não deixavam de se manifestar em algumas avaliações da Seção, principalmente quando a questão da liberdade entrava na pauta das discussões. Legitimamente reconhecida, a prática associativa brasileira se inscrevia nos termos de uma legislação pautada pelos princípios liberais e constitucionais. Mas, de certo modo, a liberdade não deixava de ser vigiada.

Esta vigilância pode ser compreendida para além do desejo de ampliação da capacidade regulatória por parte do Estado. Trata-se, acima de tudo, de uma forma tradicional de colocar em prática valores constitucionais, progressistas e modernos, num jogo duplo em que tradição e modernidade estavam longe de se relacionarem de forma antitética.

Desse modo, este capítulo procurou demonstrar que as práticas discursivas evocadas pelos pareceres e pelos requerimentos não devem ser concebidas como reflexos de um projeto pré-determinado ou de um conjunto de ações sempre coerentes e homogêneas por parte das elites. Pelo contrário, o que motivava estes grupos eram justamente as tensões características entre as permanências de uma antiga cultura política e as mudanças que já vinham se processando na sociedade brasileira e no comportamento de suas elites.

Sem se despojar completamente de determinados valores oriundos de uma cultura política patriarcal, as autoridades estatais brasileiras buscavam nas ideias liberais de seu tempo a inspiração necessária para avaliar a dinâmica associativa da Corte, na segunda

³⁸⁰ MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos...** Op. cit., p.197.

metade do século XIX. De qualquer modo, diante da complexidade das relações reveladas pelo contato empírico com as fontes, nenhum modelo de comportamento aprioristicamente idealizado conseguiria anular os confrontos, as divergências e as dubiedades inerentes às relações humanas.

5. CONCLUSÃO

Embora o conjunto documental analisado não tenha abarcado todas as associações de caráter científico, literário e de instrução existentes na Corte, no período correspondente às décadas de 60 e 70 do século XIX, acredita-se que esta pesquisa tenha contribuído para continuar refletindo sobre a prática associativa dos chamados homens de letras e de ciência do referido contexto histórico.

Esta dissertação pretendeu analisar a documentação oficial referente a associações que, embora fossem frequentadas por personalidades ligadas a parcelas consideráveis das elites oitocentistas, não receberam tanto destaque da historiografia. À exceção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Real Gabinete Português de Leitura e da Academia Imperial de Medicina, a maior parte das associações do conjunto analisado ainda não recebeu grande destaque da produção acadêmica.

Quando se fala em institucionalização das letras e da ciência no oitocentos, a referência maior que se tem é do IHGB, que figurava como um dos maiores estabelecimentos letrados da nação. No entanto, existiam várias outras associações menores que, congregando escritores, acadêmicos, bacharéis de direito, estudantes de medicina, médicos, engenheiros, políticos, arrogavam para si a missão de discutir questões relativas ao progresso de diversos ramos da ciência e das letras e difundir as luzes no país.

Conquanto a documentação oficial não permitisse que a pesquisa se enveredasse pelas trilhas da história intelectual, demonstrando as teorias e as ideias que eram discutidas pelos homens de letras e ciência, espera-se que a mesma tenha contribuído para refletir sobre o processo de institucionalização de saberes, sobre a organização interna dessas instituições, além, é claro, sobre a sua relação com o Conselho de Estado no momento da regularização ou reforma dos estatutos, que se tornou obrigatória a partir de 1860.

Ao mesmo tempo em que eram formadas por particulares, as associações exerciam funções públicas. Portanto, sua organização deveria estar comprometida com a manutenção da ordem e com alguns interesses demandados pelo Estado. Tanto no âmbito da organização interna quanto nas relações com o poder estatal, foi possível verificar o compartilhamento de culturas políticas, códigos e valores. Além disso, como se pôde ver, a lógica dessa relação envolvia um universo complexo de dubiedades e contradições. Nas suas avaliações, o Conselho de Estado utilizava um discurso liberal, defendendo as letras, as leis e a ciência, mas, ao mesmo tempo, atuava de forma interventora e centralizadora.

Destaca-se nesta investigação a existência de uma significativa capacidade de organização dos homens de letras e ciência no Brasil, mostrando como esta prática associativa dedicada ao conhecimento se imiscuía com a noção de utilidade pública. Este era um quesito importante na conquista do reconhecimento formal por parte do Estado Imperial.

Juntamente com o compromisso público exigido pelo Estado, os sócios também se reuniam para defender interesses relacionados à prática da profissão, refletindo o processo de especialização de diversos campos da ciência. Também não era menos importante, é claro, a dimensão simbólica dessas práticas, que não deixavam de expressar, em certa medida, a lógica do enaltecimento dos pares.

A participação em associações era um fator importante para a conquista de *status* por parte dos indivíduos no século XIX. Formulando uma crítica ao comportamento social na Corte, o conto *Teoria do Medalhão*, de Machado de Assis, mostra a importância que muitos conferiam aos círculos sociais como estratégia de publicidade no âmbito das elites letradas oitocentistas. O “medalhão” seria aquela figura representada por um homem importante, cuja alta posição provinha da influência de seu círculo de amizades.³⁸¹

O valor das relações personalistas aparece nesse conto como característica central da representação do comportamento social das elites oitocentistas. Como se diz no texto, os “mimos”, o “afeto” e a troca de elogios, ao contrário do “atrevimento” e da “ambição”, eram princípios fundamentais da chamada “política dos medalhões”. Um medalhão, “longe de inventar um *Tratado científico da criação dos carneiros*, compra um carneiro e dá-o aos amigos sob a forma de um jantar, cuja notícia não pode ser indiferente aos seus concidadãos”.³⁸²

E ainda conclui que um verdadeiro “medalhão”, além de se esquivar das divergências, não chega “a outras conclusões que não sejam as já achadas por outros”. Ou seja, “foge a tudo que possa cheirar a reflexão, originalidade, etc., etc.”.³⁸³

Ironicamente, o conto de Machado nos chama atenção para a preferência do “medalhão” pela “metafísica política”:

Um discurso de metafísica política apaixonada naturalmente os partidos e o público, chama os apartes e as respostas. E depois não obriga a pensar e

³⁸¹ ASSIS, Machado de. **Teoria do Medalhão**: diálogo. In: CONTOS Machado de Assis. São Paulo: FTD, 2002, p. 59.

³⁸² Idem, p. 59.

³⁸³ Idem, p. 63.

descobrir. Nesse ramo dos conhecimentos humanos tudo está acabado, formulado, rotulado, encaixotado; é só prover os alforjes da memória.³⁸⁴

Logicamente, essa caracterização de Machado se vale de exageros típicos de ironias que visavam criticar o perfil social de determinados segmentos das elites de seu tempo. Mas foi essa percepção de um mundo intelectual fundado em relações personalistas que parece ter permanecido em algumas reflexões históricas e sociológicas posteriores. Um exemplo nítido dessa permanência é a obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, publicada na década de 1930.

De modo muito similar, Holanda caracterizou o perfil intelectual do brasileiro nos seguintes termos:

O prestígio do pensamento inflexível, o horror ao vago, ao hesitante, ao fluido, que obrigam à colaboração, ao esforço e, por conseguinte, a certa dependência e mesmo abdicação da personalidade, têm determinado assiduamente nossa formação intelectual. Tudo quanto dispense qualquer trabalho mental aturado e fatigante, as ideias claras, lúcidas, definitivas, que favorecem uma espécie de atonia da inteligência, parecem-nos constituir a verdadeira essência da sabedoria.³⁸⁵

Se, através da literatura, Machado ironizou um estereótipo intelectual de seu tempo, Sérgio Buarque produziu uma reflexão ensaística que tinha como objetivo traçar uma espécie de “tipo ideal”, cuja interpretação resultou numa espécie de “mito” do comportamento social do brasileiro. Tanto o “medalhão” quanto o “homem cordial” trazem uma marca muito forte: ambos representam o brasileiro como pouco afeito às divergências de ideias, ao raciocínio, ao debate crítico e ao esforço da produção de conhecimento intelectual e científico original. E mais ainda: associam este caráter ao suposto predomínio de relações personalistas. É como se o brasileiro sempre se esquivasse de tudo o que pudesse contrariar seu círculo de amizades.

Para Holanda, num país formado por um grande número de analfabetos governados por uma elite dirigente letrada, o simples contato com os livros denotava distinção, status e poder. Esta cultura livresca estaria tão arraigada na mentalidade do brasileiro que o autor a denominou de “amor bizantino aos livros”, que transforma o simples apego físico às obras bibliográficas em sinônimo de “sabedoria” ou “indício de superioridade mental”.³⁸⁶ E não bastava que essa demonstração de “amor” acontecesse isoladamente, de forma introspectiva e

³⁸⁴ Ibidem, p. 62.

³⁸⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Novos Tempos**. In: _____. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 158.

³⁸⁶ Idem, p. 163.

individual. Era preciso que isso fosse publicamente demonstrado para os pares, no interior dos institutos e demais espaços de socialização.

Outra característica emblemática seria a pouca afeição dos homens letrados brasileiros pela organização e pelas ações pragmáticas. Para Holanda, os nossos homens de ideias, mesmo quando se dedicavam à organização e às coisas práticas, continuavam sendo “puros homens de palavras e livros”. É como se não conseguissem sair de si mesmos, de seus sonhos e imaginações, buscando uma “realidade artificiosa e livresca, onde sua vida verdadeira morria asfixiada”. Nessa lógica de raciocínio, o mundo das idealizações parecia não possuir conexão com a realidade prática, como se estes sujeitos históricos estivessem constantemente desconectados do mundo em que habitavam, almejando “recriar um mundo mais dócil aos seus desejos ou devaneios”. Esta seria uma forma de evitar o rebaixamento e o sacrifício da personalidade no contato com coisas práticas.³⁸⁷

Os apontamentos acima, sem dúvida, reforçam algumas características das entidades sociais abordadas neste trabalho, como, por exemplo, a ênfase atribuída à cultura livresca e à política dos pares. A primorosa escrita literária machadiana e a grande qualidade do ensaio de Sérgio Buarque nos convidam a refletir sobre o universo intelectual brasileiro, mas com as devidas ponderações. É preciso tomar o devido cuidado para que as representações de ambos os autores não sejam naturalizadas, impedindo, dessa forma, a realização de pesquisas empíricas capazes de revelar novos olhares e descobertas sobre as formas de organização da sociedade brasileira. Se, de um lado, é pertinente que o personalismo ou a cultura da personalidade estivesse presente nas relações sociais compartilhadas pelos sócios, por outro, seria equivocado admitir que essa característica extirpasse qualquer senso prático de organização de interesses intelectuais, científicos e profissionais. Obviamente, uma coisa não prescindia da outra. Pelo contrário: nota-se um significativo esforço de organização dos grupos sociais no Brasil do século XIX.

A separação entre mundo das ideias e realidade prática não parecia ser algo tão banal às agremiações. O culto aos livros, que existia dentro das agremiações, além de ter uma função simbólica importante, estava assentado sobre práticas sociais mais amplas. Como se viu, os sócios normalmente vislumbravam a estruturação e a aplicação prática de suas propostas, fosse para difundir o ensino às camadas menos favorecidas, fosse para defender seus interesses profissionais, etc. Num contexto marcado pela tímida iniciativa estatal na promoção do ensino público, algumas entidades pareciam preencher lacunas importantes. E,

³⁸⁷ *Ibidem*, p. 163.

por outro lado, mediante o processo de institucionalização de diversas áreas do conhecimento, essas instituições pareciam refletir e reforçar, cada vez mais, a tênue relação entre interesses científicos e profissionais.

A inexistência de um campo intelectual completamente autônomo em relação ao campo político-jurídico também contribuiu para relativizar a ideia de que esses indivíduos eram “puros homens de palavras e livros”. Ao defenderem interesses profissionais, as sociedades médico-farmacêuticas, por exemplo, além de discutirem questões relativas ao desenvolvimento da medicina enquanto ciência, propunham-se a exercer funções de fiscalização das práticas médicas, que, por sua vez, estavam diretamente relacionadas com as atribuições da esfera estatal. Neste caso, a aproximação beirava a intromissão.

Ao invés de favorecer uma relação consensual, essa aproximação do âmbito jurídico demonstrava ser, muitas vezes, a causa de divergências e de conflitos de interesses entre os juristas do Estado e os profissionais da ciência. Se, no âmbito do poder, as agremiações científico-literárias estavam mais próximas do Estado, seus interesses às vezes divergiam e conflitavam. No caso da medicina, alguns conselheiros faziam questão de salientar que cabia aos médicos discutir ciência e aos juristas fiscalizar e regulamentar as práticas relacionadas à saúde pública.

Mas estes eventuais conflitos não desmerecem a importância que o Estado conferia às instituições dedicadas ao conhecimento. No contexto de um Estado concebido como “ilustrado”, o que se vê é o incentivo à expansão – ainda que vigiada – das associações que se propunham a “civilizar o país”.

No que se refere ao desejo pela busca do ideal de civilização, parecia haver um notável consenso entre os contemporâneos. Neste sentido, não se pode negar que havia uma relação de interdependência e complementaridade entre interesses públicos e privados, o que torna espúria, neste caso, qualquer tentativa de estabelecer uma rígida separação entre ambas as esferas. Mas as divergências vinham à tona logo que se passava a discutir os meios de colocar em prática tal façanha.³⁸⁸ Se o “mundo da ordem” era, de fato, compartilhado tanto pelos conselheiros quanto pelos integrantes das sociedades, a forma de concebê-lo e sistematizá-lo nem sempre estava isenta de divergências entre ambas as partes, demonstrando algumas incompatibilidades de interesses em meio aos valores que os uniam em certos aspectos. As associações e o Conselho de Estado, embora se considerassem espaços dedicados a pensar e a

³⁸⁸ CARVALHO, José Murilo de. *Teatro de Sombras...* Op. cit., p. 366.

discutir questões “imparciais”, apolíticas, expressavam culturas políticas tácitas através da documentação.

Enquanto espaços de socialização de parcelas das elites letradas do contexto, as instituições contempladas não constituíam mero reflexo das determinações do Estado Imperial, mas representavam a congregação de interesses mútuos e, ao mesmo tempo, divergentes entre este e as elites. Longe de uma relação unilateral entre a esfera estatal e as sociedades, o que se percebe é uma complexa relação marcada pela coexistência de diversos fatores.

REFERÊNCIAS

1. FONTES PRIMÁRIAS

1.1 Manuscritas

ARQUIVO NACIONAL / RJ – Fundo Conselho de Estado: projetos de estatuto, atas e requerimentos de associações; pareceres dos conselheiros da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado (1860-1882).

QTDE.	NOME DA ASSOCIAÇÃO	CX	PAC.	DOC.
01	Academia Brasileira de Ciências Físicas (1875)	556	1	2
02	Academia Imperial de Medicina (18/10/1866)	542	3	46
03	Academia Pedagógica (1861)	528	3	36
04	Associação “Biblioteca Fluminense” (1861)	529	4	42
	Associação “Biblioteca Fluminense” (26/04/1864)	535	2	36
	Associação “Biblioteca Fluminense” (25/07/1864)	?	?	?
	Associação “Biblioteca Fluminense” (31/10/1864)	536	3	28
05	Associação Educadora Brasileira (1878)	556	1	10
06	Associação Literária “British Subscription Library” ou Gabinete Inglês de Leitura (1863)	534	2	32
07	Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida (1871)	550	3	43
08	Associação Promotora da Instrução [de meninos] (1874)	552	2	29
09	Associação Promotora da Instrução de Meninas (1874)	552	2	27
10	Ateneu Médico-Acadêmico (1864)	535	2	40
11	Ateneu Pedagógico (1877)	555	2	22
12	Club de Engenharia (1881)	558	2	19
13	Club Politécnico (1872)	551	1	11
	Club Politécnico (1874)	552	2	18
	Club Politécnico (11/1874)	552	2	51
14	Congresso Brasileiro (1877)	556	1	15
15	Gabinete Português de Leitura (1861)	526	2	25
	Gabinete Português de Leitura (1874)	552	2	23
	Gabinete Português de Leitura (junho de 1863)	533	?	33
	Gabinete Português de Leitura (outubro de 1863)	534	2	34
16	Grêmio Literário Português (1861)	528	3	43
17	Instituto Civil dos Engenheiros Brasileiros (1879)	556	1	5
18	Instituto dos Bacharéis em Letras (1864)	535	2	35
19	Instituto dos Cirurgiões Dentistas (1870)	549	4	33
20	Instituto dos Diretores e dos Vice-Diretores e dos Professores dos Estabelecimentos de Instrução Particular (1870)	549	16	?

21	Instituto Hahnemanniano - para propagação da homeopatia (1880)	557	1	6
	Instituto Hahnemanniano Fluminense (1879)	556	1	15
22	Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Brasileiro (1861)	529	3	40
23	Instituto Homeopático do Brasil (1865)	539	2	23
24	Instituto Literário Maranhense (1864)	535	2	39
25	Instituto Médico de Campos (1861)	530	2	19
26	Instituto Politécnico Brasileiro (1862)	532	1	28
	Instituto Politécnico Brasileiro (1872)	551	1	3
27	Instituto Polimático Brasileiro (1861)	527	3	53
28	Liceu de Botafogo (05/06/1866)	541	3	38
29	Liceu Literário Português (1869)	546	1	28
	Liceu Literário Português (1873)	551	2	14
	Liceu Literário Português (1878)	556	1	3
30	Sociedade Acadêmica Ateneu Central (1865)	539	2	19
31	Sociedade Alfa Literária (1871)	550	3	41
32	Sociedade Amante da Instrução (1861)	527	03	25
	Sociedade Amante da Instrução (1870)	549	4	39
33	Sociedade Beneficente “Filhos da Luz” (1880)	557	1	8
34	Sociedade Crepúsculo Literário Português (1875)	551	2	28
35	Sociedade de Beneficência Acadêmica (1867)	543	2	32
36	Sociedade de Ciências Médicas (1866)	542	3	49
37	Sociedade de Engenheiros (1875)	553	2	23
38	Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil (1879)	556	1	16
39	Sociedade Ensaio Literários (1861)	529	3	37
40	Sociedade Evangélica Literária “Amor à Verdade” (1869)	548	3	37
41	Sociedade Farmacêutica Brasileira (1861)	529	3	51
	Sociedade Farmacêutica Brasileira (1869)	548	3	33
42	Sociedade Instrução e Beneficência (1877)	555	1	8
43	Sociedade Literária Liceu Paratinense (1882)	559	2	15
44	Sociedade Literária Magdalense (1879)	556	1	18A
45	Sociedade Médica do Rio de Janeiro (1878)	556	1	4
46	Sociedade Médico-Farmacêutica (1862)	532	1	29
	Sociedade Médico-Farmacêutica (1865)	539	2	21
47	Sociedade Propagadora do Magnetismo e do Juri Magnético (1862)	531	3	41
48	Sociedade Retiro Literário Português (1869)	548	3	35

TOTAL: 48 associações e 63 processos

1.2 Impressas

1.2.1 Disponíveis na Internet

ALMANAK Laemmert: administrativo, mercantil e industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro (1844-1889). Disponível em: [http: <www.crl.edu/brazil/almanak>](http://www.crl.edu/brazil/almanak)

BRASIL. Lei n. 1083 de 22 de agosto de 1860. In: **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1860**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1860, p. 28-36 (V. 1, Parte I, Tomo XXI). Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: maio de 2011.

BRASIL. Decreto n. 2711 de 19 de dezembro de 1860. In: **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1860**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1860, p. 1125-1140 (V. 1, Parte II, Tomo XXIII). Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: maio de 2011.

BRASIL. Lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882. In: **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1882**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883, p. 139-149 (V. 1, Parte I, Tomo XXIX). Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: maio de 2011.

BRASIL. Decreto n. 8821 de 30 de dezembro de 1882. In: **Coleção das Leis do Império do Brasil de 1882**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883, p. 657-682 (V. 1, Parte I, Tomo XXIX). Disponível em: <http://www.camara.gov.br>. Acesso em: maio de 2011.

1.2.2 Biblioteca do Arquivo Nacional

MAIA, Emílio Joaquim da Silva. **Discurso sobre as sociedades científicas e de beneficência, que têm sido estabelecidas na América, recitado na Sociedade Literária do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tipografia Imparcial de Brito, 1836.

1.2.3 Biblioteca do Museu Mariano Procópio

D. Pedro II – Homenagem ao maior dos brasileiros mortos: ata da sessão solene em 12 de fevereiro de 1921 (Presidência do Sr. Paulo de Frontin). In: *Revista do Club de Engenharia* (número para comemoração do Centenário da Independência do Brasil e 42º ano de fundação do Club). Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, de Rodrigues e Cia., 1922, p. 125-152.

FARIA, Eduardo de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Cia., 1859. 4 v.

FLEIUSS, Max. As principais Associações Literárias e Científicas do Brasil (1724-1838). In: **Revista Americana**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 11-12, ago-set. 1917, p. 147-179.

IMPÉRIO DO BRASIL. Associações Científicas, Literárias e Industriais. In: _____. **O Império do Brasil na Exposição Universal de 1873, em Viena d'Áustria**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1873, p. 337-341.

2. FONTES SECUNDÁRIAS

2.1 Livros

ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizes do Poder: o bacharelismo liberal na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

AGULHON, Maurice. **El Círculo Burgués**. Seguido de uma pequena autobiografía intelectual. 1. ed.. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009, p. 9-43.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **Império: a Corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (Coleção *História da Vida Privada no Brasil*, v. 2)

ALMEIDA, José R. Pires de. **A Instrução Pública no Brasil (1500-1889): História e Legislação**. Tradução: Antonio Chizzotti. São Paulo: EDUC, 2000.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BARROS, Roque Spencer M. de. **A Ilustração Brasileira e a Ideia de Universidade**. São Paulo: Convívio – EDUSP, 1986.

BENDIX, Reinhard. **Construção nacional e cidadania**. São Paulo: EDUSP, 1996.

BERSTEIN, Serge. **A Cultura Política**. In: RIOUX, J. P. e SIRINELLI, J. F. Para uma história cultural. Lisboa: Estampa, 1988.

BESSONE, Tania. **As Bibliotecas Cariocas: o Estado e a Constituição do público leitor**. In: PRADO, Maria Emília. O Estado como vocação: ideias e práticas políticas no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Acces, 1999.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 8. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa. 8. ed. Campinas: Papyrus, 1996.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social**. Tradução Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

CASTRO, Celso. **A Escolha Militar da Praia Vermelha**. In: _____. Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

CASTRO, Celso. **O Tabernáculo da Ciência**. In: _____. Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

CEFAI, Daniel. **Cultures Politiques**. Paris: PUF, 2001.

CERUTTI, Simona. Processo e experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis Historiador**. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

CLAWSON, Mary A. **Constructing Brotherhood: Class, Gender and Fraternalism**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 5. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios I – Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Niterói: Muiraquitã, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**. 15. ed. São Paulo: Global, 2004.

GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Ângela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: *Argumentum*, 2009.

GOMES, Ângela de Castro. **História, historiografia e cultura política no Brasil:** Algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; et alii (orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história.* Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 21-44.

GONTIJO, Rebeca. **História, cultura, política e sociabilidade intelectual.** In: SOIHET, Rachel; et alii (orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de História Cultural, história política e ensino de história.* Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 259-278.

GRINBERG, Keila.; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, 1831-1870.** Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial, 1870-1889.** Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

GUIMARÃES, Lúcia Maria P.; PRADO, Maria Emília (orgs.). **O liberalismo no Brasil Imperial:** origens, conceitos e práticas. Rio de Janeiro: UERJ; Revan, 2001.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HEINZ, Flavio M.. **Por outra história das elites.** 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

HEIZER, Alda & VIDEIRA, Antonio A. Passos (orgs.). **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos.** Rio de Janeiro: Access, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HUNT, Lynn. **Política, cultura e classe na Revolução Francesa.** São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

IGLÉSIAS, Francisco. **Historiadores do Brasil:** capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: Editora UFMG, IPEA, 2000.

JESUS, Ronaldo P. de. **História e historiografia do fenômeno associativo do Brasil Monárquico (1860-1887).** In: ALMEIDA, Carla M. de Carvalho & OLIVEIRA, Mônica R. de (orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social.* Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

JESUS, Ronaldo P. de. **Visões da Monarquia:** escravos, operários e abolicionismo na Corte. Belo Horizonte: *Argumentum*, 2009.

KUHLMANN JR., Moisés. Raízes da Historiografia Educacional Brasileira (1881-1922). *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 106, p. 159-171, mar. 1999.

LACERDA, David Patrício. **Solidariedades entre ofícios:** a experiência mutualista no Rio de Janeiro Imperial (1860-1882). Campinas, 2011. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

LOBO, Eulália Maria L. **Imigração Portuguesa no Brasil.** São Paulo: Hucitec: 2001.

LUCA, Tânia R. de. **O Sonho do Futuro Assegurado** (o mutualismo em São Paulo). São Paulo: Contexto; Brasília: CNPQ, 1990.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. **Ampliando o Estado Imperial: os engenheiros e a organização da cultura no Brasil oitocentista, 1874-1888**. Niterói, 2008. Tese de doutorado em História. Universidade Federal Fluminense.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1990.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007.

MOREL, Marco. **As Transformações dos Espaços Públicos: Imprensa, Atores e Sociabilidade na Corte Imperial (1820-1840)**. São Paulo: HUCITEC, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia**. In: _____. *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: *Argumentum*, 2009, p. 13-37

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As Desventuras do Liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 (Coleção Estudos Brasileiros, v. 76)

OLIVEIRA, José Carlos. **Cultura científica no Brasil durante o governo de D. João (1808-1821)**. São Paulo, 1997. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

PINHEIRO, Priscila da Costa. **Estratégias de Organização da Sociedade Civil: as associações de imigrantes portugueses na Corte (1860-1882)**. Juiz de Fora, 2011. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

PINHEIRO, Rachel. **O que nossos cientistas escreviam: algumas das publicações em ciências no Brasil do século XIX**. Campinas, 2009. Tese de doutorado. Instituto de Geociências (UNICAMP).

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de. **La “sociabilidad” y la historia política**. In: PEIRE, Jaime (compilador). *Actores, representaciones e imaginarios (Homenaje a François-Xavier Guerra)*. Caseros: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2007, p. 65-107.

QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de. **Sociabilidad y opinión pública en Buenos Aires (1821-1852)**. Debate y Perspectivas, no. 3 (2003), p. 55-80.

RÉMOND, René. Por que a história política? *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan./ jun. 1994.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: _____ (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV/ UFRJ, 1996.

RODRIGUES, José Honório. **Conselho de Estado: o quinto poder?** Brasília: Senado Federal, 1978.

SABATO, Hilda. **La Política en las calles: entre el voto y la movilización – Buenos Aires (1862-1880)**. 1. ed. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2004.

SANGLARD, Gisele. Laços de sociabilidade, filantropia e o Hospital do Câncer do Rio de Janeiro (1922-1936). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, supl. 1, jul. 2010, p. 127-147.

SANTOS FILHO, Lycurgo. Medicina no Período Imperial. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **O Brasil Monárquico: reações e transações**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 2, v. 5).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA JR, Adhemar Lourenço da. **As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul - Brasil, 1854-1940)**. Porto Alegre, 2004. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. A literatura durante o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **O Brasil Monárquico: reações e transações**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 2, v. 5).

VENANCIO FILHO, Alberto. **Das Arcadas ao Bacharelismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

VENTURA, Maria da Graça A. Mateus (coord.). **Os espaços de sociabilidade na Ibero-América (séculos XVI-XIX)**. Lisboa: Colibri, 2004.

VERGARA, Moema de Rezende. **A Revista Brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da Monarquia para a República**. Rio de Janeiro, 2003. Tese de Doutorado. Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

WEREBE, Maria José Garcia. A Educação. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **O Brasil Monárquico: declínio e queda do Império**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004 (História Geral da Civilização Brasileira, t. 2, v. 6).

2.2 Periódicos

ALDEGUER, Rafael Zurita. La sociabilidad en la historia política del ochocientos: un recorrido por la historiografía italiana. **Passado y Memória: Revista de História Contemporânea**, n. 4, 2005.

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **XVIII Encontro ANPOCS**, Caxambu, set. de 2008.

BESSONE, Tania. A História do Livro e da Leitura: Novas Abordagens. **Floema**, Ano III, n. 5 A, p. 97-111, out. 2009. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/floema/article>. Acesso em: 18/07/11.

BESSONE, Tania. Livros e sociedade: a formação de leitores no século XIX. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./ jun. 2001, p. 31-37. Disponível em: www.revistateias.proped. Acesso em: 20/04/2011.

CANAL, Jordi. Los estudios sobre la sociabilidad en España. **Arxius de Sociologia**, n. 3, junho de 1999.

FERREIRA, L. O.; MAIO, M. C. e AZEVEDO, N.: A Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro: a gênese de uma rede institucional alternativa. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, IV(3): 475 - 491, nov. 1997 - fev. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 12/ 09/ 2008.

FERRONE, Vincenzo. The Accademia Reale delle Scienze: Cultural Sociability and Men of Letters in Turin of the Enlightenment under Vittorio Amadeo III. **The Journal of Modern History**, Chicago: The University of Chicago, volume 70, September 1998.

FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Associativismo científico no Brasil: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro como espaço institucional para as Ciências naturais durante o século XIX. **Interciência**, Caracas, v. 17 (3): 141-146, 1992.

GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 34, 2004.

INGLEHART, Ronald. The Renaissance of Political Culture. **The American Political Science Review**, vol. 82, n. 4, dec. 1988, pp. 1203-1230. Published by: American Political Science Association. Stable in: <http://www.jstor.org/stable/1961756>. Accessed: 07/04/2008 09:36

JACOB, Margaret C. The Mental Landscape of the Public Sphere: A European Perspective. **Eighteenth-Century Studies**, vol. 28, n. 1. Autumn, 1994, pp. 95-113.

JESUS, Ronaldo P. de. Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado. **Locus**: Revista de História, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/74.pdf>>. Acesso em: 12/04/2011.

LOPES, Maria Margaret. Aspectos da institucionalização das ciências naturais no Brasil no século XIX. **Quipu**. Local, v. 12 (2): 217-230, 1999.

MARINHO, Pedro Eduardo Mesquita de Monteiro. Porta-vozes numa era de incertezas: o Club de Engenharia e a concepção de uma inspetoria geral das estradas de ferro. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 170-183, jul. – dez. 2010. Disponível em: <http://www.sbh.org.br>. Acesso em: 12 de julho de 2011.

MONTEIRO, Renata Felipe. A Ciência adentrando o Sertão do Ceará. **Contraponto** – Revista Eletrônica de História, Teresina, n. 1, v. 1, jun. 2011, p. 1-19.

VISCARDI, Cláudia M. R. Estratégias populares de sobrevivência: o mutualismo no Rio de Janeiro republicano. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2009, v. 29, n. 58, p. 291-315.

VISCARDI, Cláudia M. R. Experiências da prática associativa no Brasil (1860-1880). **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, PPGHIS-UFRJ, n. 16, v. 09, Jan. – Jun. de 2008, p. 117-136.

ANEXO

RELAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES AVALIADAS POR CADA CONSELHEIRO

CONSELHEIROS	CONSULTAS REALIZADAS (Em ordem cronológica)	QTDE.
Marquês de Sapucahy/ Visconde de Sapucahy [Cândido José de Araújo Viana]	7 de fevereiro de 1861: Sociedade Amante da Instrução 28 de janeiro de 1861: Gabinete Português de Leitura 30 de abril de 1861: Academia Pedagógica 11 de junho de 1861: Grêmio Literário Português 6 de julho de 1861: Sociedade Ensaio Literários 28 de agosto de 1861: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Brasileiro 6 de setembro de 1861: Associação Biblioteca Fluminense 9 de outubro de 1861: Sociedade Farmacêutica Brasileira 10 de outubro de 1861: Instituto Polimático Brasileiro 22 de novembro de 1861: Instituto Médico de Campos 3 de maio de 1862: Sociedade da Propaganda do Magnetismo e do Júri Magnético 21 de novembro de 1862: Instituto Politécnico Brasileiro 31 de dezembro de 1862: Sociedade Médico-Farmacêutica 13 de junho de 1863: Gabinete Português de Leitura 29 de agosto de 1863: Associação Literária <i>British Subscripton Library</i> 29 de outubro de 1863: Gabinete Português de Leitura 16 de abril de 1864: Instituto dos Bacharéis em Letras 26 de abril de 1864: Associação Biblioteca Fluminense 2 de julho de 1864: Instituto Literário Maranhense 13 de agosto de 1864: Ateneu Médico-Acadêmico 10 de junho de 1865: Sociedade Acadêmica Ateneu Central 20 de junho de 1865: Sociedade Médico-Farmacêutica 12 de julho de 1865: Instituto Homeopático do Brasil 5 de junho de 1866: Liceu de Botafogo 31 de julho de 1866: Sociedade de Ciências Médicas 18 de outubro de 1866: Academia Imperial de Medicina 30 de julho de 1867: Sociedade de Beneficência Acadêmica 3 de janeiro de 1869: Liceu Literário Português 20 de julho de 1869: Sociedade Evangélica Literária “Amor à Verdade” 18 de novembro de 1869: Sociedade Farmacêutica Brasileira 26 de novembro de 1869: Retiro Literário Português 7 de fevereiro de 1870: Instituto dos Cirurgiões Dentistas 1 de março de 1870: <i>Instituto dos Diretores, Vice-Diretores e Professores dos Estabelecimentos de Instrução Particular</i> 27 de agosto de 1870: Sociedade Amante da Instrução 5 de novembro de 1871: Sociedade Alfa Literária 20 de dezembro de 1871: Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida 9 de fevereiro de 1872: Instituto Politécnico Brasileiro 14 de outubro de 1872: Club Politécnico 4 de janeiro de 1873: Liceu Literário Português 10 de outubro de 1873: Crepúsculo Literário Português 17 de janeiro de 1874: Club Politécnico 26 de fevereiro de 1874: Gabinete Português de Leitura 16 de março de 1874: Associação Promotora de Instrução de Meninas 21 de abril de 1874: Associação Promotora da Instrução	45

	24 de novembro de 1874: Club Politécnico	
Bernardo de Souza Franco [Visconde de Souza Franco]	<p>21 de novembro de 1862: Instituto Politécnico Brasileiro</p> <p>31 de dezembro de 1862: Sociedade Médico-Farmacêutica</p> <p>13 de junho de 1863: Gabinete Português de Leitura</p> <p>29 de agosto de 1863: Associação Literária <i>British Subscripton Library</i></p> <p>29 de outubro de 1863: Gabinete Português de Leitura</p> <p>16 de abril de 1864: Instituto dos Bacharéis em Letras</p> <p>26 de abril de 1864: Associação Biblioteca Fluminense</p> <p>2 de julho de 1864: Instituto Literário Maranhense</p> <p>13 de agosto de 1864: Ateneu Médico-Acadêmico</p> <p>10 de junho de 1865: Sociedade Acadêmica Ateneu Central</p> <p>20 de junho de 1865: Sociedade Médico-Farmacêutica</p> <p>12 de julho de 1865: Instituto Homeopático do Brasil</p> <p>5 de junho de 1866: Liceu de Botafogo</p> <p>31 de julho de 1866: Sociedade de Ciências Médicas</p> <p>18 de outubro de 1866: Academia Imperial de Medicina</p> <p>30 de julho de 1867: Sociedade de Beneficência Acadêmica</p> <p>3 de janeiro de 1869: Liceu Literário Português</p> <p>20 de julho de 1869: Sociedade Evangélica Literária “Amor à Verdade”</p> <p>18 de novembro de 1869: Sociedade Farmacêutica Brasileira</p> <p>26 de novembro de 1869: Retiro Literário Português</p> <p>7 de fevereiro de 1870: Instituto dos Cirurgiões Dentistas</p> <p>1 de março de 1870: Instituto dos Diretores, Vice-Diretores e Professores dos Estabelecimentos de Instrução Particular</p> <p>27 de agosto de 1870: Sociedade Amante da Instrução</p> <p>5 de novembro de 1871: Sociedade Alfa Literária</p> <p>20 de dezembro de 1871: Associação Municipal Protetora da Instrução da Infância Desvalida</p> <p>9 de fevereiro de 1872: Instituto Politécnico Brasileiro</p> <p>14 de outubro de 1872: Club Politécnico</p> <p>4 de janeiro de 1873: Liceu Literário Português</p> <p>10 de outubro de 1873: Crepúsculo Literário Português</p> <p>17 de janeiro de 1874: Club Politécnico</p> <p>26 de fevereiro de 1874: Gabinete Português de Leitura</p> <p>16 de março de 1874: Associação Promotora de Instrução de Meninas</p> <p>21 de abril de 1874: Associação Promotora da Instrução</p> <p>24 de novembro de 1874: Club Politécnico</p> <p>5 de maio de 1875: Sociedade de Engenheiros</p>	35
Visconde de Bom Retiro [Luiz Pedreira do Couto Ferraz]	<p>14 de outubro de 1872: Club Politécnico</p> <p>4 de janeiro de 1873: Liceu Literário Português</p> <p>10 de outubro de 1873: Crepúsculo Literário Português</p> <p>17 de janeiro de 1874: Club Politécnico</p> <p>26 de fevereiro de 1874: Gabinete Português de Leitura</p> <p>16 de março de 1874: Associação Promotora de Instrução de Meninas</p> <p>21 de abril de 1874: Associação Promotora da Instrução</p> <p>24 de novembro de 1874: Club Politécnico</p> <p>5 de maio de 1875: Sociedade de Engenheiros</p> <p>22 de junho de 1875: Academia Brasileira de Ciências Físicas</p> <p>8 de setembro de 1877: Ateneu Pedagógico</p> <p>24 de julho de 1878: Liceu Literário Português</p> <p>27 de julho de 1878: Sociedade Médica do Rio de Janeiro</p>	22

	<p>16 de setembro de 1878: Associação Educadora Brasileira 8 de fevereiro de 1879: Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil 8 de agosto de 1879: Instituto Civil de Engenheiros Brasileiros 20 de agosto de 1879: Sociedade Literária Magdalense 8 de fevereiro de 1879: Instituto Hahnemaniano Fluminense 5 de maio de 1880: Instituto Hahnemaniano 30 de junho de 1880: Sociedade Beneficente “Filhos da Luz” 29 de abril de 1881: Club de Engenharia 21 de outubro de 1882: Sociedade Literária Liceu Paratinense</p>	
<p>Marquês de Olinda [Pedro de Araújo Lima]</p>	<p>28 de janeiro de 1861: Gabinete Português de Leitura 7 de fevereiro de 1861: Sociedade Amante da Instrução 30 de abril de 1861: Academia Pedagógica 6 de julho de 1861: Sociedade Ensaio Literários 28 de agosto de 1861: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Brasileiro 6 de setembro de 1861: Associação Biblioteca Fluminense 9 de outubro de 1861: Sociedade Farmacêutica Brasileira 10 de outubro de 1861: Instituto Polimático Brasileiro 22 de novembro de 1861: Instituto Médico de Campos 11 de junho de 1861: Grêmio Literário Português 3 de maio de 1862: Sociedade da Propaganda do Magnetismo e do Júri Magnético 16 de abril de 1864: Instituto dos Bacharéis em Letras 26 de abril de 1864: Associação Biblioteca Fluminense 2 de julho de 1864: Instituto Literário Maranhense 13 de agosto de 1864: Ateneu Médico-Acadêmico 18 de outubro de 1866: Academia Imperial de Medicina 30 de julho de 1867: Sociedade de Beneficência Acadêmica 20 de julho de 1869: Sociedade Evangélica Literária “Amor à Verdade” 18 de novembro de 1869: Sociedade Farmacêutica Brasileira</p>	19
<p>José Pedro Dias de Carvalho</p>	<p>22 de junho de 1875: Academia Brasileira de Ciências Físicas 13 de abril de 1877: Sociedade Instrução e Beneficência 27 de agosto de 1877: Congresso Brasileiro 8 de setembro de 1877: Ateneu Pedagógico 24 de julho de 1878: Liceu Literário Português 27 de julho de 1878: Sociedade Médica do Rio de Janeiro 16 de setembro de 1878: Associação Educadora Brasileira 8 de fevereiro de 1879: Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil 8 de agosto de 1879: Instituto Civil de Engenheiros Brasileiros 20 de agosto de 1879: Sociedade Literária Magdalense 8 de fevereiro de 1879: Instituto Hahnemaniano Fluminense 5 de maio de 1880: Instituto Hahnemaniano 30 de junho de 1880: Sociedade Beneficente “Filhos da Luz” 29 de abril de 1881: Club de Engenharia</p>	14
<p>Paulino José Soares de Souza</p>	<p>22 de junho de 1875: Academia Brasileira de Ciências Físicas 13 de abril de 1877: Sociedade Instrução e Beneficência 27 de agosto de 1877: Congresso Brasileiro 24 de julho de 1878: Liceu Literário Português 27 de julho de 1878: Sociedade Médica do Rio de Janeiro 16 de setembro de 1878: Associação Educadora Brasileira 8 de fevereiro de 1879: Instituto Hahnemaniano Fluminense 8 de fevereiro de 1879: Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil 8 de agosto de 1879: Instituto Civil de Engenheiros Brasileiros 20 de agosto de 1879: Sociedade Literária Magdalense</p>	13

	5 de maio de 1880: Instituto Hahnemaniano 30 de junho de 1880: Sociedade Beneficente “Filhos da Luz” 29 de abril de 1881: Club de Engenharia	
José Antonio Pimenta Bueno [Marquês de São Vicente]	28 de janeiro de 1861: Gabinete Português de Leitura 7 de fevereiro de 1861: Sociedade Amante da Instrução 30 de abril de 1861: Academia Pedagógica 11 de junho de 1861: Grêmio Literário Português 6 de julho de 1861: Sociedade Ensaio Literários 28 de agosto de 1861: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Brasileiro 6 de setembro de 1861: Associação Biblioteca Fluminense 9 de outubro de 1861: Sociedade Farmacêutica Brasileira 10 de outubro de 1861: Instituto Polimático Brasileiro 22 de novembro de 1861: Instituto Médico de Campos 3 de maio de 1862: Sociedade da Propaganda do Magnetismo e do Júri Magnético 5 de maio de 1875: Sociedade de Engenheiros	12
Manoel Felizardo de Souza e Mello	31 de dezembro de 1862: Sociedade Médico-Farmacêutica 13 de junho de 1863: Gabinete Português de Leitura 29 de agosto de 1863: Associação Literária <i>British Subscripton Library</i> 29 de outubro de 1863: Gabinete Português de Leitura 13 de agosto de 1864: Ateneu Médico-Acadêmico 10 de junho de 1865: Sociedade Acadêmica Ateneu Central 20 de junho de 1865: Sociedade Médico-Farmacêutica 12 de julho de 1865: Instituto Homeopático do Brasil	8
Jerônimo José Teixeira Júnior [Visconde do Cruzeiro]	13 de abril de 1877: Sociedade Instrução e Beneficência 27 de agosto de 1877: Congresso Brasileiro	2
José Caetano de Andrade Pinto	21 de outubro de 1882: Sociedade Literária Liceu Paratinense	1
Martim Francisco Ribeiro de Andrade	21 de outubro de 1882: Sociedade Literária Liceu Paratinense	1

Fonte: Dados obtidos a partir da análise dos processos de registro do Fundo Conselho de Estado do Arquivo Nacional (RJ).